



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Campus I – Rodovia BR 285, Km 292

Bairro São José – Passo Fundo, RS

CEP: 99.052-900

E-mail: ppgletras@upf.br

Web: www.ppgl.upf.br

Fone: (54) 3316-8341

Neuzer Helena Munhoz Bavaresco

**DISCURSO REVOLUCIONÁRIO EM (RE)VISTA:
RESISTÊNCIA, SILENCIAMENTOS E IMAGINÁRIO SOBRE
CHE GUEVARA**

Passo Fundo, março de 2015.

Neuzer Helena Munhoz Bavaresco

**DISCURSO REVOLUCIONÁRIO EM (RE)VISTA:
RESITÊNCIA, SILENCIAMENTOS E IMAGINÁRIO
SOBRE CHE GUEVARA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras, sob a orientação da professora Dr. Carme Regina Schons.

Passo Fundo
2015

CIP – Catalogação na Publicação

B353d Bavaresco, Neuzer Helena Munhoz
 Discurso revolucionário em (re)vista: resistência,
 silenciamento e imaginário sobre Che Guevara / Neuzer Helena
 Munhoz Bavaresco . – 2015.
 124 f. ; 30 cm.

 Orientação: Professora Dr.Carme Regina Schons.
 Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo
 Fundo, 2015.

 1. Análise do discurso. 2. Análise linguística. 3.
 Comunicação escrita. 4. Guevara, Ernesto, 1928-1967 – Crítica
 textual. I. Schons, Carme Regina, orientadora. II. Título.

 CDU: 801.73

Catálogo: Bibliotecária Marciéli de Oliveira - CRB 10/2113

*Aos revolucionários que me inspiram todos os dias,
João Munhoz (in memoriam), Rita, Ercy e Jorge.*

AGRADECIMENTOS

Na construção deste trabalho, tive a contribuição direta e indireta de muitas pessoas, saberes, experiências, mas gostaria de deixar um sincero “muito obrigado”, em especial:

A Deus, por plantar a revolução em minha alma na vontade de conhecer, descobrir e saber.

À minha mãe, por fazer essa semente crescer cada dia mais forte.

À minha avó, por cuidar do meu espírito e fazer nele sempre brotar a esperança.

Ao Jorge, pelo carinho, companhia e presença nesta caminhada e na vida.

À professora Carme Regina Schons, pelos apontamentos e reflexões.

Aos professores e colegas do mestrado, por fazer parte desta caminhada.

À colega e amiga Bianca Damacena, pela troca de ideias, companhia, compreensão e apoio.

Ao colega e amigo Lauro Gomes, pelo exemplo de aluno e pesquisador. Pelas conversas e troca de saberes.

À colega e amiga Lisiane Schuster Gobatto, por desbravar a Análise do Discurso comigo e compartilhar momentos desafiantes ao meu lado.

Aos amigos, colegas, familiares, que de alguma forma ouviram, opinaram e participaram deste trabalho.

El revolucionario verdadero está guiado por grandes sentimientos de amor. Es imposible pensar en un revolucionario auténtico sin esta cualidad. Quizás sea uno de los grandes dramas del dirigente; éste debe unir a un espíritu apasionado una mente fría y tomar decisiones dolorosas sin que se contraiga un músculo. Nuestros revolucionarios de vanguardia tienen que idealizar ese amor a los pueblos, a las causas más sagradas y hacerlo único, indivisible.

Ernesto Che Guevara

RESUMO

Este trabalho apresenta como tema os efeitos de sentido produzidos no discurso revolucionário, pelas obras *Diário de um combatente* (2012) e *Pasajes de la Guerra Revolucionaria* (1985). Diante disso, esta pesquisa busca analisar como o trabalho de editoria interfere na autoria de Guevara e como a escrita foi suprimida, modificada e reescrita. Para tanto, utilizamos o aporte teórico da Análise do Discurso de tradição pecheutiana, que nos oferece o dispositivo teórico e de análise e nos permite compreender a língua como uma tríade associada à ideologia e à história. Esta pesquisa discute as noções de língua, discurso, ideologia, escrita e resistência, utilizando conceitos-chave da Análise de Discurso como formação ideológica e discursiva, imaginário, arquivo e posição-sujeito. Tem como objetivo geral analisar como o sujeito-autor, em sua escrita, resiste ao trabalho de dominação estabelecido pela língua e pela ideologia na forma do efeito-sujeito-editor. Justifica-se esse *corpus* pela possibilidade de acessar o pensamento de Guevara por meio de uma escrita particular, que nos possibilita analisar o efeito imaginário construído nessas duas versões sobre Ernesto Che Guevara. A metodologia utilizada nesta pesquisa parte de recortes nas duas obras, a fim de contrastar as duas edições, procurando nas materialidades linguísticas indícios da posição-sujeito, formação discursiva e ideológica, como também indícios capazes de mostrar a resistência do sujeito diante do trabalho de edição. Como resultados encontramos a formação de dois imaginários distintos e a explicitação de duas ideologias opostas por meio do silenciamento realizado no discurso do sujeito-autor. Também demonstramos nas análises como o efeito-sujeito-autor resiste, por intermédio da língua, à dominação do efeito-sujeito-editor.

Palavras-chave: Autoria. Análise do discurso. Ernesto Che Guevara. Resistência. Silenciamento.

RESUMEN

Este trabajo presenta como tema los efectos de sentidos producidos en el discurso revolucionario por las obras *Diário de um combatente* (2012), y en *Pasajes de la Guerra Revolucionaria* (1985). Frente a eso esa pesquisa procura analizar como el trabajo de edición interfiere en la autoría de Guevara y como la escrita fue suprimida, modificada e reescrita. Para eso, utilizamos en este trabajo el aporte teórico de la Análisis de Discurso con tradición pècheutiana que nos ofrecerá el dispositivo teórico y de analice y nos permitirá comprender la lengua como una tríade asociada a la ideología y la historia. Esta pesquisa discute las nociones de lengua, discurso, ideología, escrita y resistencia, utilizando conceptos llave del Análisis de Discurso como formación ideológica y discursiva, imaginario, archivo y posición-sujeto. Tiene como objetivo general analizar como el sujeto-autor, en su escrita, resiste al trabajo de dominación establecido por la lengua y por la ideología en la forma del sujeto-editor. Se justifica ese *corpus* por la posibilidad de contrastar el funcionamiento del discurso revolucionario a través de una escrita particular, que permite el análisis del efecto imaginario construido en esas dos versiones, sobre el sujeto del discurso. La metodología utilizada en esta pesquisa parte de recortes hechos en dos obras, a fin de contrastar las dos ediciones, procurando en las materialidades lingüísticas indicios de la posición-sujeto, formación discursiva e ideológica, como también indicios capaces de mostrar la resistencia del sujeto frente al trabajo de edición. Como resultados encontramos la formación de dos imaginarios distintos y la explicitación de dos ideologías opuestas mediante el silenciamiento realizado en el discurso del sujeto-autor. También mostramos con el procedimiento establecido que el efecto-sujeto-autor resiste, a través de la lengua, a la dominación del efecto-sujeto-editor.

Palabras-clave: Autoría. Análisis de discurso. Ernesto Che Guevara. Resistencia. Silenciamiento.

LISTA DE ABREVIATURAS

AD – Análise do Discurso

AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado

ARE – Aparelhos Repressivos de Estado

EP – Edição de Partida

ER – Edição Revista

FD – Formação Discursiva

FDR – Formação Discursiva Revolucionária

FDCR – Formação Discursiva Contrarrevolucionária

FI – Formação Ideológica

PCC – Partido Comunista Cubano

SD – Sequência Discursiva

GRÁFICOS E QUADRO-SÍNTESE

Gráfico 1.....	66
Gráfico 2.....	81
Gráfico 3.....	82
Quadro 1.....	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
DA TOMADA DE POSIÇÃO À FORÇA DAS PALAVRAS	12

CAPÍTULO I	
IDEOLOGIA E REVOLUÇÃO: RELAÇÕES DO DISCURSIVO	
COM A FORMAÇÃO SOCIAL	15
1.1 LINGUAGEM, LÍNGUA E DISCURSO	18
1.2 FORMAÇÃO SOCIAL E IDEOLOGIA	22
1.3 DO ESTRANHAMENTO ÀQUILO QUE ESCAPA AO ESTABILIZADO	27
1.3.1 As denominações revolução e transformação	28

CAPÍTULO II	
UM DIÁRIO EM (RE)VISTA	33
2.1 UM DIÁRIO EM (RE)VISTA	33
2.2 A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> : CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EDIÇÕES	35
2.3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E DE FORMULAÇÃO DO DISCURSO	36
2.4 SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	46

CAPÍTULO III	
MOVIMENTOS DE LEITURA NO DIÁRIO DE UM COMBATENTE	51
3.1 A ESCRITA EM DIÁRIO: UMA COINCIDÊNCIA ENTRE A LINGUAGEM E O REAL?54	
3.2 O PROCESSO DE AUTORIA E AS POSIÇÕES DISCURSIVAS	62
3.2.1 Posição-sujeito e forma-sujeito	64
3.2.2 Um discurso, dois efeitos: movimentação entre a posição do revolucionário e a posição do contrarrevolucionário	67
3.2.3 O efeito-sujeito-editor: um gesto de leitura e interpretação	71
3.3 A RESISTÊNCIA DO SUJEITO E O SILENCIAR DO EDITOR	84
3.3.1 Sentidos do silêncio na resistência	91

CAPÍTULO IV	
A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE REVOLUCIONÁRIO NAS DUAS EDIÇÕES	97
4.1 I A (A) 1 - A IMAGEM DE MÉDICO NA ER	99
4.2. IA (A) 2- A IMAGEM DE PACIENTE NA ER	101
4.3. IA (B) (A) - A IMAGEM DE HERÓI NA ER	102
4.4. IA (B) - A IMAGEM DO OUTRO NA ER	104
4.5 I A (A) 1 – A IMAGEM DE MÉDICO NA EP	105
4.6 I A (A) 2 – A IMAGEM DE PACIENTE NA EP	107
4.7 IA (B) (a) – A IMAGEM DE HERÓI NA EP	109
4.8 I A (B) – A IMAGEM DE REVOLUCIONÁRIO NA EP	110
4.8.1 Encerrando a reflexão sobre o imaginário	114

CONSIDERAÇÕES FINAIS	
UM EFEITO-CONTÍNUO-INÍCIO	117

REFERÊNCIAS	122
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

DA TOMADA DE POSIÇÃO À FORÇA DAS PALAVRAS

O título escolhido para encaminhar esta dissertação e para fazer o que tradicionalmente, no meio acadêmico, chamamos de “introdução”, estabelece forte relação do sujeito pesquisador com as possibilidades de interpretação, às quais é convocado a realizar a partir do momento em que se inscreve na palavra, seja para falar sobre o objeto de investigação, seja para ingressar no espaço já habitado por outros discursos. Assim, uma “tomada de posição” implica a movimentação dos sentidos e do sujeito determinado “pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2012, p. 42).

No caso de nosso personagem, chamar de “boêmio”, “guerrilheiro”, “sanguinário”, “revolucionário”, dentre as muitas formas existentes para designar aquele sobre o qual pesa a responsabilidade de inspirar uma luta contra a exploração, pode reverberar não apenas palavras (des)qualificativas desse sujeito, mas também trazer inscrita uma dada posição. Entre tantas dispersões, as designações cristalizadas para referir o homem que se tornou ícone mundial, um atrativo para muitos jovens que se identificam com sua imagem “rebelde” – como é o caso de Che Guevara – leva-nos a visitar a história. Ao falar em revolucionário, tratamos de uma forma designativa correspondente à revolução – a resistência – a partir da qual se passa a questionar sobre as contribuições à luta contra o capitalismo e sobre o papel político.

Até que ponto estudamos um objeto discursivo sem nos deixar impregnar (ou resistir) pelos sentidos convocados por esse?

A palavra “resistência”, para Sigmund Freud, é de ordem interpretativa, como afirmam Roudinesco e Plon (1998, p. 659), “relaciona-se com as manifestações de hostilidade e as formas de rejeição de que a psicanálise possa ter sido objeto”. Desse modo, o uso da referida palavra se torna alheio ao contexto terapêutico, o que acabou fazendo com que Freud a empregasse no momento em que esbarrasse nas primeiras dificuldades e na prática da hipnose e da sugestão, chegando a reconhecer como legítimas as resistências dos pacientes confrontados com a tirania da sugestão.

Na física, resistência é a capacidade de um corpo qualquer se opor à passagem da corrente elétrica, mesmo quando existe uma diferença de potencial aplicada. No *Dicionário*

Aurélio (2003), encontramos a seguinte definição, “qualidade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo. / Defesa contra um ataque: opor forte resistência a assaltantes. / Oposição, reação, recusa de submissão à vontade de outrem: obedecer sem resistência”.

Nesta pesquisa, compartilhamos da afirmação de Pêcheux (2010, p. 277-281), quando afirma que compreender “a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” e que “não há dominação sem resistência”, o que torna possível pensar que, mesmo propondo uma aproximação de conceitos, não existe um método científico universal, já que cada área teórica tem suas especificidades, ou seja, resistência é sempre essa relação de forças entre dois elementos, que na psicanálise materializa-se no paciente resistindo à hipnose; na física, um corpo qualquer que se opõe à passagem elétrica; no *Dicionário de língua portuguesa*, define-se por reagir à ação de outro corpo, é oposição, recusa de submissão. Por fim, na análise do discurso, leva-se em conta a luta ideológica e política de classes, em que a ideologia dominada resiste à ideologia dominante. Sob o viés da AD, a resistência também se materializa no sujeito quando este resiste a uma dada ideologia e, portanto, assume uma “tomada de posição”. Percebemos, assim, que a relação de forças presente nas palavras denuncia resistências, pressupõe elos, sugere “a passagem” de sentidos cuja imanência dos efeitos de uma dada ideologia não cessa de se inscrever.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é demonstrar como um sujeito, em sua escrita, resiste ao trabalho de dominação estabelecido pela língua e pela ideologia na forma do efeito-sujeito-editor. Para tanto, será necessário olhar para a escrita do sujeito-autor. Cabe registrar, porém, que este trabalho não ignora a estratégia da conquista territorial à base da violência e morte. Como afirma Sèmelin (2009, p. 307), “em situações extremas, a passagem ao ato não deve ser procurada apenas do lado dos comportamentos de destruição, mas também naqueles de salvação”.

Desse modo, ao analisar o trabalho do efeito-sujeito-editor sobre o efeito-sujeito-autor, não perdemos o foco do sujeito revolucionário e a sua causa da salvação e, por acreditarmos que a dominação também é uma violência, esta pesquisa busca a forma de resistência que parece invisível: a escrita.

Conforme Sèmelin (2009, p. 139), “à primeira vista, a repressão parece capaz de tudo sufocar, tudo esmagar”, mas a língua, por conter em sua constituição o impossível, a falta, a incompletude, parece-nos que algo escapa por meio dessa fissura e consegue resistir.

A dissertação, então, ancora-se em alguns pontos de fixação, a saber: o sistema político, enquanto aparelho ideológico de Estado; o discurso, entendido como elemento

necessário para o estudo dos processos de identificação, juntamente com a análise do discurso de tradição pecheutiana que nos oferecerá o dispositivo teórico e de análise e nos permitirá compreender a língua como uma tríade associada à ideologia e à história.

O presente estudo adota como *corpus* de pesquisa recortes discursivos extraídos de duas obras: a primeira, *Diários de um combatente*, composta por escritos de Ernesto Che Guevara, publicada em 2012; a segunda, *Pasajes de la Guerra Revolucionária*, publicada em 1985, também organizada a partir de escritos de Che Guevara. A primeira obra traz passagens presentes tanto na segunda como em outros escritos que, para fins do objetivo e caráter deste trabalho, não constituirão o presente *corpus*. A obra *Diário de um combatente* é a constituída por anotações de guerra realizadas por Guevara, que, como o próprio livro aponta, apresenta “a ausência de páginas importantes”, mas não apenas isso, também mostra a ausência do pensamento de Guevara. Diante disso, esta pesquisa busca analisar como a escrita de Guevara foi suprimida, modificada e reescrita. Para tanto, utilizamos o segundo livro, que contém posicionamentos revolucionários e diferentes imaginários sobre o efeito-sujeito-autor e o modo de pensar a revolução.

Justifica-se esse *corpus* pela possibilidade de contrastar o funcionamento do discurso revolucionário por meio de uma escrita particular, que permite a análise do efeito imaginário construído nessas duas versões sobre o sujeito do discurso. A referida obra permite uma interpretação do imaginário do revolucionário partindo de duas posições diferentes, a de efeito-sujeito-autor e a de efeito-sujeito-editor. Torna-se, assim, um material cujo processo discursivo está fortemente atravessado pela ideologia e pela história.

Essa dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro discute as questões acerca da linguagem, da língua e do discurso, da ideologia e das denominações: “revolução” e “transformação”. O segundo trata dos procedimentos metodológicos e do modo como concebemos a escrita no formato de diário. O terceiro aborda as concepções de subjetivação na AD: sujeito, forma-sujeito, posição-sujeito, efeito-autor e efeito-editor. Além disso, discute a resistência do sujeito no silenciar pelo efeito-sujeito-editor. No quarto e último capítulo, trata sobre as projeções do revolucionário nas duas edições.

CAPÍTULO I

IDEOLOGIA E REVOLUÇÃO: RELAÇÕES DO DISCURSIVO COM A FORMAÇÃO SOCIAL

Se os discursos do nosso tempo com pretensão revolucionária persistem obstinadamente em não compreender esses deslocamentos que trabalham sob sua própria lógica estratégica, tudo leva a crer que eles terminarão por desvanecer-se na proliferação vazia.

Michel Pêcheux

Este primeiro capítulo discute as relações entre discurso, ideologia e revolução. Começaremos com uma breve passagem na análise do discurso (AD), seu objeto e objetivo de estudo para, num segundo momento, nos moveremos em direção a alguns pontos que, a nosso ver, distinguem a análise discursiva da análise linguística, sobretudo no que concerne à questão da ordem da língua e da relação desta com a exterioridade.

É preciso dizer inicialmente que, para adentrarmos no “labirinto” da Análise de Discurso, não nos deteremos às fronteiras e aos dissensos resultantes de concepções diferenciadas, ou de sujeito, ou de ideologia, ou, mesmo, do modo de conceber a relação do linguístico com o social, nem da multiplicidade de campos recoberta pela designação análise do discurso. Há tempo essas questões já têm se consagrado em pesquisas desenvolvidas a partir de Pêcheux.¹

Contudo, cabe registrar que todo discurso supõe a existência de uma base material. Entendemos como forma material a relação entre sujeito, língua e história. Essa relação é bastante recorrente nos estudos de Pêcheux, que se preocupava com a explicitação dos modos como a ideologia funcionava nas práticas sociais e como essas deveriam ser levadas em conta nos estudos discursivos.

Tal caráter material do sentido e de sua historicidade aponta para um dos objetivos da AD, senão o principal, que sempre foi (e continua sendo) o de uma teoria não subjetivista da

¹ Além do expressivo número de trabalhos de Pêcheux e Orlandi nesse sentido, mencionamos recente estudo de Mariani e Medeiros (2013), “Disciplinarização dos estudos em análise do discurso”, conforme consta nas referências ao final deste trabalho.

subjetividade, procurando mostrar que nem sujeito e nem sentido são transparentes e devem ser pensados em seus processos de constituição, em sua materialidade. Orlandi (1994, p. 301), afirma que “a língua, ou melhor, as sistematicidades fonológicas, morfológicas e sintáticas, segundo Pêcheux (1975), são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos”, isto é, a língua produzirá condições materiais para constituir uma relação entre o sujeito, a história e a ideologia.

A relação entre a língua e a fala proposta por Saussure é deslocada em análise de discurso para as noções língua e discurso, este objeto de estudo da AD. Nessa perspectiva, Orlandi (2008) retoma os estudos realizados no século XX por formalistas russos, como os precursores de uma análise tradicional que estava sendo realizada na época. Essa abordagem não se abriu tanto em direção à exterioridade do texto, pois alguns teóricos se limitavam a estudar sua estrutura nesse e por esse mesmo.

Em Pêcheux (1997, p. 311-318), até à consagração da AD, os estudos passaram por três fases. A primeira (AD-1) é conhecida pela exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural. Nessa fase, Pêcheux (1997) faz um esforço para operacionalizar o dispositivo de análise e um esboço da teoria cujo fundamento é articular as questões do discurso com as do sujeito e as da ideologia. A definição de alguns conceitos é vital, nesse momento, como o de discurso, que é teorizado a partir de Saussure e é construído diferentemente por Pêcheux (1997), dentro de seu próprio dispositivo; como o de condições de produção, que acrescenta ao linguístico os protagonistas e o objeto do discurso. Outro conceito que começa a ser esboçado é o de interdiscurso.²

Ainda nessa fase, Pêcheux designa o discurso como sendo “um efeito de sentidos entre os pontos A e B”, quais designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, não designando a presença física de organismos humanos. O processo linguístico entre um destinador (A), destinatário (B), com um referente, um código comum a A e B e a sequência verbal emitida por A em direção a B, proposta por Jakobson (1995), sofre alterações, e Pêcheux (1997) denomina como “processo discursivo”. Esse processo discursivo, como está embasado em representações de lugares, para a AD terá funcionado em seu interior uma série de formações imaginárias que designarão o lugar que A e B, portanto, criarão nesse processo, projeções de si e do outro. Além da relevância dos conceitos de processo discursivo e de

² Esse conceito será ampliado no decorrer deste trabalho.

imaginário, a primeira fase também apresenta o conceito de efeito metafórico. Esse é “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual um ‘deslizamento de sentido’ entre x e y” (PÊCHEUX, 1997, p. 96).

A segunda fase (AD-2) parte da justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual. É nesse momento que o discurso instaura a questão da produção do sujeito e do sentido. Paralelamente, aparece pela primeira vez o modo como a análise do discurso pensa sobre a enunciação. A partir daí, Pêcheux (1997) vai delineando a teoria, colocando em relação às concepções de interpelação, formação ideológica, formação social e formação discursiva. Uma nova teoria toma corpo, unindo produção do sentido e do sujeito e ampliando o conceito de interdiscurso. Pêcheux (2009) desloca o conceito de ideologia para formação ideológica, e traz como a ideologia interpela o indivíduo em sujeito.

A terceira fase (AD-3) constitui-se pela emergência de novos conhecimentos, por meio da desconstrução das maquinarias discursivas. Realiza-se um novo gesto de leitura. Na verdade, tem-se, nessa fase, a possibilidade de situar mais claramente os diferentes campos disciplinares e suas relações com o campo específico da análise do discurso, ou seja, começa a se delinear nesse conjunto interdisciplinar o lugar de entremeio da teoria.

Como disciplina de entremeio, a AD reside na articulação do que Pêcheux e Fuchs chamam de três regiões do saber:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 163-164).

Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]) destacam ainda que essas três regiões em que reside a AD são, de certa forma, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

Assim, a AD se constitui como uma disciplina de entremeio, isto é, seu campo teórico é resultante da articulação entre três campos do saber científico: a linguística, que coloca em evidência a não transparência da linguagem; o marxismo, que representa a história da luta de classes; a psicanálise, que demonstra que o sujeito funciona pelo seu inconsciente e pelo efeito da ideologia. A AD mostra que é necessário, para resolver as questões referentes à

linguística, à psicanálise e ao marxismo, deslocar-se de terreno, constituindo uma região teórica própria em que o sócio-histórico e o linguístico se relacionem de maneira constitutiva e não periférica.

Saliente-se, nesse sentido, que a AD não adota o método e o objeto de nenhum dos três referidos campos do saber, uma vez que apresenta objeto e método próprios, os quais tocam os bordos da linguística, da psicanálise e do marxismo, o que explica o porquê do uso da designação entremeio e não interdisciplinar.

A Análise de Discurso de filiação em Pêcheux, que tem início na década de 1960, trabalha com a ideia de que os sentidos não podem ser atingidos somente pelo texto. Como afirma Orlandi (2008, p. 21), “a análise de discurso ocupa assim esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de se ter acesso direto ao sentido e que tem como característica considerar a interpretação como objeto de reflexão”. É a partir desse objeto de reflexão, a interpretação, que podemos depreender a formulação dos sentidos presentes no texto. A AD destina-se a descobrir como são constituídos os sentidos vindo na opacidade do texto, conforme Orlandi (2008, p. 21), “a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique”.

A linguagem, língua e discurso são noções importantes na AD. Essas serão abordadas no próximo subitem.

1.1 LINGUAGEM, LÍNGUA E DISCURSO

Compreendendo que nos estudos linguísticos os conceitos de linguagem, língua e discurso são fundamentais, neste item pretendemos fazer uma retomada desses conceitos, contemplando o pensamento de Pêcheux (1997) na perspectiva da análise do discurso de tradição francesa.

O ponto de partida para os estudos sobre a linguagem atribui-se a Saussure (1969), e a partir desse momento, muitas pesquisas e conceitos diferentes surgiram a fim de explicar o que é a língua. A Análise do Discurso propõe uma relação entre língua e discurso, a qual, conforme Orlandi (1994, p. 301), “se define não pela oposição, mas pela contradição e que põe no mesmo lugar (no discurso) o que estaria separado (o histórico e o social: a língua e a

fala) em Saussure”. Nessa relação, a língua se constitui como pressuposto por todas as condições de produção em um momento histórico dado e se torna a possibilidade de um discurso.

A linguagem, apesar de possuir uma imagem de unidade, completude, não tem como não conviver com a falta, nem como não trabalhar com o silêncio, já que é estrutura e acontecimento, existindo nessa relação necessária com a história. De acordo com Orlandi (1998, p. 12), “do ponto de vista da significação, não há uma relação direta do homem com o mundo, ou melhor, a relação do homem com o pensamento não é direta assim como a relação entre linguagem e pensamento”. Dessa forma, a noção de discurso surge para pensar essas relações mediadas, e o discurso é o modo como se compreende a relação entre linguagem e pensamento e entre pensamento e mundo, porque “o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação” (ORLANDI, 1998, p. 12).

Pela noção de incompletude da linguagem, todo o texto tem a ver com outros textos existentes, visto que possui uma relação necessária com a exterioridade e com a noção de discurso, “se trabalha a incompletude da linguagem, não como algo negativo, mas como lugar do possível” (ORLANDI, 1998, p. 78). Nossa proposta, portanto, é de trabalhar nesse lugar em que a língua e a história se encontram.

Iremos nos deter na visão de língua, partindo de Orlandi, quando afirma que a AD “não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua do mundo” (2002, p. 22). Nesse sentido, podemos perceber que essa concepção trabalha a relação com o social e o histórico, incluindo, desse modo, a exterioridade e o sujeito na concepção de língua.

Num gesto de tentativa de definição de língua para a AD, podemos corroborar com a visão de Orlandi (2002, p. 15-16), quando afirma que, “levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem”. A língua, nesse sentido, reporta aos processos e condições por meio dos quais se produz a linguagem, ou seja, se deve perceber a língua “funcionando para a produção de sentidos” (ORLANDI, 2002, p. 17). Será uma língua cujo caráter de busca incessante nunca se completa, que não se deixa alcançar e que possui como constituinte a falha.

Por isso, a AD relativiza a ideia de uma língua como sistema abstrato, fechada nela mesma e impõe um novo conceito – o discurso – um objeto sócio-histórico no qual presenciamos a intervenção do linguístico.

Pêcheux (1990, p. 44) chama atenção para que a língua não seja vista apenas como uma estrutura de “arranjos textuais discursivos na sua intrincação material”, uma vez que se

corre o risco de se produzirem “interpretações em proveito de uma pura descrição desses arranjos”. O que Pêcheux (1990) propõe é a aproximação entre as práticas da “análise da linguagem ordinária” e as práticas de “leitura” de arranjos discursivo-textuais, ou seja, trata-se de relacionar o trabalho com a materialidade discursiva a rituais ideológicos.

Conceber a noção de língua como afetada pelo real, na perspectiva teórica do discurso, significa reconhecer que algo sempre escapa à univocidade da língua. Essa terá em sua constituição a ordem do “não-todo”,³ ou seja, a impossibilidade de se dizer tudo na língua.

Numa perspectiva discursiva que reconhece a materialidade da língua e da história não interessa a classificação, mas o funcionamento, a ordem enquanto forma material e não como ordenamento ou organização. Conforme Orlandi (1998, p. 45), no estudo da semântica discursiva, “o que nos interessa é a ordem da língua, enquanto sistema significante material, e a história, enquanto materialidade simbólica”. Assim, é proposta a relação entre duas ordens: a da língua e a do mundo sobre o homem. Essas duas ordens irão significar por meio da relação do sujeito com a história.

A língua, nesse sentido, como formula Orlandi (2005, p. 82), inscreve-se na história para significar, sendo a interpretação responsável pela visibilidade do mecanismo de funcionamento da ideologia e do sujeito. É a língua fluída, portanto, a língua que a AD trabalha, visto que, como estabelece Orlandi (2009, p. 18), “é a língua em movimento, mudança contínua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, e não se deixa imobilizar, a que vai além das normas”. Essa língua que, quando focalizamos os aspectos discursivos, não deixamos de perceber a história de constituição de formas e sentidos, as suas condições de produção, afetada pela ideologia e pelo inconsciente.

Assim, não poderíamos isolar a linguagem pela qual os sujeitos são constituídos. Como propõe Pêcheux (1997, p. 82), “o discurso não é transmissão de informação, mas sim, funcionamento da linguagem, e coloca em relação sujeitos afetados pela língua e pela história num complexo de constituição desses sujeitos e de produção de sentidos”. Desse modo, verificamos que a AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social.

³ Reportamo-nos ao conceito trabalhado por J. Milner, na obra *O amor da língua* (1987), e está relacionado ao par possível e impossível que constitui a língua, que aceita que existe um lugar na língua de onde se fala do que não se pode falar.

A Análise do Discurso pondera que a linguagem não é transparente e procura detectar como o texto funciona, considerando-o como portador de uma materialidade simbólica própria e significativa. Portanto, com o estudo do discurso pretende-se observar e discutir a prática da linguagem, ou seja, o indivíduo utilizando a língua, além de procurar entender a língua enquanto produto de um trabalho simbólico que faz e dá sentido e que constitui o homem e sua história.

O objeto de estudo da AD é o texto visto discursivamente, ou seja, em funcionamento em sua materialidade linguística enquanto discurso. A diferença fundamental que há entre analisar uma materialidade linguística enquanto texto ou concebê-lo enquanto discurso está em compreender que o texto é um objeto linguístico-histórico. E, como afirma Orlandi, (2010, p. 22), o texto, “em sua representação empírica, apresenta início, meio e fim, porém, quando se vê o texto enquanto discurso, reinstala-se imediatamente sua incompletude, isso de deve ao fato de que nem o discurso, nem o sujeito, nem o sentido são completos”.

Dessa forma, o discurso se configura como objeto da análise do discurso que, conforme Orlandi (2002, p. 15), é um “efeito de sentido entre interlocutores, ou seja, é o efeito que resulta da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de circunstâncias dadas. Tais efeitos se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas”.

Diante disso, considera-se que o sujeito e a situação em que ocorre o discurso, na medida em que são redefinidos discursivamente como partes das condições de produção, são elementos fundamentais para a AD. O discurso, portanto, é uma prática que cria e define o objeto da fala e faz mais do que usar signos para designar coisas, demonstra que a língua, assim como o sentido, não se pode esgotar.

O discurso une estruturas e unidades possíveis no tempo e no espaço, dando às estruturas uma existência concreta. Assim, neste trabalho, a língua representa um discurso, um acontecimento em que há uma situação de uso e uma condição sócio-histórica. Como afirma Leandro Ferreira (2000, p. 36), “na perspectiva teórica da AD, o social e o histórico são indissolúveis, não se separam; antes, encontram-se reunidos no discurso”.

Ao considerar o discurso como estatuto constituído por uma memória, devemos compreender o percurso de um enunciado ao contextualizá-lo em diferentes planos enunciativos. Essa manifestação se dá na materialidade linguística e se relaciona com as possibilidades semântico-discursivas que emergem do funcionamento da linguagem, ou seja,

é preciso relacionar o enunciado com sua exterioridade para seu espaço numa conjuntura semântica.

A exterioridade pode ser representada pela formação social e pela ideologia, constituindo um lugar social. Esse lugar, por sua vez, é construído na sua relação entre sujeito, língua e história. A mudança do lugar social para o discursivo irá ocorrer, porque há uma determinação histórica da formação social. Explicitaremos, pois, o conceito de formação social, juntamente com o de ideologia, no próximo subitem.

1.2 FORMAÇÃO SOCIAL E IDEOLOGIA

Para a Análise de Discurso, a noção de formação social está atrelada à noção de ideologia. Conforme estabelece Pêcheux (1997), a concepção marxista-leninista da ideologia propõe uma superestrutura ideológica com ligação ao modo de produção que domina a formação social, ou seja,

a região da ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica: mais particularmente o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como “determinado em última instância” pela instância econômica, na medida em que aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica (PÊCHEUX, 1997, p. 165).

Nesse sentido, o autor chama atenção para a dependência da instância ideológica da econômica, por meio do modo como o sujeito é constituído pela ideologia e pelas formas de assujeitamento do sujeito. Assim, o sujeito passa a ocupar o seu lugar numa ou noutra das classes sociais antagonistas do modo de produção, o que é assegurado pelo que Althusser (1985) denominou de “aparelhos ideológicos do Estado”.

Para Althusser (1985, p. 81), “a ideologia não tem história, é eterna”, isto é, tem uma estrutura e um funcionamento que fazem com que essa se apresente da mesma forma imutável em toda história. Percebemos isso quando o autor aponta:

Por um lado, creio poder defender que as ideologias têm uma história própria (embora ela seja determinada, em última instância, pela luta de classes nos aparelhos de reprodução das relações de produção); e, por outro, creio poder defender, ao mesmo tempo, que a ideologia em geral não tem história, não em sentido negativo (o de que sua história lhe é exterior), mas em um sentido absolutamente positivo (ALTHUSSER, 1985, p. 197).

Assim, o caráter próprio da ideologia é possuir uma estrutura e um funcionamento que a transformam em uma realidade não histórica. Essa estrutura e funcionamento não possuem, portanto, uma história própria, mas é encontrada na história inteira.

Para o autor, a ideologia também representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Nessa deformação necessariamente imaginária, Althusser (1990, p. 205) diz que “toda ideologia representa não as relações de produção existentes (e as outras relações que dela derivam), mas, antes de tudo, a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas derivam”. Portanto, na ideologia, está presente a relação imaginária dos indivíduos com as relações reais sob as quais estão submetidos.

Porém, a ideologia é formada não apenas do caráter imaginário, mas também por uma existência material, ou seja, uma ideologia existe sempre em um aparelho e em suas práticas (teoria materialista), os indivíduos conduzem sua atitude pelo que é regulado no Aparelho Ideológico de Estado ao qual está sujeito.

Dessa forma, a noção althusseriana de aparelhos ideológicos de Estado aponta a existência material da ideologia por meio das práticas, rituais e instituições ideológicas, levando em consideração que toda prática existe por meio de e sob uma ideologia. As práticas rituais podem produzir uma ideologia primária e uma secundária, fundamental a este trabalho, já que, como elucida Althusser (1990), se essa não existisse, “nunca seria possível a revolta, nem a ‘tomada de consciência’ revolucionária, nem a revolução” (ALTHUSSER, 1990, p. 209).

Formula-se, então, a noção de sujeito, na qual “toda ideologia existe por ele e para ele”. Althusser (1990, p. 210) afirma que “é a categoria constitutiva de toda ideologia, seja qual for a determinação (relativa a um domínio específico ou de classe) e seja qual for o momento histórico – já que a ideologia não tem história”. Dessa forma, o autor inscreve a tese que “toda ideologia interpela os indivíduos concretos em sujeitos concretos por meio do funcionamento da categoria de sujeito” (ALTHUSSER, 1990, p. 212). Assim, a ideologia funciona nos indivíduos, transformando-os em sujeitos, entrelaçando a existência da ideologia

e essa interpelação numa só e mesma coisa. Como a ideologia é eterna, sempre interpelou os indivíduos em sujeitos, portanto, os indivíduos são desde sempre sujeitos.

Após essas formulações sobre a ideologia, Althusser (1985) desloca essa noção para demonstrar sua materialidade, propondo o funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado. Conjuntamente com os AIE, Althusser (1985) nomeia o Aparelho Repressivo de Estado, que tem seu funcionamento “através da violência, ao passo que os AIE funcionam através da ideologia” (ALTHUSSER, 1985, p. 69). Porém, o autor afirma:

Todo Aparelho do Estado, seja ele repressivo ou ideológico, “funciona” tanto através da violência como através da ideologia, mas com uma diferença muito importante que impede que se confundam [...] o aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive física) e secundariamente através da ideologia. [...] os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia (ALTHUSSER, 1985, p. 70).

Dessa forma, os dois aparelhos (repressivo e ideológico) de Estado asseguram a reprodução das relações de produção. Como os aparelhos repressivos, os aparelhos ideológicos de Estado estão destinados a assegurar a reprodução das relações de produção não através da força, mas por meio da ideologia dominante, da ideologia da classe social que em determinada formação social se encontra no poder.

Essa determinação do duplo funcionamento, de forma principal e de forma secundária, permite-nos que existam combinações implícitas ou explícitas dos aparelhos. No caso desta pesquisa, o discurso do sujeito revolucionário emerge do AIE político sobre a ideologia socialista, ao passo que o ARE é o capitalismo vigente em Cuba na época, que representa a classe burguesa no poder, e garante por intermédio desse aparelho as condições políticas para a reprodução das relações de produção capitalista.

Destacamos o funcionamento da infraestrutura e superestrutura de Althusser (1990), em que a primeira é dominada pelas relações de produção que funcionam com base nos processos materiais de trabalho que produzem objetos de utilidade social como se fossem mercadorias, e simultaneamente como relações de produção, ao permitir o jogo dos processos de trabalho, e como relações de exploração. Já a superestrutura está inteiramente reagrupada em torno do Estado. Compreende, a serviço dos representantes da classe (ou de classes) no poder, os aparelhos de Estado, ou seja, o Aparelho Repressor e os aparelhos ideológicos de Estado. O papel fundamental da superestrutura, e, portanto, de todos os aparelhos de Estado, é

garantir a perpetuação da exploração dos proletários e outros trabalhadores assalariados, ou seja, garantir a perpetuação da reprodução das relações de produção que, ao mesmo tempo, são relações de exploração.

A formação social é entendida como o modo de produção acompanhado de sua superestrutura, ao passo que as relações de produção próprias de uma formação social dada às chamamos de “base econômica”. (ALTHUSSER, 1990) A superestrutura não compreende a totalidade das relações sociais conscientes e da consciência social que existe numa dada sociedade, mas compreende as relações sociais, as ideias e as atitudes sociais e psicológicas, que são necessárias à existência de um dado modo de produção, que permitem perpetuar as relações de produção e, sobretudo, as relações de propriedade dos meios de produção, reforçando-as e assegurando a sua subsistência. Desse modo, a formação social constitui um todo internamente equilibrado, como, por exemplo, a formação social feudal, a burguesa ou a socialista e a ideologia, está presente na formação das classes sociais e vai funcionar para garantir a perpetuação das condições de reprodução dominante de uma determinada formação social.

Considerando-se que os AIEs constituem a cena da luta ideológica de classes, como destaca Pêcheux (2009, p. 133), a materialidade concreta dessa luta, ou sua instância ideológica, existe na forma de formações ideológicas.

Nessa perspectiva, o autor desloca o conceito de ideologias para as formações ideológicas, já que, para ele, as ideologias não são ideias, mas práticas que devem ser pensadas como espaço de contradição, haja vista que,

os aparelhos ideológicos de Estado não são puros instrumentos da classe dominante, [...], mas constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é da revolução, no sentido marxista-leninista) (SCHONS; MITTMANN, 2009, p. 298).

Percebemos, então, que os processos discursivos são um dos aspectos da materialidade ideológica. Nesse ponto, entrelaçamos as noções de formação social e formação ideológica, já que essas estão materializadas nas diferentes relações de poder que perpassam as instituições. Assim, o sujeito do discurso, ao mesmo tempo em que é interpelado/assujeitado ideologicamente pela formação social, ocupa um dos lugares sociais que lhe foi determinado.

Na perspectiva discursiva, não dissociamos ideologia de discurso, tampouco dissociamos as formações ideológicas de formações discursivas. Como afirma Pêcheux, “as

formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166-167).

Desse modo, o conceito de formações discursivas está interligado com a noção de ideologia. Percebe-se, portanto, que essa noção, para Pêcheux (2009), corresponde a um domínio do saber, constituído por enunciados discursivos que representam um modo de se relacionar com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito.

Nesse quadro teórico, a noção de sujeito é convocada para formular a noção de formação discursiva, já que, conforme Indursky (2007, p. 79), “é através da relação do sujeito com a formação discursiva que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso”. Desse modo, vai ser o indivíduo que, interpelado pela ideologia, irá se constituir como sujeito, e a formação discursiva irá representar na linguagem um recorte da formação ideológica com a qual o indivíduo se identificará.

Desse modo, a formação discursiva pode ser entendida como o que pode e deve ser dito pelo sujeito. A formação discursiva, como afirma Indursky (2007, p. 79), “tem seus saberes regulados pela forma-sujeito e apresenta-se dotada de bastante unicidade”. Assim, a ideologia e o sujeito se tornam princípios organizadores da formação discursiva, e podemos verificar essa relação a partir da formulação das modalidades de subjetivação⁴ propostas por Pêcheux (2009). É por meio da noção de interdiscurso que se determina uma FD. Os saberes que não fazem parte de uma determinada FD, em um determinado momento e numa dada conjuntura, conforme Indursky (2007, p. 81), “passam a integrá-la, aí introduzindo a diferença e a divergência, o que está na origem da constituição heterogênea de qualquer FD”.

Assim, constrói-se uma relação necessária entre a ideologia, que interpela o indivíduo em sujeito e a formação discursiva. É também nessa relação que se determina aquilo que pode e deve ser dito em determinada conjuntura, considerando que se entrelaça aí a forma-sujeito no momento em que o sujeito se identifica, ou não, com os saberes de uma FD.

Desse modo, a formação social está relacionada com o espaço empírico que irá conter as formações ideológicas que interagem com as relações de produção e de poder institucionalizadas para garantir ao sujeito um lugar social.

⁴ Essa noção será abordada neste trabalho quando trabalharmos o conceito de sujeito para Pêcheux (2010).

A identificação com os saberes de uma FD situa o sujeito em um espaço discursivo específico. Esse pode ser estabilizado logicamente ou não estabilizado logicamente, e essa identificação é atravessada pelo fator de homogeneização do enunciado realizada por um universo ou outro. Trataremos disso no próximo item.

1.3 DO ESTRANHAMENTO ÀQUILO QUE ESCAPA AO ESTABILIZADO

Existem diversas séries de universos discursivos logicamente estabilizados nos quais a construção histórica só foi possível com algumas propriedades das línguas naturais. Como também, toda língua natural é condição de existência de universos discursivos não estabilizados logicamente (PÊCHEUX, 1998).

Neste item, discutiremos a relação entre os universos estabilizados logicamente e os não estabilizados logicamente, com os pontos de deriva⁵ possíveis produzidos pelo discurso.

Pêcheux (1998, p. 50) explica que os universos discursivos logicamente estabilizados são aqueles que estão “inscritos no espaço das ciências matemáticas e das ciências naturais [...] na esfera social dos dispositivos de gestão-controle administrativo”. Ao passo que os universos discursivos não estabilizados logicamente “são próprios ao espaço sócio histórico dos rituais ideológicos, discursivos filosóficos, enunciados políticos, expressão cultural e estética” (PÊCHEUX, 1998, p. 50).

Nesses espaços discursivos supõe-se que todo sujeito falante sabe do que fala, porque, conforme Pêcheux (1997, p. 31-32), “todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação”, fazendo crer numa homogeneidade lógica que condiciona o sujeito a aspectos suscetíveis de serem somente verdadeiros ou falsos, quando de fato são “atravessados por uma série de equívocos”.

Essa incompletude da língua aponta para o simbólico, ou seja, para o sistema significante que, conforme Orlandi (2002, p. 66), “se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras: para

⁵ Os pontos de deriva são entendidos neste trabalho como possibilidades de sentidos que emergem da incompletude do discurso.

dizer, o sujeito submete-se a língua”. O sujeito é afetado pelo simbólico e assujeitado à língua para poder dizer, e esse fato permite uma ruptura já que o espaço do simbólico é marcado pela incompletude e pela relação com o silêncio, possibilitando gestos de interpretação e mostrando que o sentido pode sempre ser outro, pois “todo o enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se colocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

Assim, é nesse espaço de possibilidades, de “pontos de deriva possíveis”, que esta pesquisa pretende trabalhar. Por verificarmos que os sentidos podem ser outros, no próximo item discutimos as denominações “revolução” e “transformação”.

1.3.1 As denominações “revolução” e “transformação”

Os nomes revolução e transformação não podem ser reduzidos ao ideário popular; antes, é preciso pensar nas relações dessas denominações com outras palavras que produzem movimentação de sentidos, podendo nos levar a termos como subversivo, inimigo, herói, rebelde, ruptura, novo, velho, resistência, luta, poder.

A ruptura, para Foucault (apud CASTRO, 2009, p. 388), não é uma espécie de limite, mas “o nome de uma série de transformações” que mantêm determinadas relações discursivas e modificam outras. É então pela ruptura que se pode ter uma revolução na história e nas formas discursivas.

O conceito de revolução como conhecemos muitas vezes nos leva a acreditar que se trata de mudanças, mas existe ainda outro aspecto no que concernem as revoluções modernas, o aspecto social. Conforme Arendt (2011), seja a derrubada do governo pelos ricos instaurando uma oligarquia, seja a derrocada de um governo pelos pobres para instaurar uma democracia, a motivação pela igualdade de condições se tornou, junto com o apoio da plebe ou dos pobres, a melhor maneira de subir ao poder.

No entanto, as revoltas e subversões da era moderna, com base em Arendt (2011), que se apoiam na questão social, surgem quando os homens duvidam de que a pobreza é inerente à condição humana, e passam a acreditar que a vida na Terra podia ser abençoada com abundância ao invés de amaldiçoada com a miséria, como faziam crer na Idade Média.

O conceito moderno de revolução, que está aliado ao que é novo, era desconhecido antes das duas grandes revoluções do final do século XVIII. Principalmente após deflagrar-se

a Revolução Francesa o termo “revolução” passa a ter uma convergência entre a ideia de liberdade e a experiência de um novo início.

A conjunção entre revolução, liberdade e novo cria um conjunto que se percebe no pensamento humano e se interdependem para elaborarmos um julgamento. Arendt esclarece que

a noção corrente no Mundo Livre é que a liberdade, e não a justiça ou a grandeza constitui o critério supremo para julgar as constituições dos corpos políticos, o grau de nosso preparo a aceitar ou rejeitar tal convergência dependerá não só de nosso entendimento da revolução como também da nossa concepção de liberdade, de origem nitidamente revolucionária (ARENDR, 2011, p. 57).

Desse modo, a concepção que temos de liberdade nos leva a aceitar ou rejeitar as constituições dos corpos políticos. Porém, Arendt (2011, p. 57) ressalta que “a libertação pode ser a condição da liberdade, mas de forma alguma conduz automaticamente a ela”, ou seja, a libertação contém, implicitamente, o desejo de liberdade. E não é certo que esse desejo desempenhou um papel importante e bastante controverso durante a história, tanto na filosofia quanto no pensamento religioso, ainda quando não existia liberdade política e quando os homens não se preocupavam com essa?

A liberdade política em termos modernos, associada ao governo constitucional e a elementos como os direitos civis, não resultava, para os homens das revoluções antigas, nem na teoria, nem na prática da revolução. Antes de tudo, a revolução derivava dos três grandes direitos primários: a vida, a liberdade e a propriedade. Como estabelece Arendt (2011, p. 60), os referidos direitos são “direitos inalienáveis do homem”. Além de todos esses direitos, poderíamos acrescentar a exigência de estarmos livres do medo e da fome. Por isso, o conceito de revolução, tal como a conhecemos na era moderna, sempre esteve aliado com libertação e liberdade, já que é difícil dizer onde termina o simples desejo de libertação, de estar livre da opressão, e onde começa o desejo de liberdade como modo político de vida.

Dessa forma, a luta de libertação para o revolucionário parte de alguns fatores. Primeiro, a libertação dos “explorados” das “classes privilegiadas”, depois a libertação da miséria. A noção de libertação, portanto, contém o desejo de liberdade e constitui o critério para julgar a constituição dos corpos políticos.

Arendt estabelece que

as palavras que sempre ocorrem são “rebelião” e “revolta”, cujos significados foram determinados e inclusive definidos desde o final da Idade Média. Mas essas palavras nunca indicaram a libertação, tal como era entendida pelas revoluções, e menos ainda apontavam para a instauração de uma nova liberdade. Pois a libertação no sentido revolucionário veio significar que todos aqueles, não só no presente, mas ao longo de toda a história, não só enquanto indivíduos, mas como integrantes da imensa maioria da humanidade, os humildes, os pobres, que sempre tinham vivido na obscuridade e na sujeição do poder vigente, iriam se levantar e se tornar os soberanos supremos da Terra (ARENDR, 2011, p. 61).

Dessa forma, o pensamento comum sobre revolução está intimamente ligado à violência e não ao sentido revolucionário de libertação, de elevação dos humildes e pobres estabelecidos pelos revolucionários. No conceito moderno de revolução, a novidade, o início e a violência não dão as matizes para estabelecer o conceito, mas o desejo de liberdade tanto das classes dominadas quanto da miséria ainda reside nessa palavra. Na noção moderna de revolução, a questão do Estado dará as matizes.

Nas relações de produção, Althusser (1999) defende que toda revolução parte da desagregação do Estado, seja por grandes invasões, seja pelo efeito da derrubada do Estado na tomada do poder. Em suma, a luta política gira em torno do Estado.

Para Althusser, uma revolução social consiste em,

desapossar a classe dominante do poder de Estado, isto é, da utilização de seus Aparelhos de Estado que garantem a reprodução das relações de produção existentes, para estabelecer novas relações de produção cuja reprodução é garantida pela destruição dos antigos Aparelhos de Estado e a edificação (longa e difícil) de novos aparelhos de Estado (ALTHUSSER, 1999, p. 173).

Assim, a revolução social é um tipo de revolução que estabelece novas relações de produção ao destruir os antigos aparelhos de Estado. Não afetam somente as relações de produção, mas destroem também o aparelho ideológico de Estado ao estabelecer uma nova ideologia.

Nesta pesquisa tratamos da revolução que destrói os antigos aparelhos de Estado capitalistas e edifica um novo modo de produção através dos aparelhos de Estado socialistas, distingue-se a revolução capitalista da socialista. Conforme Althusser (1990, p. 174), “quando se trata da revolução socialista, esse novo Estado passa para as mãos

dos representantes do proletariado e de seus aliados, que detém o poder do mesmo, isto é, controlam seus Aparelhos: eis o Estado da Ditadura do Proletariado”.

Porém, sabemos que a tomada revolucionária do Estado burguês e a destruição e substituição desse pelo Estado de ditadura do proletariado não é um apenas raciocínio lógico, ou, como Althusser (1990, p. 174) aponta, um “simples esgotamento do antigo sistema das relações de produção capitalistas”, mas uma luta de classes de massa.

De acordo com Pêcheux (1990), a questão histórica das revoluções pode se colocar no contato entre o visível e o invisível. Isso diz respeito também à linguagem. Se no espaço revolucionário tem-se a questão da passagem de um mundo a outro, a relação com o invisível é aí inevitavelmente colocada: o conjunto constitui um só processo, contraditório no qual se tramam as relações entre língua e história.

Para Pêcheux (1990, p. 12), “a revolução socialista aparece como o inexistente específico do mundo burguês, cujo advento é o único que pode realizar ‘a transparência da produção social’ para os próprios produtores e por eles”. Com isso, o discurso revolucionário socialista irá consistir em denunciar a sociedade, tornando visível o seu irrealizado, buscando reunir, convencer e politizar o proletariado e torná-lo “visível pra si mesmo”. Esse esforço para politizar o proletariado irá criar, como chama Pêcheux (1990, p. 12), um “novo sujeito da história”.

Desse modo, os sentidos das designações “transformação” e “revolução” dependerão das condições de produção, e que, no caso do *corpus*, “Diário de um combatente” e “Pasajes de la guerra Revolucionaria”, haverá deslizamentos de sentidos. As designações poderão ter significações divergentes, diferentes, antagônicas, conforme será explorado nas análises. De acordo com Pêcheux (2009, p. 146), o sentido de uma palavra “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”. Desse modo, as palavras adquirirão seu sentido em referência a essas posições ou às formações ideológicas, as quais pertencem e não terão um sentido próprio, mas o sentido se constituirá nas relações que essas palavras mantêm com outras da mesma formação discursiva.

Sobre a revolução com relação à linguagem, não se pode, de acordo com Pêcheux (1990, p. 15), “limitar-se hoje à questão do discurso do Partido-Estado, e à da legitimidade/ilegitimidade deste enquanto enunciador do discurso revolucionário”, mas

pensar essa problemática questionando de onde vêm os discursos revolucionários, como se constituem historicamente em relação ao inexistente, à irrealidade e ao impossível.

Este trabalho propõe-se analisar o funcionamento do discurso do sujeito revolucionário, mas primeiramente é necessário, conforme Pêcheux (1990, p. 17), retornar “aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica”.

Nesse sentido, no próximo capítulo começaremos a delimitar o funcionamento do discurso revolucionário, procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, bem como as condições de produção e formulação desse discurso.

CAPÍTULO II

UM DIÁRIO EM (RE)VISTA

O analista de discurso tem o compromisso de explicitar em seus trabalhos que contornos fluidos, tênues e oscilantes não se confundem com limites indistintos, vagos e imprecisos.

Maria Cristina Leandro Ferreira

O presente capítulo destina-se, de forma breve, a apresentar algumas questões metodológicas que atravessam a trama da escrita deste texto, a saber: (I) “Um diário em (re)vista”; (II) “A constituição do *corpus*: considerações sobre as edições”; (III) “Condições de produção e de formulação do discurso”; (IV) “Sobre os procedimentos de análise: entre o arquivamento do eu e do analista”.

2.1 UM DIÁRIO EM (RE)VISTA

Esta seção será dedicada a abordar a escrita do diário na perspectiva da Análise do Discurso. Antes de passar para a discussão, cumpre explicitar o que estamos entendendo por um diário em (re)vista neste trabalho, visto que o capítulo se propõe também a encaminhar as questões metodológicas. O fato de o *corpus* de análise ser o diário de um combatente, por si só, já coloca a escrita num lugar marcado institucional e socialmente. Isso porque, na organização de uma publicação, os lugares de autor, de editor já estão definidos, e, sendo assim, estamos falando de um lugar erigido pela ordem institucional.

Teremos, em um espaço discursivo, as formações discursivas, o lugar discursivo, a forma e a posição-sujeito. E no espaço empírico, as relações de poder institucionalizadas, como a editora, o editor, que, atravessados pela ideologia, também possuem um lugar social. Os dois espaços não devem ser tomados como opostos e fragmentados, mas, sim, como afirma Grigoletto (2008, p. 8), “em constante imbricamento, já que o lugar social é efeito da prática discursiva ao mesmo tempo em que o lugar discursivo é efeito/está determinado pela prática social”.

Nesse sentido, este trabalho tem um “diário em vista” como espaço discursivo no qual nos fixamos, constituído a partir de anotações de guerra. Por meio desse espaço discursivo pretendemos assinalar as marcas da prática social no lugar discursivo do sujeito-autor. Esse objeto que esta pesquisa busca tratar apresenta-se um espaço discursivo propício para análise das condições de produção, da luta de classes, do imaginário do sujeito e das ideologias, como outro talvez não fosse capaz de suscitar.

A história nos apresenta muitos diários na tentativa de (re)criar e/ou preservar uma memória de guerra, como, por exemplo, o *Diário de Anne Frank*, onde uma garota escrevia as experiências do período no qual sua família se escondeu da perseguição aos judeus dos Países Baixos. O conjunto de relatos que recebeu o nome de *Diário de Anne Frank* foi publicado pela primeira vez em 1947 e é considerado um dos livros mais importantes do século XX. Anne Frank foge da realidade subumana em que vivia, escrevendo seu cotidiano e o das pessoas ao seu redor.

As anotações em período de guerra podem não apenas ter esse caráter de escrita como esquecimento, mas também podem ser como rememoração. Conforme Le Goff (1996), uma vez que o acontecimento histórico rememorado na história passa a ter maior relevância pela ciência histórica; o fato deve ser suficientemente significativo para ser lembrado ou ser registrado em livros. Esse registro é sempre resultado de uma seleção feita pelo historiador (reconstruído pelo discurso). Um diário de guerra é escrito para imortalizar quem escreve e o momento em que foi escrito, seja como um aviso para que não se repita, seja como uma lição a ser aprendida.

O diário em revista a que esta pesquisa se dedica não é qualquer diário, mas um que busca em outro nova formulação dos sentidos. A fim de não nos determos apenas na versão da editora Planeta, já que essa passa pelo espaço empírico onde as relações de poder institucionalizadas transformam o dizer, buscamos o sentido em outras anotações de Che Guevara e estabelecemos um movimento de revista nos sentidos estabilizados.

Partindo do pressuposto de que um diário é uma escrita íntima, que não objetiva sua publicação, talvez fosse o lugar ideal para espelhar a realidade ou, então, propiciar uma interpretação dos sentidos mais ocultos.

As marcas de um “eu” que escreve para si têm esse caráter de privado em um espaço de possibilidades de significação que um material de caráter público seria incapaz de mostrar, pois traz o outro de maneira muito mais latente. O foco de outros tipos de escrita, um editorial, uma crônica, uma piada, um romance, produz sempre um efeito-leitor. O diário

possibilita ser esse objeto que olha para dentro, para si, para o autor mais do que para fora, para o leitor e seus interesses.

Cabe ressaltar, porém, que buscamos o autor do diário na escrita de guerra, procurando desestabilizar o sentido de diário que algumas teorias tratam, baseadas na forma, como o uso da primeira pessoa, a narrativa cotidiana, a ordem cronológica. Não procuraremos, na forma, maneiras de classificar um gênero textual, mas, na materialidade discursiva e nos efeitos produzidos, um modo de demonstrar o funcionamento desse discurso específico, sobretudo porque entendemos esse gesto de escrita como um modo de “arquivamento da própria vida”. Considerando que, ao escrever um diário, o sujeito seleciona aquilo que vai para o registro (datas, fatos, mapas, desenhos, cartas, relatos de ações, registros de visitas a determinados locais e curiosidades), encontraremos nesse não só um modo de arquivamento, mas movimentos de subjetivação, gestos de interpretação sobre a imagem que tem de si, do outro e sobre a imagem que tem do social. Produz-se uma imagem sobre o mundo ordinário que, bem sabemos, poderá, com o tempo, se desordenar.

A fim de demonstrar o funcionamento do discurso em diário, no próximo item explanaremos considerações sobre as edições que serão analisadas para a constituição do *corpus* de pesquisa.

2.2 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EDIÇÕES

O presente estudo adota como *corpus* de pesquisa recortes discursivos em duas obras: a primeira, *Diário de um combatente*, constituída de textos a partir de escritos de Ernesto Che Guevara, publicada em 2012; a segunda, *Pasajes de la Guerra Revolucionária*, publicada em 1985.

A obra *Diário de um combatente* traz um conjunto de anotações de guerra realizadas por Guevara, que, no dizer do editor no próprio livro, apresenta “a ausência de páginas importantes — o que constitui um desafio para futuras investigações”.⁶ Diante disso, essa

⁶ Essa afirmação se encontra na nota editorial de *Diários de um combatente*, publicada pela editora Planeta em 2012.

pesquisa busca analisar como o discurso construído por um sujeito revolucionário foi suprimido, modificado no trabalho da reescrita.

A escrita revista faz a tradução de algumas passagens da edição de partida. Entretanto, como a edição revista é uma compilação de várias anotações do sujeito, de fontes diferentes, a referida edição realiza a tradução de materiais diversos, que não pretendemos usar como fonte ou *corpus*. As sequências discursivas recortadas para essa pesquisa são aquelas em que a ER faz referência explícita à fonte “Pasajes de la guerra revolucionaria” ou a partes do texto, estabelecendo uma possibilidade de leitura sem a necessidade de recorrer a outros materiais.

Procuramos, portanto, confrontar as duas edições, a fim de perseguir o efeito de autoria, a posição-sujeito, as formações ideológicas e discursivas que regulam o funcionamento desse discurso, além de analisar o efeito imaginário projetado pelo editor e pelo autor, bem como o silenciamento imposto pela edição revista.

Justifica-se esse *corpus* pela possibilidade de contrastar o funcionamento do discurso revolucionário por meio de uma escrita particular que permite a análise do efeito imaginário construído nessas duas versões sobre o sujeito do discurso. A obra “Diário de um combatente” permite uma interpretação do imaginário do revolucionário, partindo de lugares discursivos diferentes dos do autor e do editor. Torna-se, assim, um material cujo processo discursivo está fortemente atravessado pela ideologia e pela história.

Assim, por entendermos o processo discursivo como atravessado pela ideologia e pela história, trataremos, no próximo item, sobre as condições de produção e de formulação do discurso revolucionário.

2.3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E DE FORMULAÇÃO DO DISCURSO

A perspectiva discursiva em que este trabalho se inscreve propõe que revisitemos a noção de condições de produção. Para precisar o que esse conceito formula, consideramos necessário abordar algumas questões. A primeira é o conceito de “Real/real”, pelas palavras de Pêcheux:

Em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso é feito a seu respeito, significa colocar que no interior do que se apresenta como o universo físico humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...) “há real”, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser “assim” (PÊCHEUX, 1997, p. 29).

A questão do “real” se mobiliza na língua e na história. Assim, o autor mostra a independência que há entre o objeto no mundo e o discurso, a partir da afirmação de que não conseguimos descobrir o real, apenas nos deparamos com esse. Seria o “real físico”. Enquanto Milner (1987) aborda o real da língua como sendo o impossível que lhe é próprio, sem considerar o real da história. Gadet e Pêcheux (2010, p. 51) entendem “o real da história como uma contradição da qual o impossível não seria foracluído”. Existe, para os referidos autores, um real da língua, que está relacionado com a ordem da língua, e o real da história, com a ordem da história. A ordem da primeira é marcada em seu funcionamento pela falha e a ordem da segunda, pelo equívoco.

Desse modo, Gadet e Pêcheux (2004) afirmam que o princípio da univocidade na língua não é localizável nessa, ou seja, o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica), o ponto em que a língua atinge a história. A irrupção do equívoco afeta o real da história, assim como “todo processo revolucionário afeta também o espaço da língua” (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 64).

Os registros em um diário realizado por um revolucionário afetam, portanto, esses dois espaços. Ao contrastar as duas edições, o impossível linguístico alia-se à contradição histórica, já que vemos uma construção discursiva sobre os mesmos acontecimentos contados de duas posições no discurso. A revolução, as condições de produção e as posições ideológicas do sujeito-autor interferem no espaço da língua por meio da escrita. Em contrapartida, as condições de produção e posições ideológicas do efeito-sujeito-editor na reescrita e tradução contribuirão para apagar a construção discursiva desse acontecimento.

Isso ocorre porque, de acordo com Mittmann (2012), na autoria, a heterogeneidade é disfarçada pelo efeito de unidade e de origem, ao passo que na leitura do tradutor esse efeito se desfaz e a heterogeneidade permite a interpretação para, em seguida, refazer-se o sentido de unidade. Conforme a autora, a tradução pode ser pensada não enquanto interação ou passagem, mas num “jogo de tensões, embates, disputas, turbulências acionado na leitura do texto base pelo tradutor, na escrita do texto da tradução, nas leituras possíveis em diferentes épocas e por diferentes lugares sociais, tanto do texto base como do texto da tradução” (MITTMANN, 2012, p. 74).

Para compreendermos melhor a questão do “real”, trazemos Leandro Ferreira (2005, p. 73), quando afirma que temos o “real da língua, real do sujeito, real da história e real do

discurso”. O real, como inconsciente, foi tratado por Lacan, quando ele tematiza o real de dois modos: como impossível de ser simbolizado e como sendo aquilo que retorna sempre ao mesmo lugar. Dessa forma, a linguagem se estrutura por meio do sujeito do inconsciente através do simbólico. Conforme Leandro Ferreira (2005), a análise do discurso trabalha com o real da língua, o real do sujeito e o real da história – os três possuindo como base o aspecto da incompletude. Nesse sentido, possuímos quatro reais: a língua, pelo par possibilidade/impossibilidade do dizer; o sujeito, pela impossibilidade de que o discurso seja falho; a história, dos processos sócio-históricos passíveis de contradição, e o discurso.

Partindo do pressuposto segundo o qual a Análise de Discurso trabalha com esses quatro reais, a compreensão do processo discursivo envolve analisar também algumas instâncias de sua produção: a constituição, a formulação e a circulação dos discursos. Esta será a segunda questão a que nos propomos abordar antes de inscrever a noção de condições de produção. Assim, conforme Orlandi (2005), os processos de produção do discurso implicam três momentos igualmente relevantes:

1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo;
2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e;
3. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições (ORLANDI, 2005, p. 9).

Desse modo, os sentidos se constituem por intermédio desses três momentos. Na constituição – pelo equívoco, pela falha da língua inscrita na história; na formulação, por meio das condições de produção e circunstâncias de enunciação e, por fim, na circulação dos discursos a partir dessas condições. Nesse sentido, conforme Orlandi (2005, p. 10), a formulação “é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestamente seu dizer. Dá o contorno material ao dizer instaurando o texto”. Esse acontecimento se torna o momento em que o sujeito diz o que diz, transformando o corpo do sujeito presente em corpo das palavras, se assume autor.

Assim, começamos a discutir a noção de condições de produção do discurso. Na base dos processos discursivos, além da materialidade simbólica, há também uma materialidade histórica. Esta é formada pelas relações sociais de uma determinada formação social, em meio às quais (e para as quais) os sujeitos históricos trabalham a formulação dos “seus” dizeres.

Em Pêcheux (1997) encontramos que qualquer processo discursivo inscreve-se numa relação ideológica de classes. Ideológica, porque é sempre uma representação, um gesto de interpretação que deriva da posição-sujeito. O “conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas” é, conforme estipula Pêcheux (1997), o processo de produção do discurso, para cuja análise importa:

[...] – o estudo das variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção particulares considerados sobre o “fundo invariante” da língua (essencialmente: a sintaxe como fonte de coerções universais) [...].
– o estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas condições de produção – e esse processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria linguística atual pelo papel dado ao contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão (PÊCHEUX, 1997 p. 74-75 - grifos do autor).

Cabe lembrar que as condições de produção de um discurso referem-se tanto à sua inscrição na história (contexto amplo) quanto às circunstâncias da enunciação (contexto imediato). Podemos falar em condições sócio-históricas e condições enunciativas de produção, embora ressaltando a inter-relação entre essas, sobretudo as últimas como atualização das primeiras. Dizer, portanto, que nessas condições de produção de um discurso estão também os lugares discursivos ocupados pelo sujeito, e esses “derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada” (PÊCHEUX, 1997, p. 76-77).

No caso deste trabalho, num primeiro momento, traremos as condições sócio-históricas, nas quais o sujeito ocupa certo lugar no interior de uma formação social dada. Essas condições não são vistas apenas como situação, mas como um pano de fundo para a formulação e compreensão do discurso. Partimos, assim, para uma breve contextualização do momento em que era formulado o discurso do sujeito-autor.

Há de se considerar que o final do século XIX marca o fim de uma longa etapa colonial na história de Cuba, assim como a troca de tutela: encerra-se o domínio espanhol e inicia-se o ciclo de dominação ianque. A transição para a etapa neocolonial, contudo, é marcada por um período de lutas no qual se destaca a atuação de uma elite (GOTT, 2006).

O pensamento anticolonial e anti-imperialista são as origens do sentimento nacional, que sobreviverá na sociedade cubana por toda a primeira metade do século XX,

em contrapartida do subjugo estadunidense a que a ilha esteve submetida. O nacionalismo faz suas raízes na necessidade de oposição à expansão dos Estados Unidos e de afirmação da soberania cubana, isto é, de exigência da formação de um estado nacional de caráter antagonista ao colonialismo de fase superior do capitalismo (GOTT, 2006).

Na época das guerras de independência, – a primeira, Guerra dos Dez Anos, de 1868 a 1878; a segunda, Guerra Chiquita, entre 1879 e 1880, e a última, a Guerra de Independência Cubana, de 1895 a 1898, – a elite cubana, do ponto de vista material, era uma classe de negócios dividida entre: a) o tabaco e o açúcar, baseados no latifúndio e na exploração de uma população de imigrantes pobres da Espanha e de ex-escravos recém-alforriados em 1886; b) o comércio e as atividades vinculadas à urbanização. A produção desses produtos e a detenção dos meios de produção não só movimentaram as bases econômicas, como também contribuíram para que ambos os grupos fossem subordinados ao capital estadunidense, que consolidara suas posições após a invasão da ilha no período que vai de 1898 a 1902. A elite local demonstra nesse processo, de um lado, sua debilidade política, militar e econômica, de outro, o comportamento especulativo e arrivista que culmina na associação ao capital estadunidense.

Assim, o cenário político em Cuba se transformou ao longo do período de influência direta dos Estados Unidos e a emergência de grupos urbanos da economia agrário-exportadora apresentou demandas de difícil atendimento nos marcos de uma dominação baseada em expressiva drenagem de excedentes para os Estados Unidos. Foi esse o contexto da ditadura de Gerardo Machado (1925-1933) que atravessou o último ciclo expansivo de preços do açúcar pré-1929, assim como o ponto mais baixo da crise respondendo às reivindicações sociais com o autoritarismo explícito.

As tensões acumuladas durante a crise foram fundamentais para explicar a emergência de Fulgêncio Batista no início da década de 1930 e a extinção da emenda Platt⁷(1933). Batista dominará a cena política cubana por todo o período que vai da deposição de Machado ao final da Segunda Guerra Mundial, sendo presidente entre 1940

⁷ A chamada emenda “Platt” foi um dispositivo legal, inserido na Carta Constitucional de Cuba, que autorizava os Estados Unidos a intervir naquele país a qualquer momento em que interesses recíprocos de ambos os países fossem ameaçados. Dessa forma, na prática, Cuba passou a ser um protetorado estadunidense até 1933, quando um movimento popular conduziu ao poder Fulgêncio Batista. A emenda Platt representou uma ingerência nos assuntos cubanos, restringindo o exercício soberano da política externa e comercial de Cuba.

e 1944. Trata-se de um período (1933-1944) de reciclagem da dominação ianque no território cubano: sai a tutela oficial e entra em cena a cooptação política.⁸

Batista será o homem forte dos Estados Unidos no período de desagregação da ordem mundial. E, após os governos de Grau (1944-1948) e Prío (1948-1952), voltou ao poder por meio do golpe de 10 março de 1952. Desse modo, nos dois largos períodos em que ocupou o poder, Fulgêncio Batista teve ação destacada na repressão aos movimentos de esquerda na ilha e utilizou as forças militares locais para defender a aliança Estados Unidos–Cuba nos negócios neocoloniais. O tráfico de influência e as redes de corrupção lubrificavam os mecanismos de extração do excedente, baseados na superexploração e na depredação dos recursos naturais cubanos, alastrando a pobreza e consolidando um quadro de ausência de perspectivas de transformação.

Nesse cenário vemos uma relação de subordinação/insubordinação de Cuba. Subordinada por meio de Fulgêncio Batista aos interesses estadunidenses e por meio do povo explorado, mas nesse mesmo cenário surge a insubordinação do primeiro Partido Comunista de Cuba. Esse antagonismo vai emergir na escrita do sujeito-autor quando ele se coloca como insubordinado às ideologias de Batista sobre as relações entre Cuba e Estados Unidos. Quando o sujeito em seu discurso se refere ao Exército como “ejército enemigo”, materializa no dizer sua posição insubordinada.

Essa relação subordinação/insubordinação também ressurge nos modos de relacionar o mundo exterior ao discurso. Julgamos importante mencionar os processos históricos que levaram o regime de Batista à derrubada em 1959 pelo exército rebelde, comandado por Fidel Castro e Che Guevara, porque existe uma dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior materializado no discurso. Para Pêcheux (2009, p. 73), o mundo exterior “resulta o caráter necessário dos efeitos que afetam esse sujeito, chamados, doravante, processo nocional-ideológico”. Nesta pesquisa, o mundo exterior intervém na escrita do sujeito-autor e o faz assumir uma ideologia e uma posição divergente, por meio do discurso, ao mundo concreto no qual existia.

Com o surgimento, no período pré-1929, da figura de Júlio Antonio Mella, um dos fundadores do novo Partido Comunista Cubano,⁹ começa a ser desenhada a Revolução Cubana descrita por Che Guevara no diário.

⁸ A chamada “cooptação política” se refere à escolha e nomeação dos membros do partido sem dependência de critérios externos.

Combinando reflexão acadêmica e ações de organização política, Mella destacou-se por difundir o pensamento comunista e a prática revolucionária, sendo condenado ao exílio no México. O jovem universitário foi o responsável pela junção do marxismo-leninismo ao resgate do gênio político-militar de Martí: planejou contra as recomendações do Kremlin a tomada de regiões estratégicas no oriente de Cuba e a luta armada contra a ditadura de Machado.

A morte de Mella ainda no exílio e o duro período de repressão durante os períodos de Machado e da primeira hegemonia de Batista representam uma derrota para as pretensões da juventude cubana, condenando uma geração ao ostracismo. Apenas no final da década de 1940, com a constituição do Partido do Povo Cubano (PPC/Ortodoxo) e com a legalização do Partido Socialista Popular (PSP), as forças de oposição conseguem mínimos espaços de representação. É de se notar que tais partidos se mostravam incapazes de liderar de forma efetiva um movimento de superação do regime neocolonial.

A personalidade política que irá irromper na década de 1950 em Cuba – e mudará a história do país –, o jovem Fidel Alejandro Castro Ruz, estava nas fileiras do Partido Ortodoxo, tendo ação destacada dentro do que ele próprio chamaria, poucos anos depois, de “Geração do Centenário do Apóstolo Revolução”. O advogado Fidel Castro havia sido um destacado líder estudantil e apoiava Eduardo Chibás, um denunciante da corrupção reinante na ilha.

O suicídio de Chibás abalou o Partido Ortodoxo e o quadro político cubano no início da década de 1950. Como agravante, assistiu-se a mais um golpe de estado, em 10 de março de 1952, que alçou Fulgêncio Batista ao comando do país com amplos poderes. A violação da então recente Constituição de 1940, que previa eleições no mesmo ano, demonstrava a fragilidade e a limitação dos conceitos de república e democracia em Cuba.

Exatamente nesse contexto, Fidel empreende uma luta de oposição à ditadura de Batista. O primeiro dos esforços concentra-se na contestação dentro da ordem: recorre ao

⁹ O Partido Comunista de Cuba foi formado na década de 1920 pelos fundadores Blas Roca, Anibal Escalante, Fabio Grobart e Julio Antonio Mella. Em 26 de março de 1962, a ORI tornou-se o Partido Unido da Revolução Socialista Cubana (PURSC), que, por sua vez, tornou-se o Partido Comunista de Cuba em 3 de outubro de 1965. O partido comunista continua a ser o único partido político reconhecido pelo modelo político implantado em Cuba.

poder Judiciário cubano, denunciando a violação constitucional ocorrida em 10 de março de 1952. A ação não obtém sucesso, mas é crucial para a legitimação de uma segunda etapa, a do enfrentamento aberto ao governo ilegal.

O dia 26 de julho de 1953 entra para a história de Cuba como o início da Revolução Cubana, a partir do ataque aos quartéis do Exército cubano localizados nas cidades de Bayamo e Santiago. Fidel estava na segunda liderando o ataque ao Moncada, como afirma Gott (2006, p. 171), “segundo maior quartel do país nos anos 1950 [...] as celas e as salas de interrogatório permanecem como eram, um sombrio testemunho das atrocidades do passado”.

Esse ataque destinava-se a tomar armas do arsenal, mas possuía como objetivo subjacente derrubar o governo de Batista estabelecido após o golpe de Estado no ano anterior. A ação mostrou-se um fracasso desastroso, contudo, conforme Gott (2006, p. 171), “moncada foi um desafio ao regime, e permaneceria como fundamento de uma organização revolucionária”. Surgia, assim, o Movimento 26 de Julho, que tomaria o poder menos de seis anos mais tarde.

Nas anotações do diário, as mencionadas datas desempenham importante papel não apenas no sentido de contextualizar a escrita com os acontecimentos antecedentes e presentes, mas demonstrando o posicionamento do sujeito no que concerne a tais acontecimentos. Ele (o sujeito) relata no trecho titulado “Una revolución que comienza” que “las nuevas promociones ingresaban en las flamantes filas del llamado ‘Movimiento 26 de Julio’, fecha que marcaba el ataque al cuartel Moncada, en 1953”¹⁰ (GUEVARA, 1985, p. 4).

Desse modo, remete ao ataque que nomeou o movimento, mas também qualificando em “flamantes = resplandecente/novo” as fileiras que compunham o movimento. Notamos uma caracterização dos combatentes como algo que viria iluminar e renovar a política cubana. Em outro trecho, o sujeito afirma que “empezaba una tarea durísima para los encargados de adiestrar a esa gente, en medio de la clandestinidad imprescindible en México, luchando contra el gobierno mexicano, contra los agentes del

¹⁰ As novas promoções ingressavam nas resplandecentes filas do chamado “Movimiento 26 de Julio”, data que marcava o ataque ao quartel Moncada, em 1953.

FBI norte-americano y los de Batista”¹¹ (GUEVARA, 1985, p. 5). Nesse trecho percebemos o posicionamento enquanto revolucionário conhecedor das dificuldades de se empreender uma revolução contra barreiras físicas (do governo mexicano, do FBI) e barreiras ideológicas (adestrar a gente).

No dia 26 de julho de 1953, cem guerrilheiros usando uniformes do Exército partiram de Siboney para Santiago em ônibus e automóveis, assim eles tinham a vantagem da surpresa, porém os defensores do quartel tinham a vantagem da posição superior, o que fez a guerrilha de Castro lutar colina acima. Muitos soldados morreram na batalha e as tropas improvisadas de Castro se retiraram em desordem. Fidel fugiu para as montanhas, sendo capturado poucos dias depois e processado em Santiago em setembro do mesmo ano. Ele cumpriu menos de dois anos da sua sentença, que foi de 15 anos de prisão, beneficiado por uma anistia.

Em novembro de 1954, enquanto ele estava confinado, foram realizadas eleições presidenciais, tendo Batista como único candidato. O ex-presidente Grau San Martín deu ao início do processo alguma legitimidade, porém, compreendendo que as eleições seriam fraudulentas, dentro da tradição cubana, retirou a candidatura, e Batista declarou-se vencedor e, como afirma Gott (2006, p. 176), “anunciando o retorno do governo constitucional, com garantia de liberdade de imprensa, ele sentiu-se seguro o bastante para prometer uma anistia aos prisioneiros políticos – inclusive os irmãos Castro”.

Fidel Castro viaja para o México em julho de 1955, organizando uma força guerrilheira, que armados e treinados tentariam reacender a rebelião. Foi apresentado pelo irmão Raul Castro a um desconhecido revolucionário argentino que vivia na cidade do México desde o mês de setembro anterior. Ernesto Guevara, que recém havia completado 27 anos de idade, fizera amizade com um grupo de exilados cubanos que viviam por lá, e antes de chegar ao México Guevara passara nove meses na Guatemala testemunhando os meses finais do governo de Jacobo Arbenz. O seu encontro com os irmãos Castro acabara de lhe dar um novo papel na vida, e logo ele foi recrutado para o movimento revolucionário. Sobre o encontro de Che Guevara com Fidel Castro, encontramos nas anotações do diário a seguinte passagem: “lo conocí en una de essas

¹¹ Começava uma tarefa duríssima para os encarregados de adestrar a essa gente no meio da clandestinidade imprescindível no México, lutando contra o governo mexicano, contra os agentes do FBI norte-americano e os de Batista.

frías noches de México, y recuerdo que nuestra primera discusión versó sobre política internacional. A las pocas horas de la misma noche – en la madrugada – era yo uno de los futuros expedicionarios” (GUEVARA, 1985, p. 4).

Esse trecho corrobora com a visão de Gott sobre a importância desse encontro para a revolução: “Castro deu a Guevara uma causa política imediata, que ele há muito vinha procurando, assim como o benefício da sua breve experiência à frente de um movimento armado. Juntos, eles derrubariam o governo Batista e organizariam uma revolução cujas ondulações se espalhariam por todo o mundo” (GOTT, 2006, p. 177).

Em 2 de dezembro de 1956, encalhou em um recife, perto da praia, a velha embarcação, cheia de frestas por onde entrava água, o Granma. Comandado por Castro, em princípio, aquele foi um dos mais desastrosos dos desembarques clandestinos em Cuba, mas veio a ser celebrado como o mais épico e importante na guerrilha de Castro e Guevara, já que se destinava a atear uma insurreição popular em todo o país para a derrubada do ditador. A partir desse momento, o desembarque do Granma, o sujeito-autor começa relatar no diário as aventuras, alegrias e tristezas da guerrilha na Serra Maestra para tomar o poder em Cuba.

Apesar de um início desfavorável, foi um acontecimento importante não só na história de Cuba, mas também na da América Latina. O Granma e a sua carga de 82 voluntários guerrilheiros tinham zarpado de Tuxpan uma semana antes. A estratégia inicial era uma guerrilha prolongada na Serra Maestra, no campo, pois Castro via como uma retomada histórica das prolongadas guerras de independência do século anterior. A longa viagem de cerca de 1.200 milhas em mar agitado pelo Golfo do México deixou a maioria dos tripulantes mareados e despreparados para o que os esperava adiante e as dificuldades com o clima fizeram com que a embarcação chegasse dois dias depois do programado e não de forma despercebida (GOTT, 2006, p. 179).

Poucas horas depois de chegar, o grupo guerrilheiro estava sob ataque aéreo e terrestre, vários deles foram mortos, ao passo que 22 foram capturados e posteriormente julgados. Os remanescentes foram em desordem pelos brejos até caírem em uma emboscada, na qual alguns foram mortos. Vagando sem rumo, exaustos, esfomeados e perdidos, os sobreviventes aguentaram dez dias antes de conseguirem encontrar resistência interna. Reagrupados nas montanhas, os sobreviventes remanescentes do desembarque do Granma acostumaram-se às rotinas da guerra de guerrilha, atacavam

guarnições militares isoladas perto da costa para obter armas e munições, e se retiravam para as alturas impenetráveis das montanhas (GOTT, 2006, p. 181).

Nesse contexto são formadas as condições de produção nas quais eram produzidos os discursos de Che Guevara no diário. Tais condições se constituem quando considerados o sujeito (Che Guevara) e a situação (a guerra revolucionária), que, por sua vez, pode ser considerada em seu sentido estrito (quando compreendem as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato) ou em sentido mais amplo (quando a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico).

A noção de condição de produção tem sua primeira definição nos trabalhos de Pêcheux (1969, p. 18), a partir de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, cujo feixe de traços objetivos a sociologia pode descrever”. Para Courtine (2009, p. 51), a noção de condição de produção apresenta um conteúdo “ao mesmo tempo empírico e heterogêneo”. Desse modo, percebemos o caráter instável da noção em que o plano psicológico e social (situação da enunciação, interação verbal dos locutores nessa situação, etc.) pode dominar o plano histórico de caracterização das condições.

Nesse sentido, para precisar a noção de condição de produção, a relacionamos com a noção de *corpus* discursivo, já que para Courtine (2009, p. 54) o *corpus* discursivo é definido como “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso”. Para o autor, a operação da extração de um *corpus* discursivo político, primeiramente, consiste em delimitar o campo discursivo de referência. A definição das condições de produção do discurso possui, assim, uma relação próxima com as sequências discursivas que irão compor tal *corpus*, dando-lhe homogeneidade. No próximo item estabelecemos os procedimentos que serão adotados para constituir o *corpus* e o arquivo de análise.

2.4 SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Esta seção é dedicada aos procedimentos metodológicos – identificação do *corpus*, análise e interpretação –, os quais organizam a análise e permitem a concretização dos objetivos de estudo.

A pesquisa propôs-se a investigar as transformações operadas sobre a edição de

partida na edição revista, que sinalizam novas tomadas de posição dos sujeitos da escrita. Para tanto, observamos o funcionamento do discurso no diário de Ernesto Che Guevara, a partir do qual nas formas de dizer o mundo, de olhar o social e de pregar a revolução (tomando como base teórica a Análise de Discurso, em articulação com a linguística e a história). Utilizaremos os conceitos estabelecidos por Michel Pêcheux (1997 [1975], 2002, 2012) sobre sujeito, formação ideológica e discursiva, como também sobre autoria.

Esta análise ocorrerá a partir de recortes nas duas obras, analisando modos de subjetivação, projeções imaginárias que o sujeito do discurso tem sobre si, sobre o outro e sobre a revolução social, tanto na presença da versão primeira do diário quanto na presença do trabalho do efeito-sujeito-editor. Como recorte, Orlandi (1984) afirma ser uma unidade discursiva entendida como fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Por isso, o recorte em AD, distingue-se do segmento, pois este pode ser uma unidade, uma frase ou um sintagma, mas não um fragmento da situação discursiva.

O ato de segmentação está relacionado com unidades dispostas linearmente, tendo uma hierarquização feita mecanicamente, o que não ocorre com os recortes, já que “não há uma passagem automática entre as unidades (recortes) e o todo que eles constituem” (ORLANDI, 1984, p. 14). Desse modo, o princípio que rege a efetuação do recorte varia segundo os tipos de discurso, configuração das condições de produção, objetivo e alcance da análise.

Nesse sentido, na AD a delimitação do *corpus* e, por consequência, das categorias que nele serão analisadas, conforme Lagazzi,

as condições de produção, que regulam a relação da materialidade linguística de uma sequência discursiva às condições históricas que determinam sua produção, indicam os procedimentos de constituição de corpus discursivo, entendido como um conjunto de sequências discursivas denominadas por um estado dado, suficientemente homogêneo e estável, das condições de produção do discurso (LAGAZZI, 1988, p. 59).

Diante disso, as categorias de análise propriamente ditas somente poderão ser delineadas, traçadas definitivamente durante a realização do capítulo de análise da dissertação, pois para desenvolvermos uma reflexão teórica sobre um enunciado, considerando a AD como nosso suporte, devemos partir do pressuposto de que não se pode atribuir a um sujeito psicológico (ou seja, na esfera individual) à produção de interpretação,

mas compreender um corpo sócio-histórico constituinte da significação, que é atravessado por discursividade distintas. Nesse entremeio está localizada a memória, espaço histórico e ideológico que deve ser contextualizado com as condições de produção.

Este trabalho tem como foco os seguintes aspectos das edições:

- a) pontuação, mais especificamente as reticências;
- b) supressão de passagens;
- c) reelaboração de dizeres;
- d) notas de rodapé.

No processo discursivo de reformulação, essas duas edições estabelecem contato e como a edição revista faz do discurso anterior o ponto de partida para existir e estabelecer a diferença; optamos por designar a edição anterior como “edição de partida”.

Com base em tudo quanto precede sobre a constituição do *corpus*, foram organizados os blocos que aqui figuram compostos por recortes de sequências discursivas (SD), dispostos em duas formas, edição de partida (EP), que irá se referir às retiradas da obra *Pasajes de la Guerra Revolucionaria* e, edição revista (ER), que se refere à obra *Diário de um combatente*. Exemplo:

(SD1)

EP – (figurando aqui uma formulação extraída da edição de partida).

ER – (figurando aqui a formulação extraída da edição revista, para confronto com a EP).

No que concerne à organização das sequências discursivas, sinalizamos que marcaremos com a data em que o dizer foi vinculado na obra “Diário”, pois na obra “Pasajes” não existe tal marcação, sendo que o discurso está organizado em textos titulados. Ainda sobre as sequências, marcaremos quando essa for uma nota de rodapé retirada da edição revista e, apesar de optar por recortar e manter as sequências da EP em espanhol, a tradução dessas sequências se encontrarão em notas de rodapé.

Desse modo, organizaremos nosso arquivo e como faremos a leitura deste. Nesse gesto de leitura iremos nos basear primeiro na escrita e leitura do arquivo, necessitamos delimitar brevemente a questão do arquivo para a análise do discurso e para o desenvolvimento desta pesquisa.

Segundo Pêcheux (1982), desde a Era Clássica duas culturas, a literária e a universitária, se distanciaram, chegando a ignorar a existência uma da outra, embora

dividiram uma mesma tarefa. Por tradição, a leitura dos arquivos sempre foi uma prática desenvolvida pela cultura literária, representada por historiadores, filósofos, pessoas de letras, que mergulham em um caminho só, produzindo uma leitura singular para a construção do seu mundo de arquivos. Para Pêcheux (1982), houve então a divisão do trabalho da leitura a partir do distanciamento entre o literário e o científico. A alguns coube a tarefa de produzir leituras originais dos arquivos, isto é, interpretações. A outros, o dever de sustentar a leitura literal dos documentos, nas palavras de autor, as ditas “interpretações”.

As divergências existiam/existem em vários espaços culturais, entretanto, a temática da leitura “permaneceu quase sempre implícita” (PÊCHEUX, 1994, p. 56). Assim, há motivos que levam a pensar os conflitos explícitos como resultantes dos distintos modos de ler o arquivo “entendido no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1994, p. 57).

Pêcheux (1994) reitera a importância de reconstruir a história da distinção dos gestos de leitura que nortearam a construção do arquivo, o acesso aos documentos e, ainda, o modo de apreendê-los. Isso seria possível a partir da reconstituição das práticas de leitura marcadas nos efeitos da escritura. Com efeito, esse trabalho “consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas, que organizam estas leituras, mergulhando a ‘leitura literal’ (enquanto apreensão-do-documento) numa ‘leitura’ interpretativa – já que é uma escritura” (PÊCHEUX, 1994, p. 57).

Esta pesquisa consiste, portanto, em reconstituir a prática de leitura (do editor) assinalada no efeito de escritura (do autor), marcando e reconhecendo as evidências práticas que organizaram essa leitura. Estaremos neste trabalho diante de duas formas de arquivo: um construído pelo analista através dos recortes realizados nas duas edições, e outro realizado pelo próprio autor. Por ter a materialidade linguística em forma de diário, reconhecemos o efeito de arquivo produzido em primeira instância pelo sujeito-autor, uma forma de “arquivamento do eu” (ARTIÈRES, 1998).

Essa prática, conforme Artières (1988), pode se dar em um diário íntimo com características autobiográficas, em que se perde o caráter normativo e o processo de objetivação para ceder lugar a um movimento de subjetivação, ou seja, “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (ARTIÈRES, 1998, p. 11).

Assim, a prática da escrita, da leitura e do gesto de arquivar se constitui mutuamente neste trabalho. Partimos de um arquivamento do eu em forma de diário sob o nome de autor Ernesto Che Guevara para comparar a outro arquivamento realizado pelo sujeito-editor para criar, portanto, o arquivo de análise desta dissertação, que levará em consideração as condições de produção do arquivo realizado pelo sujeito-autor.

Desse modo, para trabalharmos a questão da escrita em diário mais especificamente, e os modos de subjetivação dos sujeitos envolvidos no processo de escrita e (re)escrita. No próximo capítulo começaremos a realizar alguns movimentos de leitura nos arquivos do eu, só que partindo do arquivo construído pelo analista de discurso.

CAPÍTULO III

MOVIMENTOS DE LEITURA NO DIÁRIO DE UM COMBATENTE

É esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo.

Michel Pêcheux

Numa escrita de diário, memória e tempo histórico, parece confundirem-se, fazendo “ressoar formulações na rede de memória”. Para Courtine (2009, p. 103), “o surgimento de uma formulação, anos mais tarde, chama a atenção para o fato de que toda produção discursiva, que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura, movimenta – faz circular – formulações anteriores, já enunciadas”, ou seja, toda produção discursiva possui uma memória discursiva. Sobre isso, Courtine afirma:

[...] séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre si em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraçando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço interdiscursivo, que se poderia denominar, seguindo M. Foucault, domínio de memória, que se constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciativo na formação dos enunciados “pré-construídos”, de que sua enunciação apropria-se (COURTINE, 1999, p. 18).

Nessa perspectiva, o trabalho do efeito-sujeito-editor passa pela noção de interdiscurso. Para Mittmann (2012, p. 76), “a natureza do discurso é da ordem do repetível, do já lá do interdiscurso que funciona sob a forma de fluxo e refluxo, pela memória (sob a determinação de uma formação discursiva na qual o sujeito se inscreve para fazer sentido), no intradiscurso”.

Assim como a natureza do discurso é da ordem do repetível, o sujeito-editor acredita repetir o dizer do sujeito-autor e mostra ao leitor o interdiscurso funcionando, porém, a partir

do discurso surgem espaços que possibilitam as tomadas de posição: a identificação, desidentificação e contraidentificação.¹²

A escrita implica a existência de um autor e este produz sentidos e entrega-se a gestos de interpretação. Escrever um diário, portanto, implica falar de si e assumir a incompletude do sujeito e do sentido. A escrita, lugar de interpretação, se torna um espaço simbólico onde a memória trabalha. É nesse espaço de articulação entre língua e história, sujeito e discurso, que este trabalho se propõe submergir.

O ato de escrever se baseia em repetição, apesar de possuir um efeito de novidade, o que dizemos reaparece e retorna em outro lugar, onde o sujeito irá organizar os enunciados dispersos no tempo e no espaço, produzindo a textualização dos elementos oriundos do exterior que, ao serem “recontextualizados, se naturalizam, ‘apagando’ as marcas de sua procedência, de sua exterioridade/heterogeneidade/dispersão” (INDURSKY, 2001, p. 31).

Assim, a escrita é uma forma de relação social, em que os elementos não possuem marcadas a heterogeneidade e a exterioridade. Conforme Orlandi (2002, p. 233), “a escrita especifica a natureza da memória, ou seja, define o estatuto da memória (o saber discursivo que determina a produção de sentidos e a posição dos sujeitos), definindo assim, pelo menos em parte, os processos de individualização do sujeito”. Dessa forma, apesar de o sujeito organizar os elementos de modo que pareça que a exterioridade foi apagada, aqui o papel da memória será fundamental para que o gesto de leitura possa identificar como o sentido se produziu e/ou qual a posição do sujeito, inclusive a de autor.

É por meio da memória e das relações de identificação com o outro que o sujeito procura construir sua identidade entre a singularização e a alteridade. Segundo Rickes (2002), a escrita faz trabalhar a falta constitutiva do sujeito, mas ao tentar apagar a falta, o sujeito deixa marcas de sua procedência que o revelam. Assim, ao sentir-se ameaçado pelo outro e tentar apagar a falta que lhe é constitutiva, o sujeito acaba colocando à prova o efeito de unicidade, que ao dizer é conferido pela escrita, abrindo pontos de deriva no dizer.

Authier-Revuz (1994, p. 253-254) desenvolve a questão da falta afirmando que há dois tipos de representação que marcam o dizer: a primeira, é tomada como imperfeição, como uma deficiência, que o dizer apresenta um modo inacabado de dizer; a segunda, é uma ausência, uma falha que é complementar à primeira, sendo que essa palavra que falta pode

¹² Esses desdobramentos do conceito de sujeito serão abordados mais adiante neste trabalho.

indiciar uma fraqueza de quem enuncia em encontrar “a palavra”, ou ainda ser indício de uma fraqueza da língua, sinônimo de um “não existe palavra”. Além da questão da falta, a escrita tem relação com o real da história e com a historicidade do sujeito e do sentido. De acordo com Orlandi,

é preciso pensar a escrita em relação ao real da história e à historicidade do sujeito (e do sentido). Se, no primeiro caso, consideramos a relação da escrita com a Instituição no confronto do simbólico com o político, no segundo, é a relação do homem com o simbólico que se apresenta, pondo em jogo a constituição do sujeito em sua relação com a ideologia (ORLANDI, 2002, p. 235).

Dessa forma, a escrita não pode ser separada nem da história, nem do sujeito, e, por isso, não devemos ignorar a falta que lhe constitui (e constitui o sujeito); não devemos ignorar a exterioridade que foi apagada, uma vez que é na escrita que se materializa a história, a qual vai determinar os modos de individualização do sujeito. Assim, o sujeito se singulariza no gesto da escrita, sendo que os modos de individualização desse sujeito vão se dar, conforme Orlandi (2006), de formas diferentes nas diversas conjunturas históricas.

Nesse sentido, a escrita revolucionária que trazemos nesta pesquisa é um modo de individualização do sujeito, que se constitui assim, baseado numa conjuntura histórica específica: a Revolução Cubana. Nessa escrita está em jogo a constituição do sujeito em sua relação com a ideologia. Como lembra Grigoletto (2006, p. 207), “a escrita articula-se entre o linguístico, o histórico, o social e o ideológico, constituindo-se num espaço simbólico, lugar de interpretação, num trabalho de memória e de construção de identidades”.

Pensando no efeito-sujeito-autor do discurso de Che Guevara, a escrita desse sujeito foi constituída, ou seja, como afirma Rickes (2002, p. 67), mobilizando experiências que colocaram em movimento as estruturas do inconsciente do sujeito escrevente, podendo ser considerada “uma cicatriz”. O rastro deixado pelo movimento do inconsciente vai tornar a escritura uma marca sobre a qual se desdobra, o que é próprio da posição assumida no discurso.

A escrita revolucionária, no nosso entendimento, está no âmago da tríplice aliança língua-história-sujeito, uma vez que o indivíduo se constitui sujeito pela ideologia e pela língua para fazer história, e a escrita conferirá a historicidade ao sujeito e ao sentido. Conforme afirma Schons (2005, p. 141), “ao escrever, nunca se acaba de esboçar e de se escrever e reescrever, nunca se esgota de se inscrever, já que, assim como a linguagem, os sujeitos são permanentemente incompletos e inacabados”.

Nesse ponto temos a relação da completude e incompletude do sujeito e da linguagem. Pêcheux (1990) reconhece nos discursos com pretensão revolucionária um contato entre o que é da ordem do visível e a ordem do invisível, a do existente e a do alhures, a do não realizado ou a do impossível, a do presente e a das diferentes modalidades da ausência. Para ele, as formas linguísticas são o lugar possível de produção do invisível e da ausência. Nas palavras do autor, “toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível” (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

Assim, a memória vai trazer o funcionamento que “não está mais”, vai (des)arranjar, (des)organizar o “logicamente estabilizado”, e a ideologia vai funcionar como o invisível na escrita revolucionária.

3.1 A ESCRITA EM DIÁRIO: UMA COINCIDÊNCIA ENTRE A LINGUAGEM E O REAL?

A escrita em diário está ligada a um falar de si, de caráter íntimo, sem pretensão de ser lida por outro, a não ser o seu mestre. No entanto, em se tratando de registro de ações de um combatente, de um líder político, essa escrita pode ser reveladora se for lida por outros, bem como pode vir a ser instrumento para uma (des)figuração da realidade. Partindo desse pressuposto, por que “o diário de um combatente”, no texto base, não seguia a estrutura, a lógica de registros em um diário?

Sobre o funcionamento dos registros em diário trazemos Gadet e Pêcheux (2004, p. 99): “O realismo socialista em literatura baseia-se no mito de uma coincidência entre a linguagem e o real, impondo-se descrevê-lo ‘objetivamente’, tal como é... na ideologia stalinista, ou seja, de fato transfigurar a realidade ao ‘refletir-la’”. Quando os autores discutem a língua de Estado stalinista que possuía o objetivo de brandir contra quem recusasse as contradições do real em um puro cristal, sendo acusados de deformar a realidade, criticam a utilização da linguagem como coincidência com o real. Essa tentativa de refletir a realidade através da linguagem está presente no *corpus* deste trabalho.

Numa análise preliminar, percebemos que a edição revista, retomando a afirmação feita por Gadet e Pêcheux, a escrita em forma de diário tenta descrever objetivamente os acontecimentos, produzindo um efeito de evidência, ou seja, procura descrever a realidade tal

como é; porém, em que ponto uma reescrita afetaria o conteúdo da primeira versão? Para Gadet e Pêcheux,

a crítica literária com pretensão marxista dissocia forma e conteúdo e concede-se ao conteúdo um primado absoluto sobre a forma, em nome do materialismo histórico: o fundo da obra, as ideias que ela veicula, traduzem as intenções do autor, as concepções sociais e as mentalidades que elas “refletem” nesse espelho da sociedade que constituem a arte em geral e a literatura em particular (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 99).

Passando a reflexão para nosso objeto de estudo, desfocado da crítica literária, o que nos interessa é a tendência em dissociar a forma do conteúdo numa tentativa de “refletir” a sociedade no espelho da arte em geral. Retratar a arte, a literatura, a escrita como neutra, apenas instrumento com um papel de reflexão, leva à ingenuidade de acreditar que a língua, o inconsciente e a ideologia não transpassam o sujeito que pinta, que modela, que escreve, como se a arte fosse transparente.

Utilizando as metáforas “língua de madeira”, “língua fóbica, construída para fazer fracassar de antemão qualquer contradição e se proteger ao falar das massas”, e “língua de vento”, vinculada ao capitalismo, que “permite à classe no poder exercer sua maestria, sem mestre aparente” (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 24), caracterizamos o discurso modelado em forma de diário como possuindo os dois tipos.

A edição de partida é constituída por textos com títulos como “jornadas de marcha”, “cuidando heridos”, como chamada para um novo acontecimento; a forma de diário da edição revista é constituída por fragmentos dos textos da edição de partida, com datas como títulos, extraíndo completamente os títulos da edição de partida. A edição revista, intitulada de “diário”, ao utilizar as estratégias elencadas anteriormente, visa fazer fracassar qualquer contradição e se proteger ao falar da guerrilha e seus procedimentos na ilusão do “objetivismo”, como se apenas refletisse o que ocorreu em determinado dia.

Também nominamos a “língua do diário” como uma língua de vento, já que sobre o nome de Che Guevara exerce sua maestria sem o verdadeiro mestre aparente, o efeito-sujeito-editor. De acordo com Pêcheux (1998),

o objeto da linguística (o próprio da língua) surge assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e aquele das transformações de sentido, que escapa toda norma atribuída *a priori* de um trabalho do sentido sobre o sentido tomado na repetição indefinida das interpelações (PÊCHEUX, 1998, p. 51).

Assim, relacionando com a escrita em forma de diário, essa foi forjada no primeiro espaço: da manipulação de significações estabilizadas, normatizada para essa “higiene pedagógica do pensamento”, com o intuito de não revelar o trabalho da edição de partida pertencente ao segundo espaço: das transformações de sentido, que escapa à norma.

Esse aspecto da escrita em diário, realizado pelo sujeito editor, podemos relacioná-lo com a função do que Authier-Revuz chama de “línguas artificiais”. Essas “nomeiam ‘bem’ as coisas, sem perda, sem desvio, restituindo por aí mesmo aos sujeitos, fantasmaticamente, esta coincidência consigo mesmo que, constitutivamente, lhes interdita sua língua real” (AUTHIER-REVUZ, 1994, p. 254).

O conceito de real da língua foi desenvolvido por J. Milner (1987) como o impossível que lhe é próprio, aceitando que exista ao menos um lugar na língua de onde se fala o que não se pode falar. Nesse sentido, toda língua possui esse lugar, o lugar do impossível, que será o real da língua. Porém, quando é realizado um trabalho de escrita retirando o real de que a língua é constituída, mostrando um discurso sem perda, sem desvio, restitui aos sujeitos a coincidência e, por conseguinte, a interdição.

Conforme Milner (1987, p. 21), “o real da língua tem a particularidade de que ele não se reconhece de maneira unívoca, e a ‘regularidade’ pode ser tomada antes como máscara do que como o signo disso”, e é essa aparência de máscara que identificamos no discurso de Che Guevara da edição revista, que antes de ser reconhecido como correspondente da edição de partida, ao anular o real constituinte, cria uma máscara de regularidade, de continuidade e de interdição.

Essa tentativa de escapar à linguagem real e à perda que está nessa, torna-se um modo da não fala, conforme Authier-Revuz (1994), “ao mesmo tempo inevitável e inaceitável, de não dito em todo dizer, responder por um radical não dizer: a esta parte de silêncio que atravessa, vazando-a, toda nomeação, opor o pleno (o vazio) da não nomeação” (AUTHIER-REVUZ, 1994, p. 254). Pensamos que assim se revela uma força constitutiva de todo dizer, o não dizer, e que ao escolher o não dizer se revelará no discurso o silêncio que atravessa toda nomeação com esse vazio, mas também esse pleno que é a não nomeação.

Conforme Authier-Revuz (1994), a falta do dizer gera uma ferida, “o sonho de dizer sem falta, o silêncio do não dizer, a escritura como adesão à ferida do dizer”, e essas formas de representar a falta do dizer possuem não coincidências fundamentais nas quais se produz o dizer, a saber:

a) não-coincidência interlocutiva entre dois sujeitos não-simetrizáveis; b) não-coincidência do discurso consigo mesmo, constitutivamente afetado pelo jogo em si mesmo de outros discursos; c) não-coincidência das palavras consigo mesmas, constantemente afetadas de outros sentidos, de outras palavras, pela polissemia, pela homonímia etc...; e, enfim, a que nos preocupa aqui, d) não-coincidência entre as palavras e as coisas – “os acidentes” que constituem, no desenvolvimento contínuo do fio do discurso, as formas de desdobramento opacificante da enunciação [...] (AUTHIER-REVUZ, 1994, p. 255).

Das não coincidências nomeadas por Authier-Revuz (1994), a que se apresenta neste trabalho será a não coincidência entre as palavras e as coisas, que cria o efeito opacificante da enunciação de Che Guevara, aparentemente como “acidentes”, mas revelando-se propositais. A título de ilustração, apresentamos uma sequência composta por dois fragmentos: o primeiro (EP) retirado do livro *Pasajes de la guerra revolucionária*, do capítulo intitulado “Una entrevista famosa”; o segundo (ER), do livro *Diário de um combatente*, referindo um fato datado em 23 de abril. Ambos tratam do mesmo fato, uma reportagem em que o jornalista Bob Taber entrevistaria Fidel Castro sobre a guerrilha. Num primeiro momento, apresentaremos duas sequências discursivas (uma sequência da edição de partida e outra da edição revista), o modo como está organizada a sequência em cada um dos livros e, logo a seguir, analisaremos como a articulação entre língua e história produzem tais sentidos.

(SD 1)

EP:

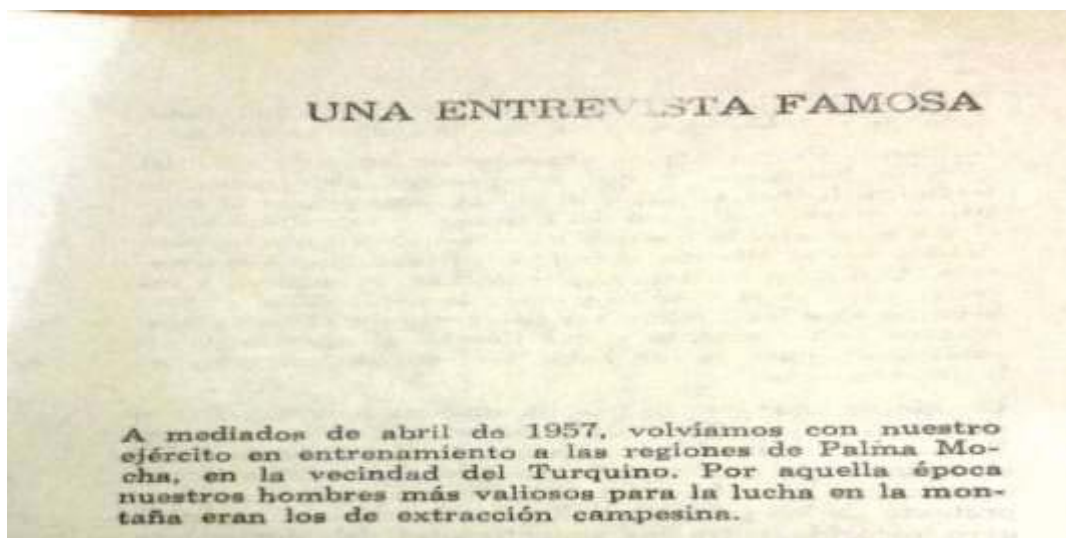


Imagem 1

Fonte: GUEVARA, Ernesto Che. *Pasajes de la guerra revolucionaria*. La Habana, Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

ER:

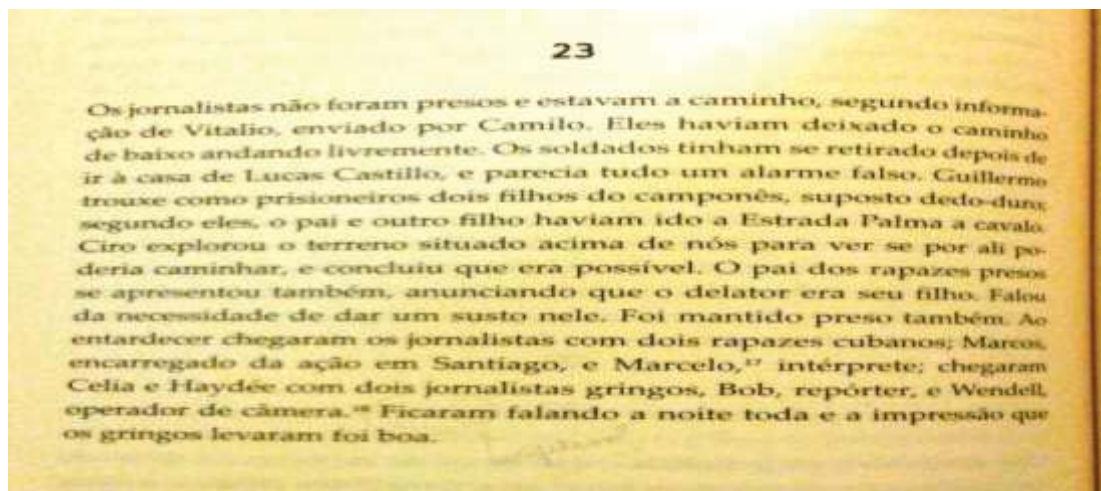


Imagem2

Fonte: GUEVARA, Ernesto Che. *Diário de um combatente*. Trad. de Dafne Melo. São Paulo: Planeta, 2012.

Fazendo um contraponto entre as duas versões – edição de partida (EP) e edição revista (ER) –, podemos dizer que as duas sequências (da imagem 1 e da imagem 2) referem ao mesmo acontecimento: uma entrevista. Porém, se nos detivermos ao primeiro recorte, observaremos na estrutura das duas sequências algumas diferenças. A primeira trata-se de um texto introduzido por um título “Una entrevista famosa” com a data no corpo do texto, a segunda – da edição revista – tem a data como título “23 de abril”. Cabe dizer que as sequências discursivas extraídas das duas versões, trazidas em forma de imagem, tratam da mesma temática, porém, para fim de ilustração, o recorte foi realizado acima da página (para demonstrar o início de cada seção).

A alteração estrutural de capítulo com título para fragmento com data busca atender características de diário, no qual a data funciona como registro, comprovação do acontecimento histórico, levando o leitor a tomá-lo como verdade. Nesse momento, detemo-nos nas marcas linguísticas de dois fragmentos sobre o mesmo acontecimento, a saber:

(SD 2)

EP: “El día 23 de abril, el periodista Bob Taber, y un camarógrafo **llegaban a nuestra presencia**; junto a ellos venían las compañeras Celia Sánchez y Haydee Santamaría y los enviados del Movimiento en el llano, Marcos o Nicaragua, el comandante Iglesias, hoy gobernador de Las Villas y en aquella época encargado de acción en Santiago y **Marcelo**

Fernández, que fue coordinador del Movimiento y actualmente vicepresidente del Banco Nacional, como intérprete por sus conocimientos del inglés.”¹³ (GUEVARA, 1985, p. 69)

ER: “Ao entardecer chegaram os jornalistas com dois rapazes cubanos; Marcos encarregado da ação em Santiago, e **Marcelo, intérprete**; chegaram Celia e Haydée com dois jornalistas gringos, Bob, repórter, e Wendell, operador de câmera.” (GUEVARA, 2012, p. 106)

No texto da edição revista podemos observar a ausência de algumas marcas específicas de um diário. Quando o sujeito escreve “ao entardecer”, a sua escrita aproxima-se do estilo narrativo da literatura,¹⁴ pois ao transformar a linguagem em impessoal, afasta-a da forma escrita em diário, já que o autor se coloca na história em primeira pessoa e utiliza marcas temporais concretas, com relação à realidade imediata, ou seja, produzindo efeitos do real. Se quem escreve um diário escreve para si, para guardar segredo, para desabafar, por que o tom impessoal, parecendo se tratar da história de outra pessoa (?), como se contasse o fato de fora, sendo apenas um observador? Pode ser a marca do outro na escrita, intervindo no dizer e se revelando, mesmo sem ter a intenção. Não há marca de data no corpo do texto, deixando em aberto a possibilidade de o fato ter ocorrido em qualquer momento, antes ou depois do movimento ter assumido o governo de Cuba. Antes, poderia representar o interesse dos Estados Unidos em conhecer o inimigo, as políticas, as ideologias e, talvez, algumas estratégias para dominar a ilha. Depois, poderia nos levar a depreender gestos como opressão, uma dominação do PCC e a crueldade de seus dirigentes.

Em relação a esse gesto de dominação, retomamos Orlandi (1995), que explica duas formas de se dividir o silêncio: o silêncio fundador e a política do silêncio. Assim, o silêncio fundador é aquele que torna possível toda a significação do dizer, enquanto que a política do silêncio regula o dizer e o não dizer, ou seja, para dizer “x” precisamos silenciar “y”. Nessa política do silêncio teremos duas subdivisões: a) constitutivo e b) local (censura). Sobre este último, Orlandi (1995, p. 108) afirma que “não se trata do dizível sócio historicamente

¹³ No dia 23 de abril, um jornalista Bob Taber e um operador de câmera chegavam a nossa presença; junto com eles vinham as companheiras Celia Sánchez e Haydee Santamaría e os enviados do movimento no campo Marcos ou Nicarágua, o comandante Iglesias, hoje governador de Las Villas, e naquela época encarregado de ação em Santiago, e Marcelo Fernandez, que foi coordenador do movimento e atualmente vice-presidente do Banco Nacional, como intérprete por seus conhecimentos de inglês.

¹⁴ Esclarecemos que o foco deste trabalho não é comparar o literário e o não literário, mas comparar as duas versões a fim de discutir questões específicas dos processos de escrita na perspectiva da AD.

determinado (o interdiscurso, a memória do dizer), mas do dizível produzido pela intervenção de relações de força nas circunstâncias de enunciação”. A partir dessa afirmação, podemos dizer que o fato de na edição revista serem apagadas algumas marcas específicas da escrita em diário, como a data e a utilização de um estilo mais narrativo, leva a entender que o que está funcionando nessa sequência é o silêncio local, a censura, que intervém nas circunstâncias da enunciação e promove essas mudanças numa relação de força.

Em termos de tradução, cabe registrar a supressão de muitos elementos, tendo em vista que o texto da ER persegue o objetivo de transcrição das anotações de Guevara. No entanto, observamos, no exemplo da SD1, que a inclusão da expressão “dois jornalistas gringos” não é mencionada na EP, o que nos possibilita depreender a posição de certo desprezo do sujeito do discurso para com os estrangeiros, sugerindo uma divisão entre “nós – cubanos” e “eles – americanos”. A inclusão dessa expressão “gringos” fortalece a ideia de bloqueio da interferência americana, um desejo do PCC retomar a identidade cubana em detrimento da interferência dos Estados Unidos, desde a criação da emenda Platt até a ditadura de Fulgêncio Batista, que defendia a aliança Estados Unidos–Cuba.

Ainda sobre a tradução, a ER não apresenta alternativa para a expressão “el llano”, que, no nosso entendimento, poderia ser “a planície”. Foi observado ainda que não haja referência ao movimento e a não utilização da palavra “companheiras”. Trata-se de duas expressões linguísticas específicas de identificação do socialismo e que, no entanto, são esquecidas no ato da tradução, talvez na tentativa de deixar com menos vestígios de palavras “de esquerda”. Essa tentativa de limpeza, assim o entendemos, coloca a escrita da ER situada num plano intermediário, entre o discurso da esquerda, marcado, e o discurso de direita, higienizado.

Outro fato que chama a atenção é a discrepância entre o modo de registrar a presença do estrangeiro: na EP, “como intérprete por sus conocimientos del inglés”, e na ER, “Marcelo, intérprete”. Aqui vemos dois modos de registrar a interferência americana em Cuba, em que um cidadão, participante de uma guerrilha na selva fala inglês, principalmente, pelas afiliações dos dois países. A EP traz um intérprete pelos conhecimentos, mas sem a formalidade da ER, que nomeia apenas como intérprete, fazendo parecer que ele não era do movimento, que veio dos Estados Unidos junto com o jornalista e o operador de câmera, tornando o sentido de influência que o país tinha sob Cuba mais marcado.

Nessas duas sequências percebemos a não coincidência nomeada por Authier-Revuz (1994), em que a adequação semântico-referencial é suspensa quando uma das realidades (a

da edição de partida) faria falta, colocando em causa a “existência mesma da ligação inerente à nomeação” (AUTHIER-REVUZ, 1994, p. 262). Nesses trechos também observamos o que a autora nomeia “ausência”, “faz falta ao dizer”, e isso ocorrerá de duas formas, “a) ‘a’ palavra, a palavra exata que falta no dizer, vazando a nomeação por sua ausência; ou, b) seja o enunciador que, de algum modo, faça falta no seu dizer da palavra, como ‘ausentado’ em um dizer que se esquiva de sua plena realização” (AUTHIER-REVUZ, 1994, p. 263).

Na primeira forma, as palavras que nomeiam “Marcelo” como “coordenador del Movimiento y actualmente vice presidente del Banco Nacional”, que se fazia importante na edição revista, está ausente vazando a nomeação. Acreditamos que essa ausência acarreta prejuízo na interpretação, já que o papel de Marcelo para o movimento e depois para a história de Cuba, como vice-presidente do Banco Nacional, foi mais importante do que a nomeação dada pela edição revista como mero intérprete. Esse indivíduo simboliza um sucesso da guerrilha, que passou de coordenador do movimento para vice-presidente do Banco Nacional, porque a revolução destruiu os aparelhos repressivos de Estado, a economia dominada pelos burgueses, ao colocar no posto esse indivíduo.

A segunda forma de ausência, enunciador, também se materializa nessas sequências, já que o sujeito autor na edição de partida se coloca na enunciação. Percebemos isso através da expressão “llegaban a nuestra presencia”, enquanto que na edição revista o sujeito mantém certo distanciamento, como se estivesse se ausentando no dizer.

Nessa discussão, a partir da SD2, composta pela ER e EP, fica evidente, conforme Authier-Revuz (1994), um processo que expõe no dizer uma de suas não coincidências, ressaltando uma “costura aparente” sobre o tecido do dizer, expondo a falha e ao mesmo tempo seu “conserto”. Uma falta de palavras que enxerta “em um ponto do fio do dizer para aí nomear a falha, abrindo o dizer, pelo dito, sobre o que ele não diz, fazendo ressoar em outras palavras mais esta parte de silêncio que se experimenta nas palavras” (AUTHIER-REVUZ, 1994, p. 256).

Essas reflexões sobre a forma da edição revista escrita em diário e a não coincidência e ausência no dizer não apenas como constituinte do real da língua, mas como um discurso manipulado por uma higiene pedagógica, com vistas a mascarar o sentido, possui um objetivo. Talvez, esse objetivo, advindo da manipulação, parta, como afirma Pêcheux (1998), de uma concepção aristocrática e, atribuindo de fato o monopólio do espaço das discursividades não estabilizadas logicamente, permaneça preso “na velha certeza elitista que reza que as classes dominadas jamais inventam nada, porque elas estão por demais absorvidas

pelas lógicas do cotidiano: em suma, os proletários, as massas, o povo...”, teriam tal necessidade vital de universos logicamente estabilizados já que os “jogos da ordem simbólica não lhe concernem” (PÊCHEUX, 1998, p. 53).

Talvez não nos baste, como classe dominada, apenas o espaço das discursividades estabilizadas logicamente, porque não pensamos a língua somente como um “jogo nas regras”, na qual tentamos sempre recobrir o próprio espaço daquilo que pertence ao real da língua, mas tentamos, como afirma Pêcheux (1998), pensar a língua como “jogo sobre as regras”, supondo que “aquilo que atinge melhor ao próprio da língua enquanto ordem simbólica” pode dessimetrizar o aparelho das regras sintáticas ao construir aí efeitos discursivos que o atravessam, que proporcionam vazamentos, deixando aparecer outra construção no momento em que uma palavra se introduz por outra.

Como o sujeito que joga esse “jogo sobre as regras” num processo de autoria se constitui, será abordado no próximo item.

3.2 O PROCESSO DE AUTORIA E AS POSIÇÕES DISCURSIVAS

A questão da autoria, numa perspectiva discursiva, é uma continuidade do sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade de um texto. O autor é posto como uma função da noção sujeito. Como afirma Schons, “escrever implica repetição, que pode ser entendida como retorno ao mesmo, mas que, pelo fato de aparecer em outro lugar e em outro momento, torna-se uma prática única” (2005, p. 139-140).

Diante disso, percebemos que a repetição irá requerer interpretação, mas também memória. A primeira, como afirma Orlandi (1996, p. 67), “não é mero gesto de decodificação, de apreensão de sentido”, por isso não pode ser qualquer uma, portanto, o que irá garanti-la será a segunda, a memória, que, nas palavras do autor (p. 67-68), se constitui em dois aspectos: a memória institucionalizada, ou seja, “o arquivo, o trabalho social da interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a ela”, e a memória constitutiva, ou seja, “o interdiscurso, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo)”.

Nesse sentido, compreendemos a distinção entre interdiscurso e memória, ou seja, o primeiro diz respeito ao fato de que todo o dizer se produz sobre um já dito, e o segundo, o

dizer realizado com o sentido estabilizado. E, desse modo, o arquivo seria representações imaginárias da memória. Para entendermos melhor a tríade, interdiscurso, memória e arquivo, Orlandi (2010) aponta:

Se no interdiscurso há o que se deve dizer, mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há, assim, um efeito de fechamento. Se o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece (ou o que não se deve esquecer). Se no interdiscurso fala uma voz sem nome (cf. Courtine), no arquivo fala a voz comum, a de todos (embora dividida) (ORLANDI, 2010, p. 15).

Assim, a memória institucionalizada pertence ao arquivo que, por sua vez, terá um efeito de fechamento. Compreendendo a distinção entre memória, interdiscurso e arquivo, a questão da escrita, desse modo, torna-se um efeito do trabalho entre interpretação e memória, visto que o que dizemos reaparece e sempre retorna em outro lugar. Assim, como demonstra Schons (2005, p. 140), “na tentativa de manter o controle sobre os sentidos, o sujeito-autor inscreve em seu dizer sentidos já construídos; escolhe uma ou outra estratégia que vai manter vivos na memória cenas e percursos vividos por seu leitor”. Desse modo, por meio da questão da escrita, mobilizamos a questão da leitura do arquivo, que irá apontar para as materialidades linguísticas e para a possibilidade de equívoco na leitura dos discursos textuais.

A divisão do trabalho de leitura implicará, portanto, a relação da sociedade com a constituição de sua própria memória histórica. Nesse contexto, a ambiguidade da expressão “aprender a ler e a escrever” associa-se a outra que remete à informática. Essa associação, por sua vez, difunde, sob certas condições da análise discursivo-textual, a possibilidade “de uma expansão dos privilégios ‘literários’ da leitura interpretativa em amplos setores onde (como por exemplo, discursos políticos de uma parte, publicitários de outra, o provam [...] a prática da ‘leitura literal’ se mostra perfeitamente insuficiente)” (PÊCHEUX, 1982, p. 59-60).

Essa leitura de arquivo remete à constituição de memórias coletivas. Esse modo de ler se dá através de dois sujeitos: um, autorizado a ler, falar, escrever em seu nome; outro(s), submisso(s) às práticas de cópia, transcrição, indexação, classificação, codificação etc. Este último, para Pêcheux (1982), configura uma espécie de apagamento do sujeito-leitor, em razão de o lugar ser ocupado pela Igreja, pelo rei, pelo Estado que o emprega, ou seja, o representa.

O sujeito pode, então, assumir diferentes posições, pode ser leitor, autor e, ainda, um editor. Para explanarmos como essas posições serão ocupadas neste trabalho, no próximo subitem trataremos da questão do sujeito, posição e forma de acordo com os pressupostos da teoria pecheutiana.

3.2.1 Posição-sujeito e forma-sujeito

Quando falamos na autoria dos discursos sobre de quem é a fala e o conteúdo abordado nesses, tem-se a concepção de que pertence ao sujeito, de que é opinião do próprio autor; porém, não é essa a concepção da análise do discurso. Quando se trata do discurso, em relação ao autor, o sujeito não pode ser concebido como um indivíduo que fala.

Diante dessa concepção de que o sujeito não é o senhor de sua vontade sofre as coerções de uma formação ideológica e de uma formação discursiva, ou é submetido ao seu inconsciente, surge o conceito de assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico. Quando Orlandi afirma que “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este se submete a língua significando e significando-se pelo simbólico na história” (2008, p. 100), está falando de que a partir do momento em que o indivíduo entra na linguagem o homem passa a ser assujeitado.

Diante dessa concepção, Orlandi (2008) aponta dois modos de subjetividade: uma, o sujeito é interpelado pela ideologia, despossuído, mas também mestre do que diz, constituindo a forma-sujeito (um sujeito histórico no qual se identifica); outra corresponde ao estabelecimento (e o deslocamento) das formas de individualização do sujeito em relação ao estado.

Toda prática discursiva está, assim, inscrita no complexo contraditório-desigual-sobre determinado das formações discursivas que caracterizam a instância ideológica em condições históricas dadas; e também sabemos que não existe prática discursiva sem sujeito. Dessa forma, os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes por formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Essa interpelação do indivíduo em sujeito do discurso se realiza pela identificação deste com a formação discursiva que o domina.

O sujeito pode desdobrar-se em duas modalidades: universal e da enunciação. Quanto à identificação do sujeito com a formação discursiva, ele pode desdobrar-se em bom sujeito e

mau sujeito. Conforme Pêcheux (1997, p. 215), “a primeira consiste em uma superposição, entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a tomada de posição do sujeito realiza seu assujeitamento de forma livremente consentido”. Essa superposição reflete espontaneamente o sujeito, ou seja, o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito no discurso se identifica, sendo que sofre cegamente essa determinação.

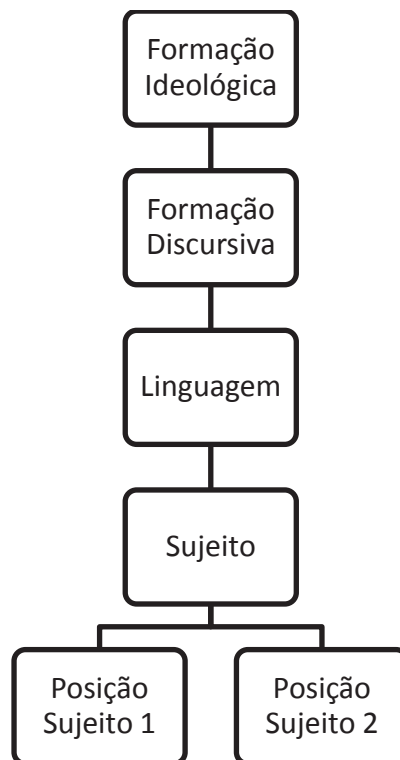
Já a segunda modalidade, Pêcheux (1997, p. 215) afirma que “o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal por meio de uma tomada de posição, que consiste dessa vez em uma separação (contestação, questionamento)”. Ele se contraidentifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo interdiscurso como determinação exterior de sua interioridade subjetiva.

O autor ainda discute uma terceira modalidade em que as práticas de produção dos conhecimentos e a prática política do marxismo-leninismo realizam uma dessubjetivação do sujeito não anulando a forma-sujeito, mas criando uma transformação-deslocamento da forma sujeito.

Desse modo, é por meio das relações sociais que o sujeito assume no discurso uma posição social que pensa ser dele, mas que está ideologicamente afetado. Considerando o que já foi dito a respeito do sujeito, podemos dizer que é duplamente afetado no funcionamento individualizado, através do inconsciente, e no funcionamento social, através da ideologia.

Assim como os discursos são construídos por meio de uma ideologia, de formações discursivas e ideológicas da participação do sujeito, embora de maneira inconsciente através do assujeitamento ou interpelação ideológica, não podemos deixar de falar do papel do político no discurso. Conforme afirma Schons (2006, p. 79), “o político é a materialidade, é a possibilidade não dos modos de subjetivação, mas das posições-sujeito, as quais permitem identificar o modo de sua relação com a exterioridade [...]”.

Dessa forma podemos dizer que o político está atrelado ao sujeito e lhe confere uma exterioridade, ou seja, torna-lhe visível e interpretável, e proporciona através das posições que o sujeito representa no discurso perceber suas relações com o externo. Da reflexão sobre sujeito e forma-sujeito, elaboramos o seguinte gráfico:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico1 - Constituição do indivíduo em sujeito

Nesse gráfico podemos observar a formação discursiva, a linguagem e a formação ideológica afetando o sujeito em via dupla, pois ele se constitui e tem relação com as outras categorias. Desse duplo movimento, resultam duas posições sujeito: efeito-sujeito-autor e efeito-sujeito-editor. A formação discursiva e formação ideológica afetam tanto a primeira quanto a segunda e estão representadas pelas linhas pontilhadas em direção às posições que apenas em nível de ilustração dividem a mesma caixa. O trabalho do efeito-sujeito-editor não deixa de ser um gesto de interpretação, de autoria, mas o que está funcionando no discurso é o lugar institucional da editora, sendo assim o lugar social e o lugar discursivo se confundem.

Por compreendermos que os discursos são constituídos por um indivíduo assujeitado por uma ideologia e que a materializa nas formações discursivas com as quais se identifica, consideramos fundamental para este trabalho uma reflexão sobre as posições aqui encontradas, que serão discutidas no próximo item.

3.2.2 Um discurso, dois efeitos: movimentação entre a posição do revolucionário e a posição do contrarrevolucionário

A função-autor passou por muitas modificações desde que foi percebida na história. Já esteve aliada a uma forma de imortalidade, ou seja, escrever para não ser esquecido, para não morrer intelectualmente, como também já esteve aliado ao apagamento completo das individualidades do sujeito que escreve.

Como já mostramos no decorrer da pesquisa, o *corpus* escolhido trata do processo de escrita de um diário, que, conforme Foucault (2002), esse ato de escrita pode ter como objetivo ser uma forma de imortalidade mais do que um apagamento do sentido, e, ainda, o nome que pesa sobre a obra tem grande relevância. Como afirma Foucault (2002, p. 44), “um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome, etc.) ele exerce relativamente aos discursos certo papel: assegura uma função classificativa”, ou seja, podemos reagrupar um número de obras e, até mesmo, opô-las com base no nome do autor. Mas não apenas isso, sabemos que “se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto” (FOUCAULT, 2002, p. 45).

Dessa forma, Foucault chega à ideia de que “o nome do autor não transita, como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas que de algum modo, bordejando os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto o seu modo de ser [...]” (FOUCAULT, 2002, p. 46).

Assim como sujeito em AD não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso, não é o sujeito físico que funciona no discurso, mas a posição sujeito discursiva, e, se temos um no discurso, no texto o que temos é um autor. Passamos, assim, da noção de sujeito para a de autor. Como afirma Orlandi,

[...] se a noção de sujeito recobre não uma forma de subjetividade, mas um lugar, uma posição discursiva (marcada pela descontinuidade nas dissenções múltiplas do texto) a noção de autor é já uma função da noção de sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito (ORLANDI, 1996, p. 68).

Dessa forma, a autora procura estabelecer a autoria como função enunciativa do sujeito, distinta de enunciador e de locutor. A função autor, para Orlandi (1996), não se limita como em Foucault (2002), a um quadro restrito e privilegiado de produtores originais de

linguagem, mas se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não contradição e fim. Essa noção se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, estabelecendo, portanto, uma correlação entre sujeito/autor e discurso/texto.

As categorias de função-autor, sujeito-autor, efeito-sujeito, posição-sujeito e agora efeito-sujeito-autor se relacionam neste trabalho do seguinte modo: a função autor é o trabalho discursivo do sujeito-autor que organiza e dá um efeito de unidade ao discurso, produzindo sentidos. O sujeito-autor pode ser entendido como um lugar social que o sujeito assume enquanto produtor de linguagem e será mais afetado pela exterioridade e pelas exigências de coerência, de não contradição e de responsabilidade. Quando este “sujeito-autor é afetado pelo imaginário de estar na origem do dizer: ele esquece que os sentidos preexistem e supõe-se a fonte única de seu dizer e de seus sentidos”, emergindo como efeito-sujeito e produz o “efeito de evidência” através do “efeito-texto”. Este pode ser compreendido como espaço discursivo simbólico, porque o fechamento e a completude também o são (INDURSKY, 2001, p. 33-34).

O efeito-sujeito-autor, por sua vez, torna-se um trabalho discursivo realizado pelo efeito-sujeito na produção da linguagem que marca a posição-sujeito, a ideologia, o lugar social, a partir do qual o sujeito-autor produziu o texto e os gestos de interpretação. No caso desta pesquisa, o efeito-sujeito-autor marca a posição-sujeito revolucionário, o lugar social do combatente e a ideologia socialista.

As sequências a seguir foram extraídas somente da EP – Pasajes de la guerra Revolucionaria –, das passagens “Alegria de Pio” e “Una revolución que comienza”. Os critérios utilizados para o recorte foram as marcas linguísticas que apontam para sujeito do discurso, como “yo-eu” e “mi-meu”, que permitem trabalhar com a noção de posição-sujeito e função-autor. Marcaremos como sequências distintas cada uma dessas.

(SD3)

EP: “El compañero **Montané y yo** estábamos recostados contra un tronco, hablando de **nuestros respectivos hijos.**”¹⁵ (GUEVARA, 1985, p. 10)

¹⁵ O companheiro Montañé e eu estávamos encostados em um tronco, falando de nossos respectivos filhos.

(SD4)

EP: “Quizás esa fu la primera vez que tuve planteado prácticamente ante **mí** el dilema de mi dedicación a la medicina o a **mi** deber de soldado revolucionario, Tenía delante una mochila llena de medicamentos y una caja de balas, **dejando la mochila para cruzar el claro que me separaba de las cañas.**”¹⁶ (GUEVARA, 1985, p. 11)

(SD5)

EP: “**Mi impresión** casi instantánea, al escuchar las primeras clases, fue la posibilidad de triunfo que veía muy dudosa al enrolarme con el combatiente rebelde, al cual me ligaba, desde el principio, un lazo de romántica simpatía aventurera y la consideración de que **valía la pena morir en una playa extranjera por un ideal tan puro.**”¹⁷ (GUEVARA, 1985, p. 5)

Na SD4 observamos o funcionamento da FD revolucionária e da posição-sujeito revolucionário. Notamos o sujeito num dilema moral dividido entre uma mochila de remédios e uma caixa de balas. Como a formação discursiva permite observar a inscrição de saberes que determinam o que pode e deve ser dito, o sujeito é levado a dizer somente o que lhe é permitido na conjuntura de uma guerrilha, ficando com a caixa de balas e deixando a mochila de remédios. A posição sujeito revolucionário identifica-se com a forma-sujeito da FD revolucionária e, dentro dessa conjuntura, o que pode e deve ser dito, é determinante na tomada de posição, que é “deixando a mochila para cruzar o claro que me separava das canas” (cana-de-açúcar). Essa forma de subjetivação, como define Pêcheux (2009, p. 199), é o que se designa “bom sujeito”, o qual se identifica com o sujeito universal, a forma-sujeito histórica do revolucionário. O sujeito do discurso está num dilema entre salvar a vida por meio das balas ou dos remédios, nesse caso, o tipo de revolução se faz com armas, ou seja, revolução

¹⁶ Talvez essa fosse a primeira vez que tive explanado praticamente diante de mim o dilema de minha dedicação à medicina ou meu dever de soldado revolucionário. Tinha diante uma mochila cheia de medicamentos e uma caixa de balas, deixando a mochila para cruzar o clarão que me separava das canas.

¹⁷ Minha impressão quase instantânea, ao escutar as primeiras aulas, foi a possibilidade de triunfo que via muito duvidosa ao me envolver com um combatente rebelde, ao qual me ligava, desde o princípio, um laço de romântica simpatia aventureira e a consideração de que valia a pena morrer em uma praia estrangeira por um ideal tão puro.

aqui significa guerrilha. Assim, apesar de o sujeito saber da importância da medicação para o cuidado humano dos feridos, em tempos de guerra, ficar com as balas é a decisão correta.

Por se tratar de anotações do próprio líder, isso possibilita depreender o modo como o sujeito-autor entende que, naquele momento, o alvo maior era a proteção contra o inimigo, destruição dele. Por outro lado, demonstra o modo como o sujeito gostaria de ser visto pelo outro, comprovado pela escrita. As anotações em forma de diário funcionam como prova do que foi realizado naquele momento.

Nas SD3 e SD4 também observamos as marcas do sujeito-autor, principalmente no pronome pessoal “yo-eu”, pronomes possessivos “mi-meu” e “nuestros-nossos”, e na expressão “mi impresión”, denotando o ponto de vista de quem escreve, o posicionamento do autor e sua ideologia na expressão “valíala pena moriren una playaextranjera por um ideal tan puro”. Essas formas em primeira pessoa são próprias do registro pessoal e uma característica da escrita em diário que trazem traços de subjetividade à obra. Entretanto, por se tratar do registro de um líder, o emprego da primeira pessoa pode ser analisado como efeito imaginário sobre o lugar que ele acredita ocupar no momento, o de um comandante em ação.

Evidenciando, dessa forma, que assim como o sujeito do discurso a função-autor não denota um indivíduo empírico (ou físico), mas relaciona-se com o funcionamento dos indivíduos enquanto sujeitos afetados pela ideologia e pelo inconsciente, assim como a função-autor.

A noção de função-autor também é tocada pela história, já que o autor produz um lugar de interpretação no meio de outros, ou seja, o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Porque assume sua posição de autor, ele produz um evento interpretativo, inscrevendo a língua na história e relacionando a linguagem com o mundo. No caso deste estudo, o sujeito relaciona a guerrilha na Serra Maestra com a escrita de um diário, e busca ser entendido pelo leitor como um líder que inclui o povo. Podemos perceber isso na SD3, quando o sujeito usa da primeira pessoa do plural para falar de assuntos cotidianos, família, filhos, assim como o uso da palavra companheiro, que vê o outro como um amigo, mas também parte do processo revolucionário.

Na SD4 observamos a relação do sujeito com dois lugares sociais: de médico e de combatente, mas o que prevalece é o lugar de combatente. Em relação à SD5, o uso da primeira pessoa marca o envolvimento do sujeito com os ideais socialistas, ou seja, com a formação ideológica socialista e o quanto valia a pena defender a revolução. São impressões pessoais sobre aulas socialistas e a questão da rebeldia que demonstram o engajamento do

sujeito com o socialismo logo após as primeiras aulas, denotando que algo já pulsava nele. Essa sequência marca a posição-sujeito que ele assume e a formação discursiva com a qual se identifica, mas também o lugar social que ocupa: de combatente.

O processo de autoria move-se entre o dito e o silenciado. Ao dizer, o sujeito-autor silencia outros dizeres possíveis. Por isso, “conduzir uma escrita depende, sim, de um olhar, [...] o reconhecimento ou esquecimento depende do trabalho de um sujeito-autor” (SCHONS, 2005, p. 146).

O reconhecimento dito e o esquecimento silenciado revelam o funcionamento dos mecanismos de controle e delimitação do discurso. Desse modo, o efeito-autoria agrupa e limita o discurso, conferindo unidade e originalidade, sob o efeito de ser “origem do dizer” (esquecimento 1), construído pelo ato de assinar. Ao se revelar autor, o indivíduo na função-autor se torna responsável pelo que diz, responde por isso e submete-se ao jogo de reconhecimento e esquecimento de saberes.

Entretanto, partindo do pressuposto que o *corpus* analítico advém de um trabalho editorial, como mencionado na nota editorial do livro, “os escritos foram, então, submetidos a uma revisão exaustiva, e foram utilizadas pesquisas da época que registraram nomes e lugares precisos, com o objetivo de retificar erros ou imprecisões cometidas por Che”, como também “os eventuais erros detectados nesta primeira edição e a ausência de páginas importantes” (GUEVARA, 2012, p. 9), surge a necessidade de discutir outra posição: do editor, e como essa função do sujeito pode interferir na produção discursiva. Trataremos isso no próximo subitem.

3.2.3 O efeito-sujeito-editor: um gesto de leitura e interpretação

Neste subitem discutiremos sobre o efeito-autoria no modo de o editor trabalhar o texto para publicação como um gesto de leitura e interpretação. Primeiramente, após pesquisa sobre o grupo editorial que publicou o livro, ressaltamos suas características principais que, de acordo com o *site* da editora, o Grupo Planeta é o primeiro grupo editorial e de comunicação espanhol de capital familiar que lidera uma ampla oferta ao serviço da cultura, a formação, a informação e o entretenimento audiovisual. Desde a fundação do editorial Planeta, em Barcelona, em 1949, o grupo, presidido por José Manuel de Lara, combina uma

sólida tradição empresarial com uma grande capacidade de inovação e uma vocação claramente multinacional.¹⁸

A citada fundação, José Manuel de Lara, que foi criada em 1992, possui como objetivo desenvolver atividade de criação, edição e divulgação relacionadas com conteúdos culturais, convocar e conceder prêmios, fomentar todo o tipo de estudos, investigações e publicações que tenham relação com a realidade social e cultural da Andaluzia, organizar eventos culturais e contribuir com o fomento da leitura. Porém, observando as obras publicadas por essa editora, notamos forte presença de literatura não tão ligada ao político, o que nos intrigou ver um livro de interesse político, fortemente marcado por conflitos ideológicos de uma personalidade relevante, com cunho autobiográfico, ser vinculado a essa editora.

No *corpus* escolhido, podemos perceber o trabalho de três fontes: do autor, do editor e do Centro de Estudos de Havana, que possui as anotações originais que foram organizadas em forma de diário. Como o Centro de Estudos cedeu para publicações (as anotações), não identificamos interferências ou referências que pudessem revelar as marcas do estudo sobre a escrita, deter-nos-emos neste trabalho ao efeito-sujeito-editor produzido pelo sujeito na escrita.

Podemos pensar esse efeito como uma relação eu/tu inscrita numa dinâmica do sujeito, pois atravessa vários discursos, mas também é atravessado pelo discurso, ou neste caso, na escrita do outro. Essa dinâmica Orlandi (1988) nomeia como “reversibilidade”. Ainda nas palavras de Orlandi,

[...] é condição necessária de qualquer discurso, vemos que não dá para se estancar as identidades. Já que em termos de representações: 1) não há separação categórica dada *a priori*, entre o estatuto do eu e do outro; 2) representamos vários papéis (ou temos vários estatutos) ao mesmo tempo (ORLANDI, 1988, p. 12).

Com base nesses apontamentos, a autora se refere a esse “outro que somos nós”, e ao negar o estatuto do outro no dizer, realizamos uma relação de poder no discurso. Neste trabalho vamos para outra direção, já que o autor não sugere uma relação de poder, negando o efeito do trabalho do editor, mas, sim, tem o dizer oprimido por esse efeito.

¹⁸ Informação disponível em: <<http://www.editoraplaneta.com.br/>>.

Em Análise de Discurso, o conceito de silenciamento auxilia na compreensão dessa relação entre sujeito e função autoria. O silenciamento se estabelece quando nem tudo pode ser dito, quando coisas são silenciadas. No caso do livro analisado, há estancamento do movimento de interpretação onde se materializa o silenciamento da autoria.

Retomando alguns tipos de silenciamento, temos o silenciamento necessário, inconsciente, que resulta de uma ilusão, como aponta Orlandi, “ilusão de que o sentido nasce ali, não tem história” (1996, p. 72), que não apenas retornam os sentidos, mas também se transformam e se deslocam. O silêncio constitutivo sobre a interpretação (essa se apaga no momento em que se dá) configura a “censura original”, que torna possível o discurso do sujeito, e o silenciamento que Orlandi (1996) chamou de “subproduto do silenciamento necessário”, que a autora configura como plágio. Analisaremos as sequências abaixo para refletir sobre qual tipo de silenciamento irá se enquadrar no efeito editor. Trazemos somente sequências da ER para verificar o efeito-sujeito-editor.

(SD6)

ER: “Nós os esperamos e continuamos lentamente até Água Fria. [Água Fina], onde comemos.” Dia 4 de dezembro de 1956. (GUEVARA, 2012, p. 22)

(SD7)

ER: “Os nomes de lugares e pessoas que Che escreveu de forma incorreta serão corrigidos ao lado, entre colchetes, na primeira vez que aparecem; depois se registrará sempre corretamente.” **Nota de rodapé.** (GUEVARA, 2012, p. 22)

(SD8)

ER: “Não houve grandes novidades durante o dia, só a chegada de Bohemia, que trouxe alguns novos nomes de gente que se apresentou [...]” Dia 28 de dezembro de 1956. (GUEVARA, 2012, p. 31)

(SD9)

ER: “Nesta edição se omitem detalhes de alguns juízos de valor de caráter circunstancial. A supressão será indicada por reticências entre colchetes sempre que se considere necessário.” **Nota de rodapé.** (GUEVARA, 2012, p. 31)

Nesse conjunto de sequências discursivas apontamos, inicialmente, que a marca da primeira pessoa plural não se mantém na versão traduzida pela editora Planeta, com exceção da SD6, cujo emprego de “Nós esperamos [...] comemos” aponta para uma maior aproximação com o objeto do texto: o acesso ao *Diário do combatente*, os registros de sua vida. Nas demais sequências – de SD7 a SD9 –, há uma alteração para a terceira pessoa, trazendo certo distanciamento. Observamos que em notas de rodapé, como é o caso das SD7 e SD9, por se tratar de notas explicativas e de registros realizados aos olhos do tradutor/editor, o modo de recortar, traduzir as ações do diário ocorre de forma diferenciada da SD8. Como o título da obra traduzida – ou edição revista, assim por nós designada – faça a promessa de diário, observamos que na SD8 as características da escrita de diário não se mantêm, pois ao empregar expressões do tipo “não houve”, há a omissão do sujeito. Ao trazer “Não houve grandes novidades durante o dia, só a chegada de Bohemia, que trouxe alguns novos nomes de gente que se apresentou [...]”, entendemos que o funcionamento da terceira pessoa do plural, o sujeito da escrita deixa “pistas” do modo como ele gostaria que o outro e ele fossem reconhecidos.

Nessas sequências percebemos, como aponta Indursky (2009, p.120), que “o que está em jogo, nesse campo de conhecimento, é o modo como o texto organiza internamente sua relação com a exterioridade”, ou seja, o efeito-sujeito-editor organiza os saberes do interdiscurso para que produzam um efeito de homogeneidade, amparado na ilusão de ser a fonte do dizer, ou seja, o que funciona nessas sequências é o esquecimento nº 1 (PÊCHEUX, 2009). Esse gesto de interpretação é um gesto de autoria relacionado com a identificação ideológica do efeito-sujeito-editor com uma posição-sujeito contrarrevolucionária, atribuindo ao dizer, por meio desse esquecimento, um determinado sentido, rejeitando e apagando os demais.

Embora os fatos recortados sejam os mesmos, tanto na edição de partida como na edição revista, o “arquivamento” não ocorre do mesmo modo. Nas práticas de arquivamento do eu, Artières (1998, p. 31) afirma que “o arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como desejaria ser visto” Assim, percebemos que, quando o arquivamento é realizado por outros, a imagem projetada é de como o outro gostaria que o sujeito fosse visto. Conforme o autor, arquivar a própria vida é “reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós” (ARTIÈRES, 1998, p. 31).

Nesse sentido, o arquivamento realizado pelo efeito-sujeito-editor faz parte da representação que este tem do efeito-sujeito-autor e não uma representação do próprio sujeito, de como ele é ou gostaria de ser visto, como no arquivamento realizado pelo efeito-sujeito-autor da EP. O efeito-sujeito-editor pode ser, conforme Roudinesco (2006, p. 18), “transbordado pelo excesso de arquivo” em sua interpretação das anotações do sujeito.

Nas práticas do arquivamento do eu, o papel das condições de produção e do destinatário são fundamentais, já que, conforme Artières (1998, p. 32), “sempre arquivamos as nossas vidas em função de um futuro leitor autorizado ou não”. Para o efeito-sujeito-autor esse leitor podia ser ele mesmo, mas como as sequências não possuem um caráter marcado de diário, com as datas como títulos na ER, possuindo títulos específicos para cada parte, esse arquivamento podia ser para publicar, porém, o arquivamento da ER destina-se a um público distinto.

Analisando o estilo dos livros publicados pela editora Planeta, *best-sellers* e autoajuda, o destinatário da obra *Diário de um combatente* não é restrito àqueles que se identificam com o socialismo e partilham dos mesmos interesses políticos e sociais; pelo contrário, o público a que a obra se destina são as grandes massas. Pessoas com interesses diversos, que compreendem ou não os ideais socialistas e que, pelo caráter de *best-seller*, estão muito mais próximo dos ideais capitalistas do que de políticas sociais. Observamos, assim, que a escrita do efeito-sujeito-editor traz para o texto posições ideológicas distintas, pois, como afirma Indursky (2009, p. 118), “seu autor o faz de um lugar social que é ideológico e, a partir do qual, constitui-se como sujeito. Por conseguinte, o texto pode produzir dissonâncias se examinado a partir de outro lugar social que se oponha àquele que está refletido no texto”. Desse modo, ao contrastar as edições, temos o lugar social de editor, de revolucionário e também o lugar do analista de discurso, que por meio de um gesto-leitura e análise pode encontrar as dissonâncias produzidas pelo texto.

Ainda sobre as sequências apresentadas, encontramos o silenciamento. Nessas sequências é um silêncio que toma, de certa forma, o lugar do autor ao decidir o que deve ou não fazer parte do livro. Entendemos como um gesto de interpretação, por meio do qual o editor está desautorizando o dizer de Che Guevara, pois o efeito-editor não repete, mas apaga o autor ao omitir informações presentes na edição de partida. Desse modo, conduz o movimento da leitura, como vemos na SD6 e SD9. Na SD9, o poder de julgar desnecessário, “alguns juízos de valor de caráter circunstancial”, é uma tentativa de apagar o dizer do outro, do sujeito da revolução.

Diante disso, essa “condução de leitura” se dá como o silenciamento do plágio, que, conforme Orlandi (1996, p. 72), “intervém no movimento que faz a história, a trajetória dos sentidos (nega o percurso já feito) e nos processos de identificação (nega a identidade ao outro, e em consequência, trapaceia com a própria)”. Porém, o efeito-sujeito-editor não pretende negar a identidade de Che Guevara, ao contrário, pretende deturpá-la, suprimindo, talvez, um dizer heroico para promover um dizer “criminoso” que pudesse desmerecer a imagem construída do revolucionário.

Sobre a SD7 e SD9, um tipo de notas de rodapé presentes no texto é, como afirma Orlandi (1990, p. 116), “o sintoma do fato de que um texto é sempre incompleto [...] colocando-se como suplementares ou como acréscimos marginais ao texto”. Essas notas trabalham, no caso do *corpus* escolhido, como um discurso paralelo que “intervém no interdiscurso (o mesmo) sob a forma do intradiscurso (acréscimos)”.

O funcionamento das notas de rodapé em análise do discurso permite observá-las não como um acréscimo de informações, mas como um discurso paralelo. Argumentamos que o trabalho do editor é de censura ao negar o percurso já feito pelo autor, reduzindo o movimento dos sentidos. Essa mudança na função da autoria pode ser entendida como um efeito que estanca apenas os sentidos possíveis, mas que demonstra um efeito de texto-guia para o leitor.

As sequências seguintes pertencem à edição revista e foram recortadas nos dias marcados em cada uma dessas. Foram escolhidas por representarem um efeito de guia para a leitura através das notas de rodapé. Optamos por trazer na SD10 e SD12 o texto de onde as notas de rodapé foram referidas, para demonstrar a intervenção do efeito-sujeito-editor e a criação de um efeito de pré-construído que ele dá para essas notas.

(SD10)

ER: “Ali esperamos à noite até que chegou o **dono da cabana**.” Dia 07 de janeiro de 1957.
(GUEVARA, 2012, p. 37)

(SD11)

ER: “Eligio Mendoza é o encarregado de conduzi-los à casa do camponês **Eutimio Guerra**.”
Nota de rodapé. (GUEVARA, 2012, p. 37)

(SD12)

ER: “Às 5h da manhã demos início à marcha, sem rumo determinado e sem Guillermo García.” Dia 3 de fevereiro de 1957. (GUEVARA, 2012, p. 55)

(SD13)

ER: “Interrompe-se o texto e continua no caderno II.” **Nota de rodapé.** (GUEVARA, 2012, p. 55)

Nas notas de rodapé SD11 e SD13 percebemos que o editor demonstra o efeito de “ilusão do sujeito” (Pêcheux, 2009). Essa ilusão se realiza por dois esquecimentos, conforme Orlandi:

- a) o de que o discurso não nasce no sujeito, por isso, os sentidos não se originam neles, são retomados por ele;
- b) o de que ao longo do seu dizer se formam famílias parafrásticas com aquilo que ele poderia dizer, mas vai rejeitando para o não-dito, e que também constitui o seu dizer (enquanto “margens” (ORLANDI, 1993, p. 107-108).

Do primeiro esquecimento, o efeito-sujeito-editor possui a ilusão de ser fonte do discurso ao assegurar que o dono da cabana é Eutímio Guerra. Esse efeito também sofre do segundo esquecimento, já que origina a ilusão da realidade do pensamento, ao afirmar que o autor estancou a escrita e continuou em outra anotação. A partir desse efeito de ilusão, o sujeito-editor se coloca no discurso por meio de um texto que “auxilia a leitura”, porém faz mais do que isso, inscreve-se no jogo de ilusões da autonomia do sujeito e da transparência dos sentidos.

Nas notas de rodapé, o efeito pré-construído de que necessitamos das notas para explicar o texto facilita a sua compreensão. Mas, por que a ER traz tantas notas explicativas quando na EP temos essas informações no corpo do texto? Na EP temos todas as informações necessárias para entender o desenrolar dos fatos no texto sem precisar recorrer a informações “marginais”. O que ocorre é que na ER, ao suprimir informações, exclui conteúdos supostamente “perigosos”, estancando outros dizeres necessários para a compreensão dos fatos narrados.

De acordo com Zoppi Fontana (1991), as notas não se tratam apenas de inserir no leitor informações sobre os fatos, mas, na verdade, um receio por parte daquele que comenta, de uma leitura que não reconheça aquele sentido apropriado ou autorizado. O sujeito, desdobrado em efeito-editor, nesse caso, busca certa fidelidade com a escrita do sujeito na EP,

mas ao fazê-lo, e na tentativa de particularizar a leitura, produz gestos de autoria. Para Orlandi (1996, p. 69), embora o autor se constitua pela repetição e não instaure discursividade, “produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio dos outros”, ou seja, quando o sujeito produz gestos de autoria, esses são compostos pela repetição e pela interpretação. A repetição não como o mesmo sentido, mas porque funciona o efeito de pré-construído na relação com o interdiscurso.

Conforme Mittmann (2003, p. 127), a inserção de notas de rodapé nos textos se baseia em dois argumentos: “o argumento da falta de clareza do texto e de desconhecimento pelo leitor e o argumento da necessidade da nota, como se esta fosse um prolongamento do texto que comenta”.¹⁹

Essa mudança na função autoria, através das notas de rodapé que marcam o efeito-sujeito-editor no texto, ao mesmo tempo em que prejudica a interpretação, também cria um mecanismo de censura que “impede a inscrição do leitor em determinados processos de significação” (MITTMANN, 2003, p. 127) ao tentar “guiar” o leitor e esclarecê-lo quanto aos fatos e pessoas envolvidas na luta armada. O sujeito-autor, por sua vez, não tem obrigação de fazer esse discurso didático, já que por se tratar de anotações de guerra, ele escreve para si, para criar estratégias, para criar memória.

Porém, como afirma Zoppi Fontana (1991, p. 49), as notas “funcionam sob a aparência da explicitação do implícito, do esclarecimento do confuso, da reposição do ausente”, ou seja, encobrem o sentido ao utilizar a estratégia do “nada de novo”, selecionando alguns sentidos, silenciando outros.

Esse “auxílio intencional”, portanto, falha não apenas por impedir a inscrição do leitor nos processos de significação, mas também porque não auxilia sempre e nem em fatos que talvez fosse necessária intervenção na escrita do sujeito-autor. Por exemplo, ao procurarmos a sequência de dias, como foi retratado na ER e na EP, torna-se impossível precisar onde estão as informações de dias anteriores aos 14 de janeiro de 1957. Como mencionado anteriormente neste trabalho, a ER separou os eventos em datas, muitas vezes difíceis de serem encontradas na EP, que possui um texto organizado em capítulo.

Outra intervenção polêmica, além das notas de rodapé, é um momento muito relevante na guerrilha na Serra Maestra, retratada pelas duas obras, mas de maneiras divergentes. Esse

¹⁹ Ressaltamos que as considerações feitas por Mittmann (2003) se referem ao *corpus* analisado no trabalho: “Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva”.

momento é a traição de Eutímio Guerra e sua posterior execução. Observaremos agora como foi suprimida na ER uma relação mais profunda entre os sujeitos Guevara e Eutímio Guerra, nas sequências que seguem em que confrontamos a EP e a ER.

(SD14)

EP: “Seguíamos un agosto trillo del bosque transitado por muy pocas personas y marcado especialmente para nosotros a punta de machete por un campesino de la región llamado Melquiades Elías. Este nombre nos fue dado por nuestro guía Eutímio, **que en esa época era imprescindible para nosotros y la imagen del campesino rebelde.**”²⁰ (GUEVARA, 1985, p. 23)

ER: “O caminho está especialmente demarcado com a ponta de um machado por um amigo de nosso guia Eutímio, Melquiades Elías.” (GUEVARA, 2012, p. 40)

Nessa sequência discursiva presenciamos o trabalho do efeito-sujeito-editor de uma forma mais arbitrária, já que na ER é a primeira vez que se referem a Eutímio como guia, omitindo uma importante passagem que retrata Guevara, reconhecendo o camponês como imprescindível e como personificação do camponês rebelde. Cabe ressaltar ainda que a relação do grupo com o campesinato possibilita a leitura de que existem alianças no movimento e, portanto, fortificação do grupo. Por outro lado, a supressão da informação pode ser entendida como esquecimento. Também se observa o emprego da primeira pessoa do plural em “seguíamos”, “marcado especialmente para nós”, “este nome nos foi dado por nosso guia Eutímio”, “para nós”, marca não encontrada na edição revista.

Portanto, qual seria o objetivo do efeito-sujeito-editor nessa sequência? Guiar o leitor? Ajudar com nomes de pessoas e lugares? Não somente isto, já que, como vimos o sentido de que o guia não fazia diferença, não importava para o movimento ou, mesmo, que ele era dispensável pode ser apreendido da SD14. Guevara foi duro demais ao lhe sentenciar a morte, fato esse que veremos mais adiante neste trabalho.

²⁰ Seguíamos uma trilha perdida do bosque transitado por muitas poucas pessoas e marcado especialmente para nós com a ponta do machado por um camponês da região chamado Melquiades Elías. Este nome nos foi dado por nosso guia Eutímio, que nessa época era imprescindível para nós e a imagem do camponês rebelde.

Continuando com a análise, na próxima sequência verificamos o contrário, o reconhecimento do revolucionário para com Eutímio Guerra, porém não encontramos tal passagem na ER, por isso trazemos apenas a sequência da EP.

(SD15)

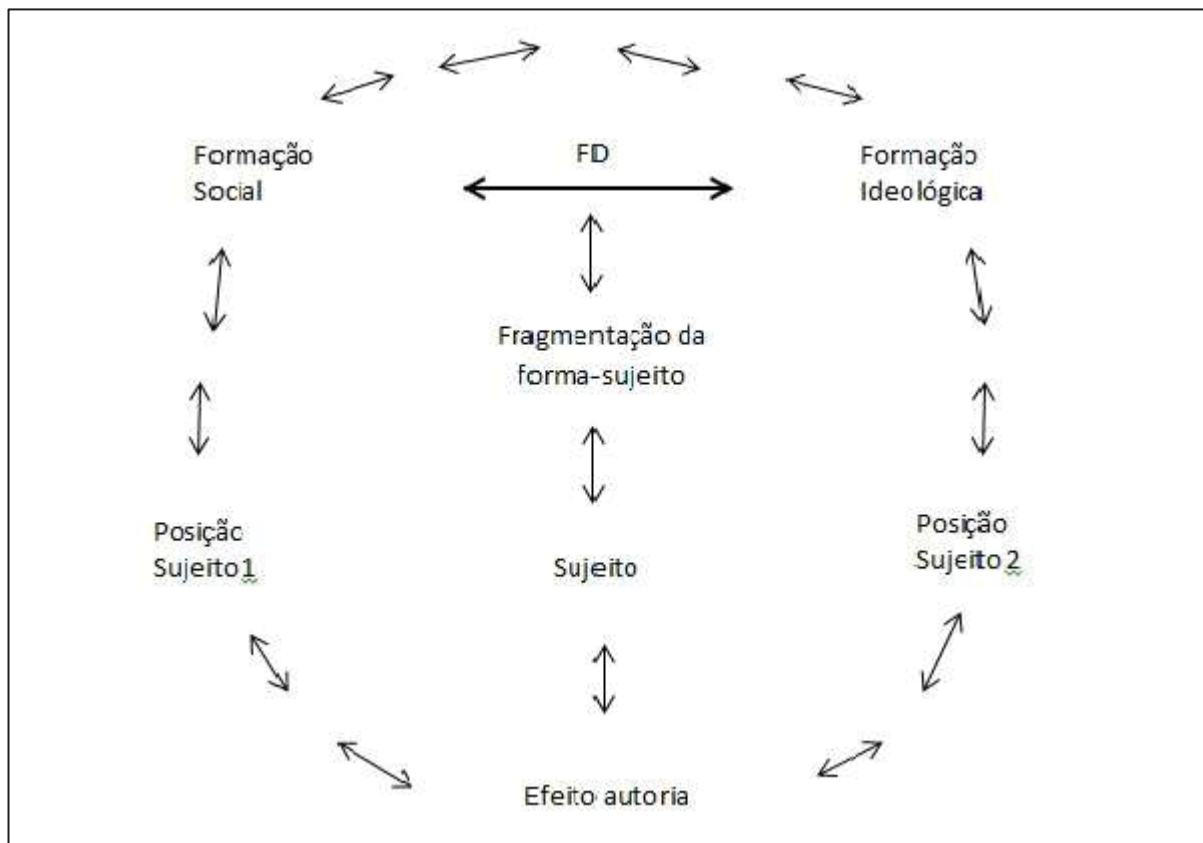
EP: “En aquella época, Eutímio nos servía lealmente; era uno de los tantos campesinos que luchaban por sus tierras contra los terratenientes de la región, y quien luchara contra los terratenientes, luchaba al mismo tiempo contra la guardia que era la servidora de aquella clase.”²¹ (GUEVARA, 1985, p. 23)

Na SD15 percebemos um claro juízo de valor do efeito-sujeito-autor, importante para o desenvolvimento da história, principalmente em se tratando desse camponês, já que a traição dele e sua execução tiveram bastante ênfase nos escritos da ER. A traição e execução de Eutímio na ER são tratadas como importante de ser relatada, porém, não há menção a Eutímio como na EP, um guia leal que lutava por suas terras.

Percebemos, assim, que pelas enunciações em anotações de Guevara a memória funciona de um modo diferente da edição revista. É pelo intradiscurso que observamos o efeito autoria no trabalho de editoria, uma vez que ocorre de modo diferente e isso vai interferir no efeito-texto e efeito-leitura. Os conceitos de interdiscurso e intradiscurso estão relacionados, se entrecruzam: o interdiscurso representa o eixo vertical, no qual se encontram os já ditos e esquecidos, os que estão silenciados, mas ocultos, e, por sua vez, o intradiscurso representa o eixo horizontal, que é o dizer naquele momento do discurso, com aquelas condições dadas. Constitui-se, assim, a relação entre memória (interdiscurso) e esquecimento (intradiscurso).

Dessa discussão sobre o sujeito e os efeitos sujeito-autor e sujeito-editor, elaboramos o seguinte gráfico:

²¹ Naquela época, Eutímio nos servia lealmente; era um dos tantos camponeses que lutavam por suas terras contra os tenentes da região, e quem lutava contra os tenentes, lutava ao mesmo tempo contra a guarda que era a servidora daquela classe.

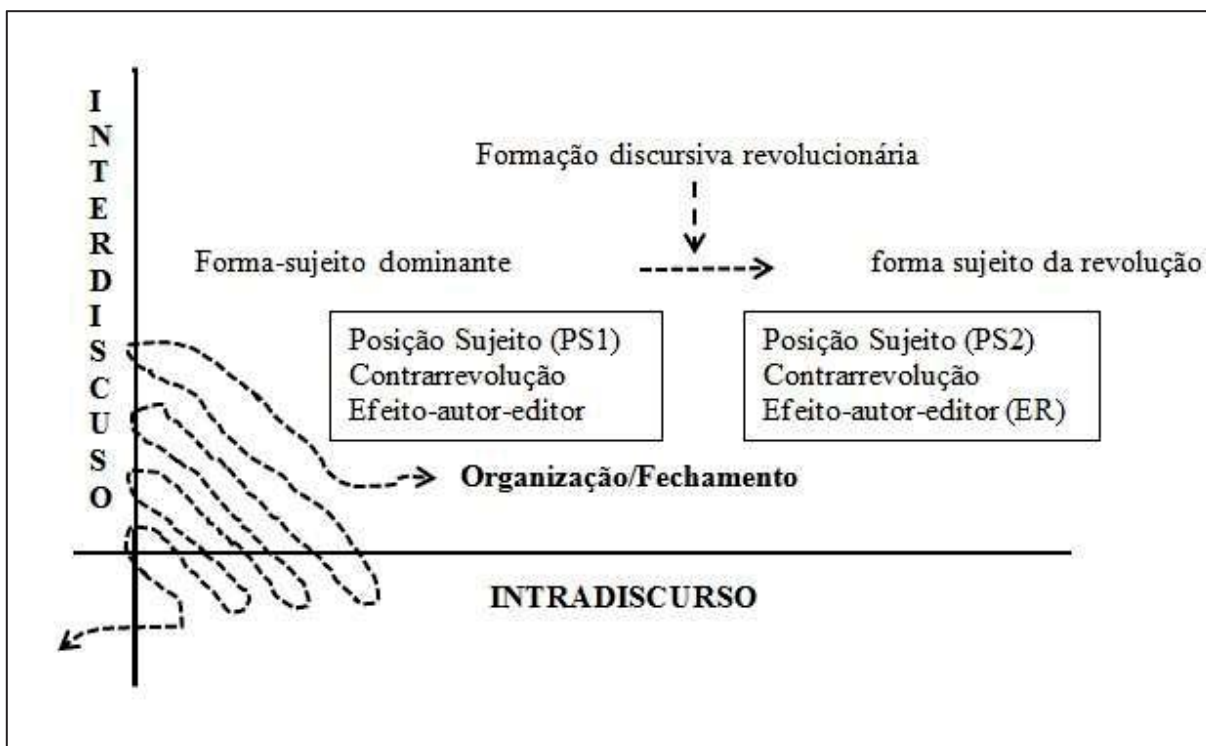


Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico2 - Constituição do sujeito, com efeito-autoria.

A partir desse gráfico, compreendemos as noções que o sujeito demonstra no discurso. Aqui o sujeito se identifica com a forma-sujeito (o sujeito histórico) e com a formação discursiva que regula o que pode ou não ser dito em determinada conjuntura, e manifesta-se no discurso em locutor, enunciador ou autor. Esse gráfico mostra a relação com a FD e com a posição-sujeito 2, já que a posição é relacionada ao assujeitamento ideológico. O posicionamento do sujeito a partir disso implica um efeito de autoria. Já a relação da posição-sujeito 1 com a formação social implica a constituição do imaginário, ou seja, o modo como o sujeito, sob o efeito da ideologia e da incompletude se representa. Apresentamos as linhas em flechas de via dupla por compreendermos que a discursivização é uma prática em que o processo é complexo e se constitui em relação com os outros elementos.

No *corpus* desta pesquisa percebemos o funcionamento do efeito-sujeito-editor marcando não apenas o dizer, mas criando uma posição. Entendemos que não se trata de outra função para o mesmo sujeito, mas de uma posição relacionada à mesma forma sujeito, desse modo teremos a seguinte constituição do sujeito neste discurso:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico3 - Constituição dos sujeitos do *corpus*.

Assim, o sujeito com o efeito de autor pertence à FD revolucionária e se identifica com a forma sujeito revolucionário e constitui no discurso a posição sujeito revolucionário. Já o efeito de editor pertence às mesmas forma-sujeito e FD, porém, constitui no discurso uma posição contrarrevolucionária. Temos, portanto, presente no *corpus* uma relação de forças antagônicas.

No discurso está funcionando duas posições de sujeitos diferentes sob o mesmo nome de autor: Guevara. Esse discurso está constituído por dois sujeitos empíricos que trarão ao discurso dois “efeitos” distintos de autor ou de editor. Estamos diante de um discurso heterogêneo, já que abriga, na sua materialidade, diferentes posições sujeito e, conseqüentemente, diferentes ordens de saberes.

Para refletir sobre a constituição do sujeito no discurso revolucionário, trazemos Grigoletto (2005, p. 4), quando afirma que “diferentes indivíduos, relacionando-se com o sujeito de saber de uma mesma FD, constituem-se em sujeitos ideológicos e podem ocupar uma mesma ou diferentes posições”. Desse modo, aos diferentes indivíduos, o autor e o editor

se relacionam com a forma-sujeito do discurso revolucionário e, quando materializam os saberes do interdiscurso, podem ocupar ora a posição de revolucionário, identificando-se com os leitores de concepção política de esquerda ou a posição de contrarrevolucionário, quando sofre a interferência do efeito-sujeito-editor, e demonstra um perfil de que a revolução seria um pretexto para a violência e poderia revelar uma personalidade criminosa e até sádica do sujeito.

Essa interferência do efeito-sujeito-editor tem a ver com o lugar social que ele ocupa no discurso, que irá transbordar e deixar no lugar discursivo marcas desse lugar social. Ora, se o lugar social da função editor é um profissional de uma editora com perfil de “autoajuda” com características contrarrevolucionárias, o lugar discursivo será infiltrado por esses aspectos. Porém, o que ocorre é uma ilusão de que esse lugar social será apagado. Conforme Grigoletto (2005, p. 7), “tal apagamento é somente um efeito, um simulacro, já que a sua inscrição num determinado lugar discursivo implica sempre uma determinação do lugar social”, assim sempre haverá uma determinação ideológica que revelará no discurso o lugar social.

Nas sequências analisadas, portanto, nomeamos duas posições-sujeito que se entrecruzam na mesma formação discursiva, uma revolucionária e outra contrarrevolucionária, sendo que o lugar discursivo do efeito-sujeito-autor está constantemente afetado pelo efeito-sujeito-editor. Enquanto que na posição revolucionário o sujeito se identifica plenamente com a formação discursiva, na posição contrarrevolucionário, através das interferências, notas de rodapé e infidelidade com o dizer do autor, ele se desidentifica com essa formação e produz um efeito de distanciamento dos saberes da forma-sujeito revolucionário, provocando um deslocamento/transformação dessa forma em forma-sujeito contrarrevolucionário.

Desse modo, no presente *corpus* constatamos uma relação de poder entre a escrita do efeito-sujeito-autor e o efeito-sujeito-editor que recorta a identificação plena do sujeito com a formação discursiva e provoca uma identificação do sujeito com a formação discursiva contrarrevolucionária.

Continuamos no próximo item a demarcar as fronteiras que separam o efeito-sujeito-autor do efeito provocado pelo editor no discurso.

3.3 A RESISTÊNCIA DO SUJEITO E O SILENCIAR DO EDITOR

Neste item pretendemos observar como o sujeito, em sua escrita, resiste ao trabalho de dominação na e pela língua e sob efeito da ideologia na forma de um efeito-editor. Para atender a esse objetivo, será necessário olhar para a escrita do efeito-sujeito-autor, focando, principalmente, na instância da reformulação dos dizeres e no processo de silenciamento provocados pelo trabalho de editoria.

Primeiramente pensaremos no processo de reformulação através da noção de paráfrase, fazemos um breve percurso baseado em Fuchs (1985) pela perspectiva da equivalência, depois a gramatical da sinonímia e, finalmente, a reformulação.

Para a autora, o termo “paráfrase” é uma noção difícil de precisar, tanto na teoria quanto na prática. Em lógica, duas proposições são ditas equivalentes a partir de um valor verdade, por exemplo, “todos estão cansados = não há ninguém cansado”. Os linguistas formais, ao adotarem a abordagem da paráfrase através do valor verdade, conduzem a um desconhecimento da especificidade do sentido, e para tratar do conceito de sentido, partem da lógica utilizando a equivalência de frases. Significa dizer que duas paráfrases são formalmente equivalentes na medida em que compartilham algo em comum, ou seja, conforme lembra Fuchs (1985, p. 130) “o linguista pode descrever o parentesco sintático e que ele postula terem ‘o mesmo sentido’”. Essa abordagem revela dois tipos de problema: a consideração do léxico e o impacto semântico das operações de derivação.

O linguista pode optar por operações de derivação de efeito semântico variável ou sem alteração semântica, porém é necessário determinar as derivações que não alteram o sentido, isto é, que criam paráfrases.

A abordagem sintática da paráfrase parte do princípio de identidade de uma “ideia principal” e de diferenças como “ideias acessórias”. Como chama atenção Fuchs, “é a estabilidade do referente que autoriza postular um núcleo semântico comum, enquanto que a diversidade de pontos de vista sobre este referente dá origem às diferenças semânticas secundárias” (1985, p. 132).

De acordo com essa abordagem, se as diversas paráfrases possíveis entre as quais o enunciador opta para representar certo acontecimento constituem soluções equivalentes do ponto de vista da referência e da significação denotativa, não resta dúvida que sua escolha é pertinente; o sujeito manifesta o domínio das sutilezas da língua utilizando, com

conhecimento de causa, uma formulação ou outra, conforme a situação. Nesse sentido, cada enunciado pertencente a uma família parafrástica é sempre um entre outros, e único (FUCHS, 1985, p. 132).

Na perspectiva que prevê a paráfrase como sinonímia entre frases, encontram-se dois problemas: a qualificação das semelhanças e divergências semânticas e a presença da ideia intuitiva de identidade de sentido na consciência linguística dos locutores (apagam-se as diferenças em proveito das semelhanças quando a situação for conveniente e, ao contrário, ampara-se nas diferenças para determinar a importância do efeito divergente da substituição). Eis aí a principal inconsistência dessa abordagem, pois há um julgamento por parte do sujeito falante de qual expressão se encaixa melhor numa determinada situação.

Na tradição retórica e literária, a paráfrase está relacionada com o plano do discurso, mais precisamente como uma atividade efetiva de reformulação, na qual, de acordo com Fuchs (1985, p. 133), “o locutor restaura (bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de um texto fonte sob a forma de um texto segundo”. Nessa perspectiva se inserem diversas abordagens da paráfrase tomadas pelas linhas enunciativas, discursivas e pragmáticas. Porém, repousa sobre essa perspectiva três tipos de questões.

Em primeiro lugar, a reformulação parafrástica, como advinda de um texto fonte, está sujeita a interpretação, e esta, como sendo variável, segundo os sujeitos e situações, é subjetiva, dando margem para que cada um perceba e restaure o texto de modo diferente, desde a ambiguidade de algumas expressões até a pluralidade de níveis de decodificação.

Em segundo lugar, essa reformulação consiste também em identificar a significação do texto-fonte. Para Fuchs (1985, p. 134), “identificação sempre momentânea, (válida num contexto e numa situação particulares) e frágil (já que resulta de um apagamento de diferenças)”. Desse modo, a paráfrase oscila entre a reprodução pura e simples do conteúdo e a sua deformação.

E, por fim, a reformulação parafrástica está relacionada também com as formas características de emprego metalinguístico da linguagem, ou seja, digo X, mas quero dizer Y, ou X, em outras palavras Y. Dessa forma, essas reformulações de emprego metalinguístico se tornam explícitas.

Na AAD69, a paráfrase passa a ter seu funcionamento explicado a partir das relações de sentido que se dão no interior de uma formação discursiva. Ao mesmo tempo em que as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra palavra, expressões e proposições, literalmente diferentes, podem, no

interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”. Avaliamos o retorno ao “mesmo sentido” por meio da sequência ao apresentar as duas edições para confrontar.

(SD16)

EP: “**Hicimos rápidamente el balance** que había dejado el combate en armas: ocho Springfield, una ametralladora Thompson y unos mil tiros; nosotros habíamos gastado unos quinientos tiros aproximadamente.”²² (GUEVARA, 1985, p. 27)

ER: “**O resultado final do combate** foram oito Springfield, uma metralhadora e uns mil tiros – nós gastamos 500 aproximadamente.” (GUEVARA, 2012, p. 43)

Na SD16 podemos ver esse funcionamento no interior de uma formação discursiva. Na formação discursiva revolucionária (FDR) está presente o discurso de guerra, a necessidade das armas, das balas, e mesmo que palavras diferentes sejam usadas na EP e na ER, como “hicimos rapidamente el balance” e “o resultado final do combate”, no interior dessa FD tem o mesmo sentido, mesmo se tratando de traduções distintas.

Desse modo, a AD busca esclarecer como se dá o funcionamento dessa produção de sentido. Pêcheux e Fuchs afirmam que está “estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz de sentido’” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 169).

Nessa abordagem podemos dizer que é a partir da relação no interior dessa família que se constitui o efeito sentido ou, ainda, que “o sentido de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou a aquela formação discursiva” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 169).

Henry (1993), a partir dessa conjugação com o sentido, considera a paráfrase discursiva como dependente tanto das condições de produção quanto da interpretação. Além disso, a paráfrase, do ponto de vista discursivo, diferencia-se do modo como é referenciada por outras abordagens, já que a paráfrase é pensada a partir da relação entre fatores de ordem histórico-social e o funcionamento discursivo, de modo a explicitar as condições de produção de reprodução dos sentidos.

²² Fizemos rapidamente um balanço do que havia sobrado do combate, em armas: oito Springfield, uma metralhadora Thompson e uns mil tiros; nós havíamos gastado uns quinientos tiros aproximadamente.

Observamos a reprodução dos sentidos na sequência SD17, composta por um recorte da EP e outro da ER.

(SD17)

EP: “Ellos tenían dos muertos y cinco heridos, además tres prisioneros [...]. Se les dio fuego a las casas de los soldados y nos retiramos, luego de atender lo mejor posible los heridos, tres de ellos de mucha gravedad, que luego murieron, según nos enterramos después de la victoria final, los dejamos al cuidado de los soldados prisioneros.”²³ (GUEVARA, 1985, p. 27)

ER: “Eles tiveram dois mortos e cinco feridos, três deles em estado grave; três foram presos. Coloquei fogo em todas as dependências da casa de Honorio, e alguém fez o mesmo com o quartel, o que era um espetáculo impressionante, pois estava repleto de buracos de bala.” (GUEVARA, 2012, p. 43)

Apenas pela leitura da ER percebemos quantas alterações foram feitas, além de esforçar-se para retratar Guevara como fanático pelo combate e vingativo com seus inimigos, esquece-se a contribuição que ele dava aos feridos, bem retratada na expressão “luego de atender lo mejor posible los heridos”. Porém, na ER somente encontramos o número de feridos e mortos para em seguida referir o incêndio da casa de Honorio e do quartel, não mencionado na EP, (nesta temos a informação de que foi colocado fogo apenas nas casas dos soldados). Também ressaltamos o uso da expressão “espetáculo impressionante” não mencionado na EP.

Assim, apontamos para essa reformulação que demonstra não apenas o pertencimento a uma FD distinta, mas também as condições de produção dos sentidos. Mas o caso da reformulação está ainda mais presente nas notas de rodapé do referido *corpus*, que podemos perceber nessas sequências da EP e um da ER, conforme SD18.

²³ Eles tinham dois mortos e cinco feridos, além de três prisioneiros [...]. Se lhes deu fogo as casas dos soldados e nos retiramos, logo para atender o melhor possível os feridos, três deles de muita gravidade, que logo morreram, segundo nos informamos depois da vitória final, os deixamos aos cuidados dos soldados prisioneiros.

(SD18)

EP: “De la escuadra que abandonó, **con su jefe incluso**, la lucha, quedó un solo hombre llamado Crucito que después fue uno de los combatientes más queridos.”²⁴ (GUEVARA, 1985, p. 82)

ER: “Salustino de la Cruz, codinome Crucito, considerado por Che **“um dos combatentes mais queridos.”** Nota de rodapé. (GUEVERA, 2012, p. 122)

A SD18 é um relato retratado nas anotações de Guevara, no qual fala sobre as licenças que alguns membros da guerrilha tiveram por ordem de Fidel Castro. Nessa licença, uma esquadra inteira abandonou o movimento, com seu chefe Guilherme. Em nível da enunciação, temos o eu-autor, o aqui e o agora do discurso, mas em nível do enunciado, temos o interdiscurso, do qual o autor se faz presente nas palavras “combatente” e “luta”. Na EP, o nome do líder não é mencionado, mas notamos a importância da partida que ele teve, já que é enfatizada pela expressão “con su jefe incluso” entre vírgulas, acrescentando uma informação que julgou necessária para o leitor. Podemos inferir que esse acréscimo teve como intuito criar no leitor uma memória histórica que o autor viveu com seus companheiros, à qual, no entanto, os leitores não têm acesso.

O advérbio “después” marca o tempo, referindo-se ao fato de Crucito se tornar um dos combatentes mais queridos. Não no presente em que a ação é relatada, mas em um futuro que ocorre no passado da enunciação. Essa relação imaginária do momento da enunciação com o domínio da memória é chamada por Courtine (1999) de “ritual discursivo da continuidade”, uma vez que produz um corte temporal ligando o presente da enunciação ao passado, marcado nos verbos “abandono” e “quedó”, próprios da linguagem em diário. O presente da enunciação também se relaciona ao futuro discursivo, quando o combatente Crucito irá se tornar um dos mais queridos. Esse ritual da continuidade cria uma anulação imaginária do processo histórico, com sua duração e suas contradições próprias, constitutivas do próprio interdiscurso.

A ER presente nessa sequência foi uma ER nota de rodapé retirada do mesmo evento retratado pela edição revista, mas, ao invés de explicitar como a ER retratou o evento a que

²⁴ Da esquadra que abandonou, com seu chefe inclusive, a luta, ficou somente um homem chamado Crucito, que depois foi um dos combatentes mais queridos.

faz referência, trazemos a nota de rodapé em que a expressão “um dos combatentes mais queridos”, colocada entre aspas, é atribuída a Guevara. Se analisarmos as duas edições, não notamos marca de pessoa na opinião do sujeito da EP, por isso não podemos inferir se esse discurso pertence somente ao sujeito ou a um grupo de pessoas. A formulação da ER transforma o enunciado, misturando memória e esquecimento. Desse modo, o “eu afirmo que” e o “eles acreditam que” possuem uma fronteira opaca.

Na EP temos esse distanciamento do juízo da opinião do sujeito não porque ele não é o “eu” do discurso, mas, sim, porque o limite entre o que ele pensa e o que os outros pensam está embaçada. Não podemos afirmar que o sujeito acredita ou não nisso, mesmo sendo ele o enunciador. Já na ER, o efeito-sujeito-editor parece pretender tornar o discurso transparente, atribuindo esse ao sujeito autor, marcando o enunciado entre aspas. As aspas fazem esse papel na escrita, inserir o discurso do outro, revelando o interdiscurso na forma de citação, constituindo uma “repetição de elementos em extensão, elementos que nós identificamos quando consideramos um fragmento de discurso como determinado por um enunciado e aí tomando lugar” (COURTINE, 1999, p. 21).

Observamos na SD19, composta pela EP e pela ER, o funcionamento da reformulação.

(SD19)

EP: “Ahora, después de varios años de aquella discusión en que Fidel tomó la decisión, pero no me convenció, debo reconocer que era justa la apreciación y que hubiera sido mucho menos productivo para nosotros tener una acción aislada sobre alguna de las patrullas que viajaban en camiones.”²⁵ (GUEVARA, 1985, p. 84)

ER: “Sobre essa discussão, ler o relato ‘Chegam as armas’ (em Ernesto Che Guevara, op. cit., p. 75-82). Che expressa: ‘Agora, depois de vários anos daquela discussão em que Fidel tomou a decisão, mas não me convenceu, devo reconhecer que era justa sua apreciação [...]’.” **Nota de rodapé** (GUEVARA, 2012, p. 123)

²⁵ Agora, depois de vários anos daquela discussão em que Fidel tomou a decisão, mas não me convenceu, devo reconhecer que era justa a apreciação e que tivera sido muito menos produtivo para nós ter uma ação isolada sobre alguma das patrulhas que viajavam em caminhões.

Na SD19 temos o relato de uma divergência entre os líderes do movimento Guevara e Fidel. Observamos que essa sequência também constitui uma formulação imaginária do momento da enunciação, com um ritual discursivo da continuidade, marcando o presente pelo advérbio “ahora”; o passado, na expressão “vários años atrás” e nos verbos “tomó” e “convenció”, e também na história que gerou a divergência; e o futuro, no advérbio “después”. Entretanto, observamos também outro tipo de repetição. Notadamente quando a ER suprime a parte do discurso que explica qual era a divergência – que, num primeiro momento, não convenceu o sujeito, mas depois acreditou ser “justo”, o efeito-sujeito-editor, na forma de repetição, cria na ordem de uma memória lacunar ou com falhas. Nessa SD notamos um embate entre dois líderes: Fidel e Guevara, demonstrando que nem sempre a relação entre os dois era tão harmoniosa como conhecemos.

Essas sequências aparentaram dizer a mesma coisa, pois ao verificar na ER a expressão “um dos combatentes mais queridos”, contida na EP, fica evidente de que falam sobre “Crucito”, e na ER a fala de Guevara sobre a discussão, também explícita na EP, leva o leitor a concluir que nada se alterou e que a ER foi fiel à escrita do sujeito autor. Porém, no caso da reformulação, por meio de aspas, como afirma Zoppi Fontana (1991, p. 52), “o que caracteriza este tipo de marcas de heterogeneidade é seu funcionamento enunciativo, que consiste em fazer que um elemento X qualquer da cadeia seja dobrado por – isto é, comporte – sua própria representação, reflexiva e opacante”. Assim, o efeito de sentido que a reformulação com aspas permite, neste caso, é a imposição de um discurso (ER) sobre outro (EP), encoberto pela ideia de equivalência.

O recurso utilizado pelo efeito-sujeito-editor é mostrar notas apenas como uma tradução pretendidamente “equivalente”, mas ao utilizar-se das notas, convocando um exterior ignorado pelo texto (ER), quebra a ilusão de interior, remetendo constantemente a um interdiscurso presente no discurso didático. Esse uso coloca o discurso didático (que visa explicar, ensinar), como afirma Zoppi Fontana, “como fonte obrigada para a interpretação, usurpando assim o espaço reservado pela prática literária (escrita e leitura)” (ZOPPI FONTANA, 1991, p. 53).

Na sequência SD19, na ER, as reticências empregadas pelo efeito-sujeito-editor possibilita observar o efeito ideológico funcionando, uma vez que esse suprime o que foi dito por se identificar com uma formação ideológica distinta do efeito-sujeito-autor. Sobre esse uso no funcionamento do discurso do sujeito-autor ampliaremos a discussão no subitem a seguir.

3.3.1 Sentidos do silêncio na resistência

A obra *As formas do silêncio*, de Orlandi (2007), trabalha com os limites das formações discursivas, determinando, assim, os limites do que se pode dizer. A partir do conceito de FD, o silêncio irá trabalhar com o jogo das contradições produzidas pelos diversos sentidos e da identificação do sujeito.

A relação dito/não dito, que a formação discursiva impõe, traz em si silenciamento. Para Orlandi (2007, p. 68), “o silêncio não é vazio, ou sem sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. Isso nos leva à compreensão do ‘vazio’ da linguagem como um horizonte e não como um falta”. O silêncio é a própria condição de produção de sentido, isto é, aparece como o lugar/espaco que permite à linguagem significar.

Há três formas de silêncio definidas por Orlandi (2007): o silêncio fundador, ou fundante, tido como o princípio de toda significação; o silêncio constitutivo, que diz respeito à ordem da produção de sentido e da linguagem, e o silêncio local, referindo-se à interdição do dizer, por exemplo, a censura e a repressão. Porém, neste trabalho será tratado apenas o silenciamento que produz um recorte entre o que se diz e o que não diz, a partir da concepção de silêncio local.

A censura é a forma do silêncio do interdito – do que é proibido, do que se pode ou não dizer e deve ser considerada em sua materialidade linguística e histórica, isto é, discursivamente. Assim,

A censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação [...]. A censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala (ORLANDI, 2007, p. 76-77).

Desse modo, este trabalho busca reconhecer esse jogo em que o efeito-sujeito-editor promove essa relação de força sobre o que não deve e não pode ser dito pelo efeito-sujeito-autor. Nesse jogo, as reticências são utilizadas como supressão de possíveis dizeres e não para indicar a divisão entre o dizer de um e de outro, como estamos habituados a estudar.

Refletindo sobre as reticências a partir da perspectiva teórica da AD, podemos inferir que esse sinal de pontuação sinaliza um espaço de sentidos possíveis, porém não qualquer

sentido, pois, como afirma Grantham, (2009, p. 132), “os sentidos que são produzidos ali não estão fora do campo daquilo que é possível dizer”. Para fortalecer essa ideia, Pêcheux aponta:

Vamos precisar o funcionamento dessa ilusão no espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva: ao falar de “intersubjetividade falante”, não estamos abandonando o círculo fechado da forma-sujeito, a necessária referência do que eu digo aquilo que um outro pode pensar, na medida em que aquilo que eu digo *não está fora daquilo que estou determinado a não dizer*. Ao empregar expressões como “eu poderia”, “estou determinado a”, estamos designando o setor subjetivo das virtualidades, das finalidades, das intenções, das reticências, das recusas, etc. (PÊCHEUX, 1997, p. 172).

Atentamos para o fato de que há um produtor dessas reticências que suprime seu dizer, e ao fazê-lo abre espaço para o dizer outro. Porém, tal lacuna não significa *vazio de significado*, mas, sim, expressa um silêncio, constituído da própria linguagem e significa por si mesmo. Observamos a sequência composta apenas pela ER:

(SD20)

ER: “Eutimio **se colocou de joelhos**, pedindo que o matasse de uma vez, e Fidel tratou de enganá-lo, fazendo-o acreditar que sua vida seria poupada, **mas** Eutimio recordava a cena de Chico Osorio e não se deixou ludibriar. **Então** Fidel anunciou que ele seria executado, e Ciro Frías lhe passou um comovido sermão, por ser um antigo amigo. O homem **esperou a morte em silêncio** e com certa dignidade. Começou uma chuva forte e tudo ficou escuro. A situação era incômoda para a gente e para ele [...]. Dormimos muito mal, molhados, e eu com um pouco de asma.” (GUEVARA, 2012, p. 66 - grifo nosso)

Nessa sequência podemos perceber a incompletude do dizer criado pelo efeito-autoria de editor, sinalizando um silenciamento. Esse silenciamento não é instaurado por palavras significando o não-dito, nem surge porque o sentido possível não foi dito, mas está relacionado ao corte, à ausência das palavras proporcionada pelo uso das reticências. Quando o sujeito escreve “a situação era incômoda para a gente e para ele [...]”, como podemos entender o porquê da situação ser incômoda para o sujeito? No lugar social que ele ocupa e discursiviza através do lugar discursivo, o sujeito ocupa um lugar de líder revolucionário. Essa liderança pressupõe a tomada de decisões, inclusive no que diz respeito à punição de desertores. Neste caso, não era para ver essa situação como incômoda, mas, talvez, necessária. O que nos leva a pensar que nesse momento o sujeito não quer estar ali, tomando essa decisão ou tomando essa posição.

Visto que, no quadro teórico da AD, Pêcheux (1975) propõe que o sujeito do discurso, ao tomar posição, identifica-se plenamente com seus semelhantes e com o sujeito, reduplicando sua identificação com a forma-sujeito que organiza o que pode ou não ser dito no âmbito da FD, o discurso do sujeito analisado não reduplica sua identificação com a forma-sujeito revolucionária, pelo contrário, realiza o que Pêcheux (1975) irá chamar de “mau sujeito”.

Pêcheux (1997, p. 215) explica essa categoria ao afirmar que “o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal por meio de uma tomada de posição, que consiste dessa vez em uma separação (contestação, questionamento)”. Ele se contrai-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo interdiscurso como determinação exterior de sua interioridade subjetiva. Mas no resto da sequência verificamos certa frieza, mudando logo de assunto, “dormimos muito mal, molhados, e eu com um pouco de asma”. O que demonstra o funcionamento de outro tipo de subjetivação, a que advém da reduplicação da identificação do sujeito com a forma-sujeito revolucionária, o que Pêcheux (1975) nomeia de “bom sujeito”. Assim, nessa sequência, revisada, nos são trazidos dois modos de subjetivação, mas, qual o efeito de sentido estabelecido por essas duas identificações? Qual o objetivo desse duplo funcionamento? Veremos na SD21, composta pela EP, o possível discurso que originou a SD20, analisada anteriormente:

(SD21)

EP: “Cayó de rodillas ante Fidel, y simplemente pidió que lo mataran. Dijo que sabía que merecía la muerte. En aquel momento parecía haber envejecido, en sus sienes se veía un buen número de canas, cosa que nunca había notado antes. Este momento era de una tensión extraordinaria. Fidel le increpó duramente su traición y Eutimio quería solamente que lo mataran, reconociendo su falta. Para todos los que lo vivimos es inolvidable aquel momento en que Ciro Frías, compadre suyo, empezó a hablarle [...]. Fue una larga y patética declamación que Eutimio escuchó en silencio con la cabeza gacha: se le preguntó si quería algo, y él contestó que sí, que quería que la Revolución, o, mejor dicho, que nosotros nos ocupáramos de sus hijos”²⁶ (GUEVARA, 1985, p. 49-50).

²⁶ Caiu de joelhos diante Fidel, e simplesmente pediu que o matassem. Disse que sabia que merecia a morte. Naquele momento parecia estar envelhecido, em suas têmporas se via um bom número de linhas, coisa que nunca havia notado antes. Este momento era de uma tensão extraordinária. Fidel lhe corrigiu duramente sua

Primeiro, cabe-nos destacar as diferenças apresentadas pelas duas edições. Enquanto na ER o sujeito não apenas estabelece uma relação supostamente banal com o ocorrido, simplificando o evento com um relato breve, omitindo a descrição do semblante de Eutimio, como também mostra crueldade por parte de Fidel, em “Fidel tratou de enganá-lo, fazendo-o acreditar que sua vida seria poupada”, que não consta na EP. Nesta, a menção se faz a uma dura reprimenda “Fidel le increpó duramente su traición” não a uma enganação cruel de que não o mataria. A avaliação de que esperou a morte com “certa dignidade” presente na ER, é relatada mais adiante. Podemos afirmar, portanto, que a única semelhança está no fato relatado, a execução de Eutimio, que a ER faz questão de mostrar com crueldade, frieza e brevemente. Na EP é dedicado um capítulo para o ocorrido, e ao fim deste, após o pedido de Eutimio para que cuidasse dos seus filhos, o sujeito-autor se manifesta na seguinte sequência composta apenas pela EP.

(SD 22)

EP: “Algún día tendrán que saber que su padre fue ajusticiado por el poder revolucionario debido a su traición. También es de justicia que sepan que aquel campesino que se dejó tentar por la corrupción e intentó cometer una felonía impulsado por el afán de gloria y dinero, además de reconocer su falta, de no pedir ni por asomo una clemencia que sabía no merecía, se acordó en el último minuto de sus hijos y para ellos pidió un trato benevolente y la preocupación de nuestro jefe”²⁷ (GUEVARA, 1985, p. 50).

Desse modo, podemos destacar outra posição para o sujeito, ou seja, aqui a questão iniciada com a reflexão sobre qual subjetivação, o sujeito adquire outros contornos. Se na ER cabia identificar o modo de subjetivação do sujeito e a identificação se dava entre identificado ou não com a forma-sujeito revolucionária, na EP a identificação se dará com a forma-sujeito justo, que, nesse caso, o sujeito se identifica e reduplica a forma-sujeito, dentro do que pode e

traição e Eutimio queria somente que o matassem, reconhecendo sua falta. Para todos os que vivemos, é inesquecível aquele momento em que Ciro Frias, seu compadre, começou a lhe falar: [...] Foi uma larga e patética declamação que Eutimio escutou em silêncio com a cabeça baixa: perguntou-se se queria algo, e ele respondeu que sim, que queria que a Revolução, ou seja, que nós cuidássemos de seus filhos.

²⁷ Algum dia terá que saber que seu pai foi justicado pelo poder revolucionário devido a sua traição. Também é justo que saibam que aquele camponês que se deixou tentar pela corrupção e tentou cometer uma traição impulsionada pelo desejo de glória e dinheiro, além de reconhecer sua falta, de não pedir nem por sombras uma clemência que sabia que não merecia se lembrou no último momento de seus filhos e para eles pediu um tratamento benevolente e a preocupação de nosso chefe.

deve ser dito nessa formação discursiva, ou seja, dentro da conjuntura da Revolução o sujeito não poderia ser a favor de que um traidor continuasse vivo, sem dar o exemplo de injustiça perante os outros homens. Para ser justo precisava manter firme sua convicção de líder, mas justo não significa desumano ou cruel. Essa nuance não é retratada na EP.

Após perceber tantas discrepâncias entre as edições, resta-nos um gesto de interpretação sobre o porquê esse discurso teve esse funcionamento. Parece-nos claro o desejo de interditar o sujeito, silenciar seu dizer, provocando uma imagem negativa. Se na ER temos dois tipos de subjetivação, é porque o discurso está funcionando de maneira a encobrir o discurso da EP, oscilando entre um sujeito incomodado e indiferente, em que as reticências suprimem a outra posição e identificação do sujeito. Desse modo, como afirma Orlandi,

há assim, “furos”, “buracos” na memória, que são lugares, não em que o sentido se “cava” mas, ao contrário, em que o sentido “falta” por interdição. Desaparece. Isso acontece porque toda uma região de sentidos, uma formação discursiva, é apagada, silenciada, interdita (ORLANDI, 1999, p. 65).

Assim, fica-se sem memória, impedindo que certos sentidos que poderiam circular nessa FD possam criar outros sentidos, de justiça, benevolência e reconhecimento pela grandeza que teve Eutímio no momento de sua execução. Na sequência da EP, presenciamos sentidos, que estão opacos na ER sob a expressão “situação incômoda”, concretizando um caso de resistência do sujeito. Sobre isso, Leandro Ferreira (2000, p. 22) afirma que o trabalho de resistência se situaria, assim, “na margem entre a dominação que se faz da linguagem e a que ela estabelece”. Notamos no discurso analisado a dominação que a linguagem institui ao suprimir, reescrever, interditar o dizer do sujeito, mas ao mesmo tempo a dominação que o sujeito teve sobre linguagem para estabelecer outro sentido em seu dizer.

Essa leitura e esse gesto de interpretação se tornam possíveis, pois, como afirmado anteriormente, a língua funciona no equívoco. Desse modo, a pontuação e a lacuna exposta pelas reticências podem, também, ser férteis nesse processo, como afirma Grantham (2009, p. 134), “as reticências, nessa perspectiva, podem ser concebidas como o lugar onde esses dois sujeitos se encontram, nos dois extremos desse processo: o primeiro – o sujeito-autor – na produção do texto e sobre elipses; o segundo – o sujeito-leitor – na produção da leitura e sobre incisões”.

Assim, nas reticências percebemos o trabalho do efeito-sujeito-editor, que também é um sujeito-leitor, já que a autoria é vista como um gesto de interpretação. Na produção de sua

escrita, o efeito-sujeito-editor, sob os efeitos da ideologia, retrata seu posicionamento. Com o intuito de demonstrar melhor o posicionamento dos dois sujeitos envolvidos nesse discurso, no próximo capítulo abordaremos o efeito imaginário produzido nas duas edições e como esse efeito revela o posicionamento e a ideologia dos sujeitos.

CAPÍTULO IV

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE REVOLUCIONÁRIO NAS DUAS EDIÇÕES

O que a escrita exige, e que nenhum amante lhe pode conceder sem dilaceramento, é que ele sacrifique um pouco de se imaginário, e que assegure assim, através de sua língua, a assunção de um pouco de real.

Roland Barthes

Como já expusemos, o sujeito da Análise do Discurso é a posição-sujeito assumida no discurso. Partindo dessa noção, o sujeito empírico, ao se subjetivar, ocupa uma determinada posição no discurso, dessa maneira ocupará um lugar discursivo. Este lugar, por sua vez, é construído pelo sujeito na sua relação com a língua e a história, e a mudança do lugar social para o discursivo irá ocorrer, porque há uma determinação da formação social. Assim como propõe Grigoletto (2008), o lugar social seria a passagem do espaço empírico para o discursivo e não é sinônimo de posição-sujeito. Antes pode ser concebido como entremeio entre lugar social, da forma e da posição-sujeito.

Nesse sentido, o destinador (A) e o destinatário (B) designam lugares determinados na estrutura de uma formação social. Assim, por exemplo, na esfera econômica, o patrão e o empregado são marcados por propriedades diferenciais determináveis. Porém, como afirma Pêcheux (1993, p. 82), “seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no processo discursivo”. Dessa maneira, para o autor, o lugar se encontra representado, mas transformado, ou seja, “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1993, p. 82).

Dessa forma, todo processo discursivo irá supor a existência dessas formações imaginárias: a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz de seu interlocutor, a imagem que ele faz do objeto do discurso. Do mesmo modo que se tem a imagem que o interlocutor tem de si mesmo, de quem lhe fala e do objeto de discurso. Esse jogo de imagens, Pêcheux (1993, p. 83) designa da seguinte forma:

- IA (A) – imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A – “Quem sou eu para lhe falar assim?”.

- IA (B) – imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A – “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”.

- IB (B) – imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B – “Quem sou eu para que ele me fale assim?”.

- IB (A) – imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B – “Quem é ele para que me fale assim?”.

Nesse complexo de formações imaginárias, I é a imagem, A é o locutor e B é o interlocutor. Ainda convém ressaltar que o “referente” (nominado como R para Pêcheux (1993)) pertence, assim como a posição dos protagonistas do discurso às condições de produção do discurso. O R será um objeto imaginário e não pertencente à realidade física. Todo esse mecanismo se assenta sempre no imaginário.

Para Orlandi (2006, p. 16), a troca de linguagem por esse mecanismo “se assemelha a um grande jogo de xadrez em que aquele que consegue melhor antecipar-se ao seu interlocutor é melhor orador, mais eficiente com a palavra”. Esse jogo que reside no imaginário se realiza através da projeção da posição social no discurso. Desse modo, Orlandi (2006, p. 16) observa que o que conta é a projeção da posição social no discurso, ou seja, “não é do operário que estamos falando, por exemplo, mas da imagem que nossa sociedade faz do operário”.

Ainda dentro dessa noção podemos nomear, além da antecipação, as relações de sentido e de força. Segundo as relações de sentido, podemos relacionar o nosso dizer com outros e isso faz parte dos efeitos de sentido de nosso dizer; e, segundo as relações de força, o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que esse lugar representa.

Considerando-se que este trabalho examina o discurso produzido por um sujeito (A) em duas edições diferentes, preparamos a análise desta seção da seguinte maneira: primeiro, tratamos das sequências discursivas representativas da imagem que A produz de si e do outro dentro da ER. Na análise das projeções da ER, organizamos o imaginário do sujeito em:

- a) IA (A) 1 - A imagem de médico;
- b) IA (A) 2- A imagem de paciente;
- c) IA (B) (a) - A imagem de herói
- d) IA (B) - A imagem do outro.

Depois analisamos as SDs representativas da imagem que A produz de si e do outro dentro da EP, com as imagens denominadas da mesma maneira: a) I A (A) 1 - a imagem de médico; b) I A (A) 2 - A imagem de paciente; c) IA (B) (a) - A imagem de herói; d) IA (B) - A imagem do outro.

4.1 I A (A) 1 - A IMAGEM DE MÉDICO NA ER

O recorte das sequências discursivas desta seção foi realizado mantendo o critério de observação das marcas linguísticas que remetessem ao campo da medicina. Termos técnicos, assim como as palavras exame, consulta, foram levados em consideração para selecionar as sequências discursivas. Essas foram retiradas ao longo da edição revista, *Diário de um combatente*, e pretendemos abordar, além do conceito de imaginário, o interdiscurso e a memória discursiva.

(SD20)

ER: “**O orifício de saída estava no côndilo extremo do fêmur**, mas não consegui saber com que gravidade o osso fora afetado. **Fiz um curativo de emergência**, colocando penicilina e deixando a perna esticada em uma tala.” Dia 18 de fevereiro, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 66)

(SD21)

ER: “Seguimos viagem depois de **umas consultas** que dei por ali, entre elas a uma senhora que esperava o nascimento de seu oitavo filho. Ele se chamará Fidel, se for homem.” Dia 25 de março, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 88)

(SD22)

ER: “Avisaram-me que um homem havia se machucado no pelotão de Guillermo [García] e tive que voltar para traz para **examiná-lo**: o homem tinha caído de costas sobre um tronco e apresenta provável **fratura da última costela**.” Dia 15 de maio, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 118)

(SD23)

ER: “**Pedi para preparar comida para três e deixei Acuña de guarda na primeira casinha, ficando eu com o ferido na segunda, onde dormimos**.” Dia 15 de maio, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 118)

(SD24)

ER: “Ele tinha uma ferida em linha na cabeça, mas havia comprometido a **massa encefálica na altura da circunvolução parietal esquerda** e não podia mover a mão direita. Soprei um

pouco de ar, tapei a ferida com um papel e incumbi Joel de cuidar dele enquanto eu me encarregava da metralhadora.” Dia 28 de maio, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 126)

Essas sequências discursivas foram retiradas de várias passagens da edição revista pela construção do imaginário sobre a rotina de médico criada pelo sujeito. Quando o sujeito utiliza expressões estritamente técnicas, como “orifício de saída estava no côndilo extremo do fêmur” e “massa encefálica na altura da circunvolução parietal esquerda”, o emprego de expressões próprias do jargão da medicina não deixa se esquecer do lugar social ocupado por Guevara, como também, mesmo se tratando de um processo de reformulação, de tradução e reescrita, é possível observar no discurso a formulação desse imaginário. Como afirmado anteriormente, o que conta é a projeção da posição social no discurso, a sociedade proporciona a imagem do médico com um vocabulário tão específico. Mas, se o caráter da publicação analisado era um diário, por que escreveria para si próprio, utilizando esse vocabulário?

Uma interpretação possível seria uma particularidade do efeito-sujeito-autor. Como afirma Orlandi (1996, p. 70), “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer”. Dessa forma, o sujeito se representa no lugar de médico e, através da memória, faz a língua significar, e, assim, sentido, memória e história se (con)fundem na noção de interdiscurso. O sujeito nessas sequências não pode abrir mão da utilização de expressões linguísticas específicas da área médica, sob pena de perder sua autoria, pois a “inscrição no repetível histórico (interdiscurso) é que traz para a questão do autor a relação com a interpretação” (1996, p. 70). Assim, a constituição do autor depende da interpretação e, para que uma palavra faça sentido, é necessário que já tenha sentido, ou seja, pertença à memória discursiva.

Nas expressões “fiz um curativo de emergência”, “umas consultas”, “examiná-lo” e “fratura da última costela”, verificamos que nessa materialidade linguística há presença do imaginário da medicina. Essas expressões sinalizam a imagem que Guevara faz dele mesmo, do lugar de médico que ele ocupa para a posição de médico, utilizando-se dos conhecimentos e graduação como tal para responder à pergunta: “Quem sou eu para lhe falar assim?” Sou médico de formação e entendo do corpo humano, por isso falo assim.

As sequências demonstram que um médico também pode se relacionar com o social e com a revolução, mostrando que não somente aqueles diretamente afetados pelo sistema

participam do engajamento com as causas de uma revolução, mas também indivíduos com conhecimento e habilidades específicas.

4.2. IA (A) 2- A IMAGEM DE PACIENTE NA ER

As sequências discursivas para esta seção foram recortadas a partir da observação dos relatos sobre a doença: a asma. Procuramos nesse recorte nos deter nas passagens que retratavam a relação do sujeito-autor do diário com a doença e a relação desta com a guerrilha.

(SD25)

ER: “Mas então, **troçamos na minha asma**, que me impedia **fisicamente** de caminhar. Tivemos que esperar para ver se melhorava com Tedral e, diante do resultado negativo, aguardar o efeito de uma das duas únicas ampolas de adrenalina. **Com muito esforço, fui escalando laboriosamente** o terreno firme, até que, às 4h da tarde, Luís, o camponês viu algo estranho no caminho de La Mercedes a San Lorenzo.” Dia 28 de fevereiro, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 72)

(SD26)

ER: “**A asma piorou** a tal ponto que **a última parte do percurso tive que fazer nos braços de dois companheiros**. Como minha asma piorara a tal ponto que tive de usar a outra adrenalina, decidiu-se que **eu ficaria no local**, com o professor.” Dia 28 de fevereiro, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 73)

(SD27)

ER: “Sentado a 100 metros da casa onde está combinado o encontro, **passei 12 horas com a asma cedendo e aumentando, mas sem desaparecer**. Caminhei dez passos e passei a noite toda em uma ladeira incômoda com **a asma presa na garganta**, sem poder dormir até de madrugada, e sabendo que **inevitavelmente** tinha que esperar até o dia seguinte às 3h, se o homem cumprisse sua tarefa.” Dia 1º de março, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 75)

Nessas sequências observamos a formulação de outra imagem que o sujeito faz de si mesmo. Nesses casos, o sujeito não utiliza o jargão da área da medicina, apesar de falar da doença, mas se coloca no lugar do paciente e de doente. Constatamos que as expressões, “troçamos na minha asma”, “a asma piorou”, “passei 12 horas com a asma cedendo e aumentando, mas sem desaparecer” e “a asma presa na garganta”, a condição na qual Guevara

desempenha seu papel na guerrilha. Esse sentimento de fragilidade que acompanha a doença também fez parte da rotina do sujeito.

Percebemos também que não apenas fez parte da rotina, pois foi retratado num diário, como também notamos o desagrado por ter a doença e não ter a mesma força e liberdade que os demais companheiros. Presente nas expressões “a última parte do percurso tive que fazer nos braços de dois companheiros”, “eu ficaria no local” e o advérbio “inevitavelmente”, que demonstra que o sujeito do discurso sabe que a sua condição lhe restringe e não há nada a fazer no momento. Cria um sentido de impotência.

Por outro lado, quando lemos o enunciado “Com muito esforço, fui escalando laboriosamente o terreno firme”, na SD25, podemos depreender certa preocupação e atrelar a imagem do revolucionário ao exaustivo esforço, que nem a doença conseguiu impedir o sacrifício. Essa imagem também é produzida na EP, que trataremos a seguir neste trabalho, mas, neste caso, o efeito-sujeito-editor movimenta um pouco o sentido de vitimização, mostrando também o esforço e sacrifício realizados pelo sujeito. Ainda há uma busca pela homogeneização dos sentidos sob a ilusão de que seu discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade, esquecimento nº 2 (PÊCHEUX, 2009).

Entretanto, o advérbio de modo “fisicamente” utilizado na SD6 ressuscita a imagem de guerrilheiro, expondo que apenas fisicamente ele se sente impedido, desfazendo esse efeito de vítima provocado pelos sentidos das outras expressões.

4.3. IA (B) (A) - A IMAGEM DE HERÓI NA ER

Esta seção foi organizada a partir de recortes que demonstram o efeito imaginário que o outro (B) tem do sujeito-autor. As sequências abaixo mostram o imaginário de herói que os outros têm do sujeito e foram recortadas ao longo da obra revista. Pelo número de sequências, nota-se que menções sobre o imaginário de herói construídas na ER são raras. Além de abordarmos a noção de imaginário, trazemos as noções de heterogeneidade do sujeito e a relação deste com o outro.

(SD28)

ER: “As pessoas me receberam com um aplauso espontâneo. Ao chegar, descobri que Bob acabava de ir embora. A acolhida de todos foi afetuosa.” Dia 05 de maio, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 112)

(SD29)

ER: “Antes de amanhecer, empreendemos a marcha pelo caminho real, mas o dia nos surpreendeu e **toda a gente saía para nos ver e em seguida se unia a nós.**” Dia 06 de maio, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 113)

Na SD28 vemos outro tipo de funcionamento do imaginário. Apesar de este trabalho analisar o discurso de A, nessas sequências, através de A, é possível verificar a imagem que B faz do sujeito. As expressões “as pessoas me receberam” e “toda a gente”, da SD29, remetem a B, o destinatário do discurso. Dessa forma se estabelece aqui uma antecipação, visto que se trata da imagem que o locutor faz da imagem que o interlocutor tem dele. Orlandi explica que “esse mecanismo, se assemelha a um grande jogo de xadrez em que aquele que consegue melhor antecipar-se a seu interlocutor é melhor orador, mais eficiente com a palavra” (ORLANDI, 2006, p. 16).

Nesse sentido, quem cria a imagem de herói é o interlocutor e a eficiência do sujeito está em contar esse fato, antecipando essa imagem e constituindo-a no discurso, como um herói. O mérito aqui está posto no fato de a utilização do evento construir sua imagem, como se A utiliza a imagem que B faz dele para ter a imagem de herói. Authier (1984), ao propor distinção entre heterogeneidade mostrada (o dizer do outro interfere no nosso) e heterogeneidade constitutiva (inerente ao sujeito), coloca a relação com o outro no discurso. Em nosso trabalho, o outro é o interlocutor e o outro (inconsciente) é a historicidade, concebida na forma de interdiscurso.

Dessa maneira, as expressões “aplausos”, “unia-se a nós”, “acolhida” e “afetuosa” demonstram o discurso sendo constituído na relação com o outro. Mostrando o quanto as pessoas apoiavam a causa do sujeito que não apenas o aplaudiram, mas também acolheram a ele e suas ideias. Como afirma Orlandi, “o autor se produz pela possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde e que vem de fora” (ORLANDI, 1996, p. 75). Assim, o autor está submetido pelo que a análise do discurso chama de “efeito-leitor”, que para o autor representa sua exterioridade constitutiva, a memória do dizer.

4.4. IA (B) - A IMAGEM DO OUTRO NA ER

Nesta seção, apresentamos o recorte de sequências discursivas na qual observamos a imagem que o sujeito-autor tem dos outros, mais especificamente a imagem de covarde que o sujeito-autor cria dos companheiros de guerrilha. Foi observada a repetição da expressão “cofard” recorrentemente na ER.

(SD30)

ER: “O único senão do dia foi a deserção de dois rapazinhos de La Caridad de Mata, que já estavam dando mostras de **cofard**.” Dia 06 de abril, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 97)

(SD31)

ER: “Eu com bastante asma vou a passo curto, atrás das demais pessoas. Wendell, o operador de câmera, tem um **cofard** espantoso.” Dia 26 de abril, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 107)

(SD32)

ER: “Vick na retaguarda, pois este se queixava da impossibilidade de caminhar, por sentir-se mal do estômago; o que tem é uma mistura de **cofard** e saudade.” Dia 1º de maio, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 110)

(SD33)

ER: “Antes tive que atender a um homem chamado Muñoz, da esquadra de René, que tem um poderoso **cofard**, mas, além disso, machucou o braço e então aproveitou para pedir dispensa.” Dia 22 de maio, 1957. (GUEVARA, 2012, p. 121)

A imagem de covarde para o sujeito aparece no decorrer do diário sob a pista linguística “cofard”, que uma nota de rodapé na obra explica ser “termo empregado por Che, em certas ocasiões, como expressão de covardia” (GUEVARA, 2012, p. 97).

Essa expressão circula por todo o livro, mas sua primeira ocorrência se dá na página 97, que conta com a explicação da mencionada nota. Podemos perceber que o sujeito cria uma expressão que designa covardia e demonstra nas sequências sua desaprovação para esse tipo de sentimento, principalmente quando utiliza os adjetivos “espantoso” e “poderoso”, manifestando um julgamento. Mostra a imagem que A faz de seus interlocutores, na SD30 os rapazinhos, na SD31 Wendell, na SD32 Vick e na SD33 Muñoz como sendo “covardes”.

Percebemos um discurso que não leva em consideração o outro em sua constituição. Existe uma separação entre o eu – corajoso e o ele – covarde. O sujeito se constitui no oposto

e demonstra por meio dessa separação uma crítica aos revolucionários que não são como ele, corajoso e destemido.

4.5 I A (A) 1 – A IMAGEM DE MÉDICO NA EP

Esta seção foi pensada levando em consideração as marcas linguísticas (termos técnicos do campo da medicina, consulta, médico) que criam o imaginário sobre a rotina de médico na obra de partida, *Pasajes de la guerra revolucionaria*. Escolhemos essas sequências ao longo da obra pela presença dos referidos termos, mas também por conter a relação da medicina com a revolução, a constituição do médico na revolução.

(SD 34)

EP: “**En aquella época** tenía que cumplir **mis deberes de médico** y en cada pequeño poblado o lugar donde llegábamos realizaba **mi consulta**.”²⁸ (GUEVARA, 1985, p. 74)

(SD35)

EP: “**Hice** una corta inspección de la herida, con entrada y salida en **la región parietal**.”²⁹ (GUEVARA, 1985, p. 88)

(SD36)

EP: “El único vendaje que tenía a mano **era un pedazo de papel** que coloqué sobre las heridas.”³⁰ (GUEVARA, 1985, p. 88)

(SD37)

EP: “**La cantidad de heridos** que estaba llegando **era enorme** y mi vocación en ese momento no era la de dedicarme a la sanidad; sin embargo, cuando fui a entregarle los heridos al **médico militar**, me preguntó cuántos años tenía y acto seguido, cuándo me había recibido. Le expliqué que hacía algunos años y entonces me dijo francamente: ‘Mira, chico, **hazte cargo de todo esto**, porque yo me acabo de recibir y tengo muy poca experiencia’.”³¹ (GUEVARA, 1985, p. 89)

²⁸ Naquela época tinha que cumprir meus deveres de médico e em cada pequeno povoado o lugar aonde chegava realizava minha consulta.

²⁹ Fiz uma curta inspeção da ferida, com entrada e saída na região parietal.

³⁰ A única bandagem que tinha a mão era um pedaço de papel que coloquei sobre as feridas.

³¹ A quantidade de feridos que estava chegando era enorme e minha vocação nesse momento não era a de me dedicar à saúde; entretanto, fui entregar os feridos ao médico militar, me perguntou quantos anos tinha e, em seguida, quando havia me graduado. Expliquei que fazia alguns anos e então me disse francamente: “Olha, rapaz, se encarregue de tudo isso, porque eu acabo de me graduar e tenho muita pouca experiência”.

(SD38)

EP: “Desde aquel momento tuve que cambiar una vez más **el fusil por mi uniforme de médico** que, en realidad, era un **lavado de manos**.”³² (GUEVARA, 1985, p. 89)

Essas sequências foram escolhidas por demonstrar o trabalho do sujeito revolucionário como médico. Retratam a imagem que o sujeito tem de si mesmo enquanto médico em tempos de guerra. O sujeito relata na primeira sequência (SD34) em um tempo distante ao utilizar “em aquella época”, marca o caráter narrativo das anotações. Nessa sequência ele não demonstra acontecimentos datados, escritos no mesmo dia que foram vividos, entretanto, coloca-se no discurso por meio dos pronomes “mi-meu” e “mis-meus”. Ao utilizar o verbo “cumplir-cumprir” seguido de “mis deberes de médico”, percebemos que o sujeito tem a imagem de que o médico tem o “dever” de salvar vidas e não deve fugir desse dever nunca, principalmente em tempos de guerra.

Na segunda sequência, o sujeito se coloca no discurso materializado no verbo “hice-fiz” e, ao utilizar termos técnicos, como “región parietal”, não se esforça para explicar a um possível leitor qual região seria essa ou onde estava a ferida. Esse indício nos mostra o caráter intimista de diário, onde o sujeito escreve para si, já que ele era formado em medicina. Não se preocupa em trazer o leitor para o mundo da medicina, pelo contrário, parece escrever para lembrar-se dos termos técnicos que há muito tempo não ouvia e não falava.

A SD36 demonstra a precariedade da guerrilha na Serra Maestra, porém, mais uma vez o sujeito cria para si o imaginário de um médico que não importa o que ocorra, a situação em que se encontra deve sempre encontrar uma solução. Nessa sequência, a solução é colocar papel nas feridas.

As duas últimas sequências, SD37 e SD38, se referem ao mesmo acontecimento, no qual durante um combate muitos homens são feridos. Retrata a brutalidade da guerrilha na expressão “la cantidad de heridos que estaba llegando era enorme”. Sobre os corpos feridos, Audoin-Rouzeau (2008, p. 383) aponta para os ferimentos causados pela bala moderna, “causou ferimentos de gravidade inédita em razão de sua força de penetração e do efeito de sopro que acompanha o impacto”. Percebemos na escrita que o sujeito não tinha intenção de

³² Desde aquele momento tive que mudar mais uma vez o fuzil por meu uniforme de médico que, na realidade, era um pano de mãos.

ajudar a um “médico militar” de ofício e que queria se dedicar à guerrilha da posição de revolucionário, porém, após ser abordado por esse médico, se vê em uma situação de “dever” mais uma vez. O médico militar explica que acabara de se graduar e tinha pouca experiência e, ao utilizar a expressão “hazte cargo de esto todo”, abandona seu dever. Demonstra com essas palavras que aquilo tudo (os mortos, os feridos, a dor, os gritos) estava ao encargo do sujeito do discurso que já estava familiarizado com todo esse sofrimento, fazia parte da guerrilha, provocava esse mal.

O sujeito retrata nessas passagens o imaginário de médico atuando no dever de salvar vidas. Projeta na posição de revolucionário o imaginário de médico e, na expressão “cambiar una vez más el fusil por mi uniforme de médico”, passa de causador de mortes, por meio do fuzil, para salvador de vidas através do uniforme de médico. Trata-se de uma imagem que reflete o dever de salvar vidas pela medicina acima do dever de salvar vidas através da revolução.

4.6 I A (A) 2 – A IMAGEM DE PACIENTE NA EP

Esta seção foi organizada a partir de recortes feitos no decorrer da EP que privilegiaram relatos do sujeito sobre a doença, como convivia com essa em meio à guerrilha. Verificamos fragmentos que trouxessem a palavra “asma” em oposição à tarefa de ser revolucionário e como o sujeito se representa com a doença.

(SD 39)

EP: “**En mi diario** de campaña anotaba, el día 22 de febrero, que tenía los primeros síntomas de lo que podía ser **un fuerte ataque de asma**, porque me faltaba mi líquido antiasmático.”³³ (GUEVARA, 1985, p. 53)

(SD40)

EP: “**El asma era tan fuerte** que no me dejaba avanzar bien y **tuvimos que dormir** en un pequeño cayo de café, cercano a una casa campesina.”³⁴ (GUEVARA, 1985, p. 54)

³³ No meu diário de campanha anotava o dia 22 de fevereiro, que tinha os primeiros sintomas do que podia ser um forte ataque de asma, porque me faltava meu líquido antiasmático.

³⁴ A asma era tão forte que não me deixava avançar bem e tivemos que dormir em uma pequena ilha de café, perto de uma casa de camponeses.

(SD41)

EP: “Todos pudieron fácilmente llegar a la cumbre y sobrepasarla; pero para mí fue **una tarea tremenda**.”³⁵ (GUEVARA, 1985, p. 54)

(SD42)

EP: “**Cuando yo no podía más y pedía que me dejaran**, el guajiro, con el léxico especial de nuestras tropas, me decía ‘argentino de... vas a caminar o te llevo a culatazos’. Además de decir esto **cargaba con todo su peso, con el de mi propio cuerpo y el de mi mochila** para ir caminando en las difíciles condiciones de la loma, con un diluvio sobre nuestras espaldas.”³⁶ (GUEVARA, 1985, p. 55)

Essas sequências foram retiradas no decorrer da obra *Pasajes de la guerra Revolucionaria* por demonstrar a fragilidade do sujeito na doença. Essa imagem se constitui em contraponto com a imagem anterior, de médico, e cria uma contradição: é médico, mas é paciente. Essa imagem não é esperada em anotações de guerra, em que o sujeito se coloca como frágil doente. Entretanto, por se tratar de uma escrita em diário, é plausível encontrar os dramas particulares pelos quais passa o sujeito.

Na imagem de paciente, o sujeito desperta um sentido de compaixão em quem lê, ao mesmo tempo em que denota as dificuldades que passou na guerrilha para levar a cabo o fim do poder ditatorial de Batista. Nessa imagem também se materializa o heroísmo do revolucionário que sacrifica a própria vida e saúde pela causa. Entretanto, vemos, nas passagens que retratam os ataques de asma, o sujeito se colocar como se fosse um fardo para os companheiros nas expressões “tuvimos que dormir en un pequeno cayo de café”. O uso do verbo “tivimos” mostra uma obrigação de os companheiros não precisarem ficar com ele, parar a marcha e dormir antes de chegar ao ponto que precisavam.

Observamos na SD42 o pedido do sujeito para que o deixassem, para que não se atrasassem mais, porém, o companheiro carrega sua mochila e seu peso sob uma forte chuva.

³⁵ Todos puderam facilmente chegar ao cume, passar por cima, mas para mim foi uma tarefa tremenda.

³⁶ Quando eu não podia mais e pedia que me deixassem, o camponês, com o léxico especial de nossas tropas, me dizia “argentino de... vai caminhar ou te levo a coronhadas”. Além de dizer isso carregava todo seu peso, com o de meu próprio corpo e o de minha mochila para ir caminhando nas difíceis condições da colina, com um dilúvio sobre nossas costas.

A imagem de paciente busca representar a revolução como prioridade acima de causas pessoais, mas também representa a importância da conjunção de forças dos guerrilheiros para vencer o inimigo.

4.7 IA (B) (a) – A IMAGEM DE HERÓI NA EP

Esta seção é constituída por sequências discursivas que trazem a imagem de herói que o sujeito possui a partir da posição do outro. Priorizamos as sequências que retratassem a relação do sujeito com os camponeses da Serra Maestra e os prisioneiros de guerra.

(SD 43)

EP: “Nos **recibieron** en forma amable y seguidamente un festival ininterrumpido de comida se realizó.”³⁷ (GUEVARA, 1985, p. 19)

(SD44)

EP: “Por la mañana llegaban **campesinos avisados de nuestra presencia** que, curiosos y solícitos, venían a conocernos y a darnos algo de comer o traernos algún presente.”³⁸ (GUEVARA, 1985, p. 19)

(SD45)

EP: “El hombre, cada vez que pasaba un combatiente por el lado, gritaba, ‘**no me mate, no me mate, el Che dice que no se matan los prisioneros**’. Cuando finalizó el combate, lo llevamos al aserrío, le hicimos las primeras curas y quedó allí para ser devuelto.”³⁹ (GUEVARA, 1985, p. 138)

Essa imagem está relacionada com o conceito que o sujeito tem de si a partir da visão que os outros fazem dele. As sequências foram recortadas ao longo do livro e escolhidas por trazer a imagem que os outros têm sobre o sujeito revolucionário.

³⁷ Receberam-nos de forma amável e seguidamente um festival ininterrupto de comida realizou-se.

³⁸ Pela manhã chegavam camponeses avisados de nossa presença que, curiosos e solícitos, vinham conhecer-nos e dar-nos algo de comer ou trazer-nos algum presente.

³⁹ O homem, cada vez que passava um combatente pelo lado, gritava, “não me mate, não me mate, o Che disse que não se matam os prisioneiros”. Quando finalizou o combate, o levamos à serraria, fizemos os primeiros curativos e ficou ali para ser devolvido.

Na SD43, o uso do verbo “recibieron” em terceira pessoa marca a ação do outro no discurso. Nessa passagem o sujeito conta que foi recebido de forma amável com um festival de comida. Essa imagem representa o revolucionário herói, aprovado e bem-recebido pelos camponeses. Mostra a adesão à causa da revolução por parte da população e consolida o pré-construído do herói: ovacionado por salvar vidas, festejado pela entrega à missão e reconhecido pelas ações em prol do povo.

Essa imagem se constrói na projeção do outro que vinha conhecer os revolucionários, trazer comida e presentes. Essa projeção está claramente marcada entre aspas na expressão de um prisioneiro ferido: “no me mate, no me mate, el Che disse que no se matan los prisioneros”. Nessa expressão, o sujeito é colocado como outro no discurso do prisioneiro, que reforça a imagem de herói que não matava os prisioneiros, pelo contrário, medicava e fazia os primeiros socorros (Le hicimos las primeras curas) e os devolvia para o exército (para ser devuelto).

4.8 I A (B) – A IMAGEM DE REVOLUCIONÁRIO NA EP

As sequências discursivas que tratam da imagem que o sujeito tem sobre ser um revolucionário e o embate entre a razão e a emoção no decorrer da EP foram recortadas para esta seção. Priorizamos passagens que mostram o sujeito dividido entre o dever (e os pressupostos de ser revolucionário) e a amizade (e a compaixão). Abordamos nesta seção, além do conceito de imaginário, a noção de efeito metafórico e formação discursiva.

(SD 46)

EP: “Tratamos de salvarlo en la única forma posible en esos momentos; llevándonos los catorce soldados prisioneros con nosotros y dejando a dos heridos: Leal y Cilleros. Cuando se lo comuniqué a Cilleros, diciéndole las palabras reconfortantes de rigor, **me saludó con una sonrisa triste que podía decir más que todas las palabras en ese momento** y que expresaba su convicción de que todo había acabado. Lo sabíamos también y estuve **tentado en aquel momento de depositar en su frente un beso de despedida** pero, en mí más que en nadie, significaba la sentencia de muerte para el compañero y **el deber me indicaba que no debía amargar más sus últimos momentos con la confirmación de algo de lo que él ya tenía casi absoluta certeza**. Me despedí, lo más cariñosamente que pude y con enorme dolor, de los dos combatientes que quedaban en manos del enemigo. Ellos clamaban que preferían

morir en nuestras tropas, pero teníamos nosotros también **el deber de luchar hasta el último momento por sus vidas.**”⁴⁰ (GUEVARA, 1985, p. 93)

(SD47)

EP: “De muchos **esfuerzos sinceros de hombres simples** esta hecho el edificio revolucionario, nuestra misión es desarrollar **lo bueno, lo noble de cada uno y convertir a todo hombre en un revolucionario**, de Davides, que no entiende bien y Banderas que murieron sin ver la aurora; de **sacrificios ciegos e de sacrificios no retribuidos**, también se hizo **la Revolución**. Los que hoy vemos sus realizaciones tenemos la obligación de pensar en los que quedaron en el camino y trabajar para que en el futuro sean menos rezagados.”⁴¹ (GUEVARA, 1985, p. 100)

As sequências sobre o imaginário do sujeito revolucionário foram retiradas no decorrer da obra *Pasajes de la guerra revolucionaria*, por conter posicionamentos do sujeito sobre o dever revolucionário e sua ideologia. Essas sequências foram escolhidas pela recorrência das expressões “revolução/revolucionário” como desencadeadoras de produção de sentido sobre a imagem que o sujeito tem de si, mas também de ser revolucionário.

Na primeira sequência o sujeito relata o momento em que decidiu abandonar dois companheiros feridos “Leal e Cilleros”. O sujeito afirma que utilizou “as palavras reconfortantes”, mas que Cilleros o saudou com um sorriso triste que expressava que para ele tudo havia terminado. Na sequência há uma luta entre o sentimento de compaixão, de despedida e o de dever revolucionário. O sujeito luta contra a vontade de parecer fraco diante dos companheiros porque sabe que o seu dever não é chorar, compadecer-se e prejudicar os

⁴⁰ Tratamos de salvá-lo da única forma possível nesses momentos; levando os catorze soldados prisioneiros com nós e deixando a dois feridos: Leal e Cilleros. Quando o comuniquéi a Cilleros, dizendo-lhe as palavras reconfortantes de rigor, me saudou com um sorriso triste que podia dizer mais que todas as palavras nesse momento e que expressava sua convicção de que tudo havia acabado. Sabíamos também e estive tentado naquele momento de depositar em sua testa um beijo de despedida, mas, em mim mais que em ninguém, significava a sentença de morte para o companheiro e o dever me indicava que não devia amargar mais seus últimos momentos com a confirmação de algo de que ele tinha quase absoluta certeza. Despedi-me, o mais carinhosamente que pude e com enorme dor, dos dois combatentes que ficaram nas mãos do inimigo. Eles clamavam que preferiam morrer em nossas tropas, mas tínhamos também o dever de lutar até o último momento por suas vidas.

⁴¹ De muitos esforços sinceros de homens simples está feito o edifício revolucionário, nossa missão é desenvolver o bom, o nobre de cada um e converter a todo homem em um revolucionário, de Davides, que não entende bem e Banderas que morreram sem ver a aurora; de sacrificios cegos e de sacrificios não retribuídos, também se fez a Revolução. Os que hoje vemos suas realizações, temos a obrigação de pensar naqueles que ficaram no caminho e trabalhar para que no futuro sejam menos atrasados.

companheiros. Sabe que necessita fazer o melhor para o grupo e em meio à tristeza de abandonar os companheiros decide demonstrar força e determinação para não abalar o grupo.

Essa imagem retrata o revolucionário que doa não somente o corpo, mas o espírito a uma causa, colocando o grupo em primeiro lugar. Na expressão “estuve tentado en aquel momento de depositar en su frente un beso de despedida”, o sujeito demonstra seu lado humano que queria confortar o companheiro na hora de sua morte. Entretanto, esse desejo logo é impedido pelo dever, manifestado na expressão “el deber me indicaba que no debía amargar más sus últimos momentos con la confirmación de algo de lo que él ya tenía casi absoluta certeza”. O dever indicava que ele não devia se comportar dessa maneira, a posição de revolucionário o impedia de tal comportamento. Esse embate entre a emoção e a razão encontra-se também nas expressões “me despedí, lo más cariñosamente que pude y con enorme dolor” e “el deber de luchar hasta el último momento por sus vidas”. No entanto, por que o sujeito coloca nessa imagem de revolucionário esse combate?

O sujeito humaniza a imagem de revolucionário e a coloca em confronto com os saberes revolucionários: matar, agir com frieza, estratégia e firmeza. Na escrita do diário, o sujeito revela um revolucionário que pensa no grupo enquanto seu dever, mas que também sente os horrores da guerra, a morte de um companheiro, a súplica para que não o deixem. O processo de identificação com outro imaginário constitui no discurso um deslizamento de sentido, que, nas palavras de Pêcheux (1997), chama de “efeito metafórico”, e realiza um deslocamento entre X (revolucionário cruel) e Y (revolucionário humano), instaurando o equívoco. Para Orlandi (2010, p. 27), “essa duplicidade que faz referir um discurso a um discurso outro para que ele faça sentido envolve a questão do equívoco”, que na AD é trabalhado como a questão ideológica fundamental, mas também com a historicidade.

Nessa sequência existe ainda uma contraidentificação do sujeito com a FD revolucionária e os saberes próprios dessa FD. Essa contraidentificação Pêcheux (2009, p. 199) a chama de “mau sujeito”, ou seja, o sujeito da enunciação toma uma posição que o separa da forma-sujeito revolucionário e que faz com que ele rejeite a FD.

Na segunda sequência, o revolucionário é aquele que faz sacrifícios e reconhece os sacrifícios dos outros. Postula uma imagem de revolucionário por meio das expressões “lo bueno, lo noble de cada uno y convertir a todo hombre en un revolucionario”. Cria um homem com uma missão: despertar o nobre e o bom de cada um.

4.9 I A (B) – A IMAGEM DO OUTRO NA EP

Esta seção é constituída de sequências discursivas que possibilitam observar a imagem que o sujeito possui dos companheiros de guerrilha e dos moradores da Serra Maestra e sobre o papel deles na construção da Revolução.

(SD48)

EP: “Banderas hubiera sido hoy, indiscutiblemente, **un luchador de vanguardia** en el campo de la producción agrícola; allí en la Sierra mejoró sus conocimientos de lectura y escritura y se preparaba para el porvenir. Era un campesino despierto que sabía **del valor de contribuir con su propio esfuerzo a escribir un pedazo de historia**”.⁴² (GUEVARA, 1985, p. 100)

(SD49)

EP: “Con Frank País perdimos uno de los **más valiosos luchadores**, pero la reacción ante su asesinato demostró que nuevas fuerzas se incorporaban a la lucha y crecía **el espíritu combativo del pueblo**.”⁴³ (GUEVARA, 1985, p. 123)

(SD50)

EP: “Nunca han sospechado aquellos **sufridos y leales pobladores** de la Sierra Maestra el papel que desempeñaron como forjadores de **nuestra ideología revolucionaria**.”⁴⁴ (GUEVARA, 1985, p. 75)

No discurso do sujeito revolucionário, a imagem do outro é construída com as palavras “valioso”, “leal”, “lutador” e “esfuerzo”. Realiza-se um sentido de reconhecimento aos companheiros de guerrilha. Ao referir-se a Banderas, reconhece o esforço do camponês para aprender a ler e escrever com o intuito de escrever “um pedaço de história”. O camponês sabe do valor de contribuir para a guerrilha. Quando o sujeito se refere a Frank País, percebemos que demonstra por esse grande respeito ao usar a expressão “más valioso”. Coloca o

⁴² Banderas tivera sido hoje, indiscutivelmente, um lutador de vanguarda no campo da produção agrícola; ali na Serra melhorou seus conhecimentos de leitura e escritura e se preparava para o porvir. Era um camponês desperto que sabia do valor de contribuir com seu próprio esforço a escrever um pedaço da história.

⁴³ Com Frank País perdemos um dos mais valiosos lutadores, mas a reação perante seu assassinato demonstrou que novas forças se incorporavam à luta e crescia o espírito combativo do povo.

⁴⁴ Nunca suspeitaram daqueles sofridos e leais habitantes da Serra Maestra o papel que desempenharam como forjadores de nossa ideologia revolucionária.

companheiro em alto nível e atribui ao assassinato dele a motivação para se incorporarem a novas forças à luta. Designa a esse fato ao aumento do espírito combativo do povo.

A imagem do outro como forjador da ideologia revolucionária também é retratada na última sequência. O sofrimento do povo e sua lealdade à causa desempenharam importante papel para a construção da guerrilha.

4.8.1 Encerrando a reflexão sobre o imaginário

Resumiremos a reflexão sobre as imagens construídas pelo sujeito revolucionário no seguinte quadro-síntese:

Projeções imaginárias	Edição revista	Edição de partida
Médico	médico técnico	médico militar
Paciente	paciente vítima	paciente herói
Herói	herói externo	herói externo
Revolucionário	_____	humano
Outro	Covarde	constitutivo

Quadro 1 - Resumo do efeito imaginário nas duas edições.

Nesse quadro apontamos o efeito imaginário produzido nas edições. Verificamos que a única projeção estabelecida nas duas edições é a de herói: I (A) (B) (a). Essa imagem que o sujeito projeta é construída em relação aos outros: camponeses, companheiros de guerrilha, inimigos. Nas outras imagens há discrepância na projeção que o sujeito faz de si e dos outros, a saber:

- a) médico técnico na ER (usando termos estritamente relacionados ao campo da medicina) e médico militar na EP (utiliza até papel nas feridas, cuida dos inimigos);
- b) paciente vítima na ER (coloca-se como impotente e incapaz) e paciente herói (que sacrifica a saúde pela revolução, pelo bem comum);
- c) revolucionário;

d) outro como covarde na ER e como constitutivo na EP (faz parte do movimento, ajuda a revolução, constitui o sujeito);

Existem, portanto, imagens distintas do sujeito nas duas edições. Enquanto a ER prioriza um discurso técnico, criando para o sujeito uma imagem objetiva e fria, como na projeção de médico, a EP busca mostrar o lado da guerrilha, que pode ser feio, sujo e que possui a morte como temática. Mostra também a solidariedade, a compaixão e o empenho em salvar vidas.

Na imagem de paciente, em que o sujeito relata sua relação com a asma, seus sintomas e tratamentos em meio ao confronto, a ER cria um imaginário de vítima muitas vezes incapaz e até mesmo um obstáculo para a concretização dos objetivos de guerra. Na EP é um paciente que, apesar de doente, frágil e às vezes incapaz de realizar alguma tarefa, faz mesmo não estando em condições, sacrifica sua saúde pelo bem comum.

A imagem de revolucionário é encontrada apenas na EP em passagem que o sujeito tanto opina sobre como é o dever de ser revolucionário quanto vivencia momentos em que o “fazer revolução” está relacionado com o social e a melhoria de condições de vida, retratando uma imagem humana para o sujeito. Defendemos que essa imagem não é encontrada na ER, pois não relacionamos essa imagem às passagens que retrata um revolucionário cruel ou desumano, já que a construção dessa imagem está principalmente relacionada com o modo de pensar a revolução (como dever ser o revolucionário) e não apenas com o modo de executar uma revolução (o que faz um revolucionário). Por isso, retratamos como o sujeito se vê “pensando” a revolução e não apenas fazendo parte dessa.

A última imagem encontrada nesta pesquisa é a projeção do outro no discurso. Esse outro são os camponeses, os companheiros de guerrilha e os jornalistas. Na ER o sujeito utiliza a expressão “cofard” para julgar os indivíduos quanto sua covardia. Na EP o outro é retratado como constitutivo da revolução e do sujeito. Possui um papel fundamental na busca pelos objetivos do grupo e é valorizado pelo sujeito.

Dessa reflexão podemos dizer que, a partir das diferentes projeções assumidas pelo sujeito, as duas versões estão perpassadas por ideologias diferentes e por momentos sócio-históricos também distintos. A memória, que o efeito-sujeito-editor se vale para constituir os imaginários, parte do já dito pelo efeito-sujeito-autor, porém o modo como o efeito-sujeito-editor lê o arquivo e o interpreta é divergente, o que podemos comprovar com a constituição

de um trabalho de editoria que procurava deturpar o modo como se deu a revolução e como efeito-sujeito-autor se manifestava de acordo com a sua ideologia.

Após essa reflexão sobre o efeito imaginário, passamos para as considerações finais desta pesquisa, nas quais pretendemos trazer os resultados encontrados, retomar alguns aspectos discutidos neste trabalho, bem como fazer um efeito de fechamento para a discussão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

UM EFEITO-CONTÍNUO-INÍCIO

Este trabalho abordou a escrita e a re(escrita) como um espaço simbólico onde se discursiviza a revolução cubana e se materializa o discurso revolucionário passível de movimentação. Acabou, entretanto, trazendo também o processo de leitura, já que essa é responsável pela movimentação do arquivo, desestabilizando os sentidos à luz da memória discursiva de três sujeitos: o sujeito-autor, o sujeito-editor e o sujeito-analista.

Quando iniciamos esta pesquisa com a obra *Diário de um combatente* em mãos, pensamos que o percurso já estava traçado e vislumbrávamos os resultados e a discussão se materializando em torno somente deste livro, a fim de trabalhar com a questão constituição do sujeito revolucionário no discurso. Não foi assim.

A leitura atenta nos permitiu perceber que faltavam detalhes e que, talvez, a tradução tivesse perdido alguns sentidos, porém havia posicionamentos divergentes e silenciamento. Assim, percebemos que a língua, embora se mostrasse transparente e homogênea, possuía opacidade. Então, sentimos necessidade de dar um “passo para trás”,⁴⁵ a fim de que pudessemos avançar. Buscamos a obra *Pasajes de la Guerra Revolucionária*, que constitui uma das bases da escrita da compilação de anotações intitulada *Diário de um combatente*.

Ao organizar o *corpus* em busca de respostas para aquilo que, em nosso entendimento, fora apagado, homogeneizado, opacificado, confrontamos duas edições, reconstruímos todo o percurso analítico e reestruturamos a pesquisa para que essa permitisse observar pontos de resistência do sujeito frente ao trabalho editorial. Percebemos que o discurso desse sujeito mobilizou as massas, fora a voz de uma revolução, a voz de uma transformação. Parece paradoxal falarmos de um sujeito que sofre dominação no discurso quando já utilizou desse meio para dominar, mas, se olharmos para o real da história, é contradição. Sempre existirão as ideologias dominantes e as dominadas, mas estas somente pela condição de domínio não se extingue.

Ernesto Che Guevara dispensa grandes apresentações. O famoso revolucionário argentino, tema e objeto de muitas investigações, também foi leitor ávido e se tornou efeito-

⁴⁵ Fazemos referência à frase atribuída a Lênin antes de implantar de fato o socialismo na Rússia, referindo-se a avançar numa revolução, “um passo atrás pra dar dois à frente”.

autor pelo registro das experiências de guerrilha, de viagens e, pela busca de conhecimento de mundo em cada experiência vivida e registrada, produziu, em seguidores, um efeito imaginário de transformação. Sendo assim, esta pesquisa se dedicou a analisar a escrita em diário, as anotações de revolução, como também em que medida a ideologia e a história poderiam se manifestar na escrita das duas versões (EP e ER).

Resistir faz parte da constituição do sujeito, já que, como afirma Pêcheux (2010), “não há ritual sem falhas” e nem “dominação sem resistência”, sempre estamos jogando o jogo das resistências: da ideologia e do sujeito. Assim, temos um sujeito empírico, dono de um discurso de contradição, que já dominou para resistir à ideologia e à política capitalista que nesta pesquisa se torna objeto da dominação.

Porém, como não pretendíamos julgar o sujeito empírico, mas demonstrar a dominação da ideologia capitalista na reformulação de um discurso, nosso objeto de análise é a escrita do sujeito que ao valer-se da linguagem como reflexo do real, ao invés de refletir a realidade acaba transfigurando-a. Nesse sentido, procuramos discutir as noções de língua, discurso, ideologia, escrita e resistência, utilizando conceitos-chave da Análise de Discurso, como formação ideológica e discursiva, imaginário, arquivo e posição-sujeito.

Vale lembrar que esta pesquisa teve como objetivo geral demonstrar como um sujeito, em sua escrita, resiste ao trabalho de dominação estabelecido pela língua e pela ideologia na forma do efeito-sujeito-editor.

Acreditamos que esse objetivo foi alcançado no decorrer do percurso analítico quando a (re)escrita tornou visível os pontos de deriva, as falhas, a incompletude do dizer, possibilitando ao analista interpretar essas falhas como sentidos que foram estancados. Ao recorrer à edição de partida, foi possível encontrar alguns dizeres que trouxeram a movimentação dos sentidos estancados, mostrando que o efeito-sujeito-autor na edição revista estava resistindo à dominação imposta pelo efeito-sujeito-editor.

No primeiro capítulo, discutimos sobre os conceitos de linguagem, língua e discurso para a AD, assim como a relação desses conceitos com a ideologia e a formação social. Essa discussão possibilitou, nas análises, defender uma língua não transparente, em que os sentidos se deslocam e sempre podem ser outros.

No segundo capítulo, delimitamos os procedimentos metodológicos e gestos de análise que a pesquisa utilizaria para alcançar os objetivos propostos. Desse modo, podemos construir o arquivo do analista para auxiliar nas análises e ter uma base sólida para nos aventurarmos na interpretação dos sentidos, além de utilizar como aporte uma breve contextualização do

período em que o diário foi escrito em Cuba. A contextualização histórica serviu como uma memória que precisávamos criar no leitor para que este compreendesse as condições de produção da escrita revolucionária.

No terceiro capítulo, iniciamos os movimentos de análise do *corpus* a fim de contrastar as duas edições e verificar o efeito-sujeito-editor. Analisamos sequências discursivas presentes nas duas obras e realizamos uma caracterização das sequências discursivas da ER e da EP para definirmos sob quais efeitos essas eram construídas. Nesse capítulo, trabalhamos ainda com o gesto de interpretação do efeito-sujeito-editor que silencia o efeito-sujeito-autor, mas que, mesmo assim, deixa marcas desse silenciamento que interpretamos como resistência.

No quarto e último capítulo, trabalhamos principalmente com o efeito imaginário das duas edições, fechando o capítulo com a comparação do imaginário das duas e concluindo que, apesar de duas imagens estarem presentes nas duas edições, as outras possuem deslizamentos de sentidos que constituem mais um gesto de caracterização do efeito-sujeito-autor do que simples reescrita. Assim, a imagem que o efeito-sujeito-editor tem do efeito-sujeito-autor em uma tentativa de negação e reestruturação da imagem que tem de si, do outro e da revolução. Nesta pesquisa, o efeito de autoria foi trabalhado por meio do efeito-sujeito-autor e do efeito-sujeito-editor.

Entendemos que o efeito-sujeito-autor é um gesto de interpretação do sujeito que assume a função-autor, ao passo que o efeito-sujeito-editor se constitui por uma re(interpretação) do arquivo. A noção de arquivo foi fundamental para este trabalho, já que possuímos a movimentação do arquivo do analista, do arquivo do autor e do arquivo que o editor constrói a partir de sua interpretação e leitura. Os efeitos de autoria circulam pela escrita revolucionária e tomam posições distintas, ou seja, neste trabalho temos a posição-sujeito revolucionária e a posição-sujeito contrarrevolucionária.

Desse movimento de interpretação que realizamos sobre as posições-sujeito tomadas pelos sujeitos no discurso se constitui a escrita revolucionária. Essa escrita é construída através do gesto de arquivar e levando em consideração as condições de produção do discurso. Como o *corpus* era um diário, iniciamos a análise discutindo esse tipo de escrita.

Verificamos, então, que a escrita revolucionária está afetada pela relação com o outro e com a formação ideológica socialista, mas baseando-se apenas na questão da forma de diário não teríamos subsídios para determinar como essa escrita se construiu. A AD

proporcionou esse olhar para o diário que nos permitiu constituir uma escrita revolucionária com características centradas na materialidade discursiva e não na forma.

Ainda, esta pesquisa possibilitou observar o trabalho de dois efeitos: o efeito-sujeito-autor e o efeito-sujeito-editor, que nos possibilitou compreender que a atualização dos sentidos retratados pela ER torna-se “um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar infinito das interpretações” (PÊCHEUX, 1997, p. 51).

O gesto de autoria, conforme Tfouni (2008, p. 145), “está em, ao mesmo tempo conter a deriva dos sentidos e subverter o significado já naturalizado do sentido [...] remetendo-o a outra dimensão do sentido”, ou seja, cria-se, assim, uma abertura de possibilidades em que o sujeito autor se vê no centro entre conter a deriva, deixando sua marca no discurso, e remeter o sentido a outro ponto. A deriva, conforme a autora, “refere-se ao fato de que o sentido sempre pode vir a ser outro” e “é a irrupção do real, visto que o real está na falta, e, pela deriva, outras possibilidades de significado irrompem, quebrando a unidade aparente” (TFOUNI, 2008, p. 153).

Percebemos, então, uma volta ao já-dito, mas também uma atualização do mesmo sob interferência da ideologia marcada nas diferentes formações discursivas que evidenciam um determinado momento sócio-histórico. Dito isso, esta pesquisa mostrou um confronto entre formações discursivas em momentos sócio-históricos diferentes, com ideologias distintas que coexistem sob um mesmo nome de autor: Che Guevara. Esse embate nos serviu para demonstrar a transparência imaginária da língua, mas como o discurso sempre pode vir a ser outro e como esta investigação caracteriza-se em um gesto de interpretação analítica, sempre haverá outros sentidos e outras possibilidades para discutir a mesma questão.

Desse modo, este trabalho retrata um triplo processo de deriva, do autor que não diz tudo, do editor que preenche as lacunas com outros sentidos denunciando as possibilidades e quebrando a unidade aparente e do analista que também não pode dizer tudo. Nessa deriva em que este trabalho foi se constituindo descobrimos outra possibilidade para analisar uma escrita que foi (re)escrita.

Reconhecemos que a edição de partida também deve ter sofrido a interferência de uma edição, mas salientamos que o lugar ideológico deste parece-nos mais neutralizado que o da edição revista. Portanto, percebido isso, sugerimos para um próximo trabalho que se busque um texto com menos interferência de edição possível, um manuscrito talvez fosse um *corpus* adequado.

Assim, já que, como afirma Indursky (2009, p. 123), “o texto é um espaço simbólico, não fechado em si mesmo, e seu fechamento é apenas imaginário” é necessário um efeito-início, e ousaríamos dizer um efeito-contínuo-início, que se realizou, primeiro, com a elaboração do arquivo do efeito-sujeito-editor, depois, do analista realizando esse movimento de recomeço e, agora, um efeito-fecho que se (re)faz com essas considerações finais.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Grall, 1985. (Biblioteca de ciências sociais. 25. Política)

_____. *Sobre a reprodução*. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In: _____. ORLANDI, Eni. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1994. 277 p.

BARTHES, Roland. Inexprimível amor. In: BARTHES, Roland (Comp.). *Fragments de um discurso amoroso*. 9. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autentica, 2009. 480 p.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Ed. Universidade Federal de São Carlos, 2009. 250 p.

_____. O chapéu de Clementis: Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; SILVEIRA, Alzira Malaquias da; FERREIRA, Marina Baird (Coord.) *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. 2.128 p.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Portugal: Veja/Passagens, 2002.

FUCHS, Catherine. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, n. 8, p. 129-134, 1985.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. 2. ed. Campinas: RG, 2010. 223 p.

GIBRAN, Gibran Khalil. *O profeta*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacional Gibran, 1978. 88 p.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GUEVARA, Ernesto Che. *Pasajes de la guerra revolucionaria*. La Habana, Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 1985. 287p.

GUEVARA, Ernesto Che. *Diário de um combatente*. Trad. de Dafne Melo. São Paulo: Planeta, 2012. 352 p.

GRANTHAM, Marilei Resmini. *Da releitura à escritura: em estudo da leitura pelo viés da pontuação*. Campinas: RG, 2009. 280 p.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, II, 2005, Porto Alegre. *Anais... O campo da análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*, 2005. CD-ROM.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992. 224 p.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux (1969). In: ____ GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1993. 319 p. (Repertórios).

INDURKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: ____ BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.

_____. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. In: ERNEST PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (Org.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas - RS: Educat, 2001.

_____. A escrita à luz da Análise do Discurso. In: CORTINA, Arnaldo; NASSER, Silva M. G. C. *Sujeito e Linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1996.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. Disciplinarização dos estudos em análise do discurso. *Gragoatá*, Niterói, n. 34, p. 15-25, 1 sem. 2013.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. 82 p.

MITTMANN, Solange. *Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

_____. Tradutorias de Cien años de soledad. *Organon*, Porto Alegre: UFRGS, n. 53, v. 27, jul./dez. 2012.

ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008. 218 p.

_____. Michel Pêcheux e a análise de discurso. *Estudos da língua(gem)*, Vitória da Conquista: Uesb, n. 1, p. 9-13, 2005.

_____. Análise de discurso. In: *Discurso e textualidade*. 2. ed. Campinas - SP: Pontes, 2010.

_____. Segmentar ou recortar? In: *Linguística: questões e controvérsias*. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. (Série Estudos, 10).

_____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. A incompletude do sujeito. *Série Cadernos PUC*, São Paulo: Educ, n. 31, p. 9-16, 1988.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1995. 189 p.

_____. O lugar das sistematicidades linguísticas na análise de discurso. *Delta - Documentação e estudos em linguística teórica e aplicada*, São Paulo: PUC-SP, n. 2, v. 10, 1994.

_____. *Discurso & leitura*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993. 118 p.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012. 100 p.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2010.

_____. *Análise de discurso: textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997. 68 p.

_____. Sobre a desconstrução das teorias linguísticas. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 4/5, p.7-32, 1998.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n.19, jul./dez. 1990.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1994. 277 p.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In:____. GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

RICKES, Simone Moschen. A escritura como cicatriz. *Educação e realidade*, Porto Alegre, n. 1, v. 27, jan./jun. 2002.

ROUDINESCO, Elisabeth. O poder do arquivo. In:____. ROUDINESCO, Elisabeth. *A análise e o arquivo*. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 7-27.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. 874 p.

SÈMELIN, Jacques. *Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios*. Trad. de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Difel, 2009. 546 p.

SCHONS, Carme Regina. Escrita, efeito de memória e produção de sentido. In: SCHONS, Carme Regina; RÖSING, Tania Mariza Kuchenbecker; ZANDWAIS, Ana (Coord.). *Questões de escrita*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. 200 p.

SCHONS, Carme Regina. “Adoráveis” revolucionários: produção e circulação de práticas político-discursivas no Brasil da Primeira República. 2006. 283 p. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SCHONS, C. R.; MITTMANN, S. A contradição e (re)produção/transformação na e pela ideologia. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (Org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 295-304.

TFOUNI, Leda Verdiani. Autoria e contenção da deriva. In: TFOUNI, Leda Verdiani. *Múltiplas faces da autoria: Análise do Discurso, psicanálise, literatura, modernidade e enunciação*. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

ZOPPI FONTANA, Monica Graciela. Os Sentidos Marginais. *Leitura: Teoria e Prática*, Campinas: ALB/FE-Unicamp, ano 10, v. 18, p. 48-58, dez. 1991.